

Questões de Concurso retiradas da 10ª edição

Capítulo 1

1 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O decreto federal é uma fonte primária do direito administrativo, haja vista o seu caráter geral, abstrato e impessoal.

2 (IBFC/SEPLAG-MG/DIREITO/2015) “Direito Administrativo é o sistema de princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins.” O conceito citado no enunciado adotou o critério:

- a) Da Escola do Serviço Público.
- b) Das Relações Jurídicas.
- c) Do Poder Executivo.
- d) Teleológico.

3 (IBFC/MPE-SP/2013) Na conceituação do Direito Administrativo, são adotados variados critérios. Dentre estes, NÃO se encontra o critério:

- a) as relações jurídicas.
- b) Teleológico.
- c) Do Poder Executivo.
- d) Da escola da ordem pública.
- e) Negativo ou residual.

4 (IBFC/MPE-SP/2013) Conceituando o Direito Administrativo, como sendo o conjunto de princípios que disciplinam a atividade jurídica não contenciosa do Estado e a constituição dos órgãos e meios de sua atuação, está se adotando o critério:

- a) Do órgão.
- b) Das relações sociais do Estado.

- c) Da Administração Pública.
- d) Da atividade social.
- e) Da distinção entre atividade jurídica e social do Estado.

5 (CESPE/TRT 10ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013) Em decorrência do princípio da legalidade, a lei é a mais importante de todas as fontes do direito administrativo.

6 (FCC/TCE-CE/ANALISTA/2008) No Brasil, o Direito Administrativo é ramo do Direito que tem como característica, no que diz respeito a suas fontes,

- (A) a codificação em nível federal, em respeito ao princípio da estrita legalidade.
- (B) o papel da jurisprudência como criadora de normas aplicáveis à Administração e integradora de lacunas legais.
- (C) a pluralidade de leis em níveis federal, estadual e municipal e o papel precípua da doutrina na unificação da respectiva interpretação.
- (D) o papel integrativo da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito, mesmo em caráter *praeter legem* ou *contra legem*.
- (E) a prevalência de normas de caráter administrativo, como decretos, portarias e resoluções, ainda que em face da aplicação da lei formal.

Capítulo 2

1 (CESPE/MPOG/ANALISTA/2015) Administração pública, em sentido amplo, abrange o exercício da função política e da função administrativa, estando ambas as atividades subordinadas à lei.

2 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A pessoa federativa a que estejam vinculadas as sociedades de economia mista possui responsabilidade solidária quanto aos atos ilícitos praticados por agentes dessas sociedades.

3 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A legislação relativa ao regime falimentar não se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista, assim como os regimes de execução e penhora.

4 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A composição do capital das sociedades de economia mista é o resultado da conjugação de recursos públicos e privados, sendo os recursos privados inadmitidos na composição do capital das empresas públicas.

5 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDUCIÁRIO/2016) A administração pública, em sentido objetivo, compreende as pessoas jurídicas de direito público e seus agentes.

6 (CESPE/TJ/DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As agências reguladoras são fundações de regime especial, cuja atividade precípua é a regulamentação de serviços e de atividades concedidas, que possuem regime jurídico de direito público, autonomia administrativa e diretores nomeados para o exercício de mandato fixo.

7 (CESPE/TJ/DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público com autonomia administrativa, beneficiadas pela imunidade recíproca de impostos sobre renda, patrimônio e serviços, cujos bens são passíveis de aquisição por usucapião e cujas contratações são submetidas ao dever constitucional de realização de prévia licitação.

8 (CESPE/TJ/DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As sociedades de economia mista, cuja criação e cuja extinção são autorizadas por meio de lei específica, possuem personalidade jurídica de direito privado, são constituídas sob a forma de sociedade anônima e aplica-se ao pessoal contratado o regime de direito privado, com empregados submetidos ao regime instituído pela legislação trabalhista.

9 (CESPE/TJ/DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As empresas públicas, que possuem personalidade jurídica de direito público, são organizadas sob qualquer das formas admitidas em direito, estão sujeitas à exigência constitucional de contratação mediante licitação e têm quadro de pessoal instituído pela legislação trabalhista, cuja contratação condiciona-se a prévia aprovação em concurso público.

10 (CESPE/TJ/DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As agências executivas são compostas por autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista que celebram contrato de gestão com órgãos da administração direta a que estão vinculadas, com vistas ao aprimoramento de sua eficiência no exercício das atividades-fim e à diminuição de despesas.

11 (CESPE/TRE-RS/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Embora os serviços sociais autônomos sejam instituídos por lei e mantidos por dotações orçamentárias ou contribuições parafiscais, para a contratação de seu pessoal não se exige a realização de processo seletivo.

12 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Os órgãos públicos não têm personalidade jurídica e podem integrar tanto a estrutura da administração direta como a da administração indireta.

13 (CESPE/TCE-RN/AUDITOR/2015) A qualificação de OSCIP, a exemplo da entidade em questão, é destinada a pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos, habilitando-as a receberem delegação estatal para o desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado mediante incentivo do poder público e fiscalização deste.

14 (CESPE/TRE-GO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Às organizações sociais é vedada a finalidade de lucro, devendo ser suas atividades estatutárias dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

15 (CESPE/AGU/ADVOGADO DA UNIÃO/2015) Em consonância com o entendimento do STF, os serviços sociais autônomos estão sujeitos ao controle finalístico do TCU no que se refere à aplicação de recursos públicos recebidos.

16 (CESPE/TCE-RN/ASSESSOR JURÍDICO/2015) As pessoas físicas que espontaneamente assumem funções públicas em situações de calamidade são consideradas particulares em colaboração com o poder público e integram a administração pública em sentido subjetivo.

17 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Assinale a opção correta.

a) O termo de colaboração é o instrumento que a Administração Pública deverá adotar em caso de transferências voluntárias de recursos para a consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil.

b) A organização da sociedade civil indicará ao menos um dirigente que se responsabilizará de forma subsidiária pela execução das atividades e pelo cumprimento das metas pactuadas na parceria.

c) A eventual inadimplência da organização da sociedade civil no pagamento dos encargos trabalhistas relativos ao cumprimento do termo de colaboração ou de fomento é de sua

responsabilidade, havendo apenas a responsabilidade subsidiária da administração pública parceira.

d) Como regra, a Administração Pública, para poder celebrar as parcerias previstas na Lei n. 13.019/2014, está obrigada a realizar o chamamento público, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de tal procedimento.

e) Nas contratações de bens e serviços que efetuem com o uso de recursos transferidos pela Administração Pública, as organizações da sociedade civil estão obrigadas a realizar licitação nos termos da Lei n. 8.666/93.

18 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) Complete as lacunas em branco com os termos descentralização ou desconcentração. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

1. Em nenhuma forma de _____ há hierarquia.
2. Ocorre a chamada _____ quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas e não pela sua administração direta.
3. Trata-se, a _____, de mera técnica administrativa de distribuição interna de competências.
4. Porque a _____ ocorre no âmbito de uma pessoa jurídica, surge relação de hierarquia, de subordinação, entre os órgãos dela resultantes.
 - a) descentralização/desconcentração/desconcentração/ descentralização
 - b) descentralização/descentralização/desconcentração/ desconcentração
 - c) desconcentração/desconcentração/descentralização/ descentralização
 - d) desconcentração/descentralização/desconcentração/ descentralização
 - e) desconcentração/descentralização/descentralização/ desconcentração

19 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) Assinale a opção correta.

- a) O poder das agências de regular determinado segmento de mercado inclui-se no poder regulamentar conferido ao Poder Executivo.
- b) Na definição das potestades conferidas às agências reguladoras, inclui-se a definição e a formulação de políticas públicas.
- c) Atividades que envolvem o exercício do poder de polícia com a aplicação de sanções não podem ser atribuídas, nem mesmo por lei, a pessoas jurídicas de direito privado, portanto a atividade regulatória pressupõe o exercício por pessoa jurídica de direito público.
- d) A autarquia pode ser desqualificada de agência reguladora caso ela descumpra exigências estabelecidas na legislação ou no contrato de gestão.

e) Uma agência reguladora nunca poderá ser qualificada como agência executiva.

20 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) As agências reguladoras federais, como autarquias especiais, possuem características diferenciadas das demais autarquias federais. Analise as assertivas abaixo, escolhendo a opção correta.

I. As agências reguladoras são submetidas ao controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), mas não são obrigadas à prestação de contas convencional aos órgãos de controle interno.

II. A ANAC, por ser uma agência reguladora e gozar de independência administrativa, não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União, especialmente no que se refere a procedimentos licitatórios no setor de aquisições e compra de serviços para a aviação civil.

III. A independência política das agências reguladoras é decorrente da nomeação de sua diretoria pelo Poder Executivo, após aprovação do Senado Federal, para o exercício de mandatos fixos e não coincidentes.

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Somente a III é verdadeira.
- c) Todas são falsas.
- d) Somente a II e a III são verdadeiras.
- e) Somente a I, II e III são verdadeiras.

21 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) O Decreto-Lei 200, de 1967, foi um grande marco na reestruturação da Administração Federal brasileira. Considerando o disposto nesse Decreto, analise as alternativas abaixo e assinale a opção correta.

- a) A Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP - possui 49% (quarenta e nove por cento) de capital da União e 51% (cinquenta e um por cento) de capital do Governo do Distrito Federal, logo não pode ser uma empresa pública.
- b) Empresas de economia mista devem ter capital aberto.
- c) Uma empresa pública pode ser criada por meio de Decreto.
- d) As empresas públicas podem assumir quaisquer das formas admitidas em Direito.
- e) O aporte de recursos públicos, para aumento de participação acionária em empresas estatais não financeiras, depende de prévia autorização legislativa.

22 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) São características das autarquias, exceto:

- a) criação por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

- b) personalidade de direito público, submetendo-se a regime jurídico administrativo quanto à criação, extinção e poderes.
- c) capacidade de autoadministração, o que implica autonomia referente às suas atividades de administração ordinária (atividade meio), bem como às suas atividades normativas e regulamentares.
- d) especialização dos fins ou atividades, sendo-lhes vedado exercer atividades diversas daquelas para as quais foram instituídas.
- e) sujeição a controle ou tutela, o que não exclui o controle interno.

23 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Acerca da organização administrativa do Estado, é correto afirmar que:

- a) ao se criar um novo ministério, está-se promovendo uma descentralização administrativa.
- b) por se subordinar ao Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União integra o Poder Legislativo.
- c) as sociedades de economia mista podem ser constituídas mediante qualquer forma societária em direito admitidas.
- d) a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno no capital de empresa pública pertencente à União é admissível.
- e) autarquias e fundações públicas apenas podem ser criadas por meio de lei específica.

24 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Assinale a opção que preencha adequadamente as lacunas do texto abaixo.

Ocorre a chamada _____ administrativa quando o estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas e não pela sua administração direta. Por que a _____ ocorre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, surge relação de hierarquia, de subordinação entre os órgãos dela resultantes. Em nenhuma forma de _____ há hierarquia. A _____ ocorre exclusivamente dentro da estrutura de uma mesma pessoa jurídica.

- a) Desconcentração / descentralização / descentralização/ desconcentração.
- b) Descentralização / descentralização / desconcentração/ descentralização.
- c) Desconcentração / desconcentração / descentralização/ desconcentração.
- d) Descentralização / desconcentração / desconcentração/ descentralização.
- e) Descentralização / desconcentração / descentralização/ desconcentração.

25 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Acerca dos Órgãos Públicos, assinale a opção correta.

- a) A teoria da representação é a tese atualmente adotada pela doutrina brasileira para legitimar a atuação do agente público em nome da pessoa jurídica administrativa.
- b) Órgão pode integrar a estrutura de uma pessoa jurídica da Administração Indireta.
- c) Órgão público possui personalidade jurídica.
- d) A criação de um órgão público exemplifica a prática de descentralização administrativa.
- e) Não há possibilidade de hierarquia entre órgãos públicos.

26 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Suponha que o Ministério do Turismo esteja planejando o estabelecimento de uma sociedade de economia mista, com a finalidade de administrar hotéis ao redor do Brasil. Discussões internas no âmbito ministerial foram travadas, com a finalidade de avaliar questões específicas daquele tipo de entidade da Administração Indireta. Logo abaixo, são trazidas algumas das conclusões derivadas desses debates, de sorte que deve ser assinalada a opção correta, no tocante às características da sociedade de economia mista.

- a) A sua criação é efeito direto da lei, tornando-se desnecessário ato posterior.
- b) A sociedade de economia mista, por ser entidade federal, possuiria personalidade jurídica de direito público.
- c) A sociedade de economia mista não poderia ser sociedade anônima.
- d) Os trabalhadores da sociedade de economia mista seriam contratados pelo regime estatutário.
- e) A sociedade de economia mista estaria sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas.

27 (FCC/DPE-RR/ANALISTA/2015) As competências na Administração pública podem ser atribuídas para órgãos públicos e para entidades administrativas, por meio do que doutrinariamente se denomina, respectivamente, desconcentração e descentralização. Considerando a natureza jurídica dos órgãos e entidades,

- (A) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de órgãos públicos, excluindo-se dessa categorização os consórcios públicos, em razão do princípio da especialidade.
- (B) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, possuindo personalidade jurídica própria e capacidade processual, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, mas não possuem capacidade processual.

(C) os órgãos são partes integrantes da estrutura da Administração pública direta e da Administração pública indireta, não possuindo personalidade jurídica própria, ao contrário das entidades, que possuem personalidade jurídica própria, distinta das pessoas que lhes deram vida.

(D) por serem os órgãos despersonalizados, ao contrário das entidades, não mantêm relações institucionais entre si, tampouco com terceiros, em razão do princípio da capacidade específica.

(E) as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de entidades, excluindo-se dessa categorização as fundações públicas, que são espécies de órgãos, com capacidade de autoadministração exercida com independência em relação ao poder central.

28 (FCC/DPE-SP/ADMINISTRATDOR/2015) Determinada Secretaria de Estado transfere um conjunto de competências administrativas específicas para outra pessoa jurídica, sem o estabelecimento de contrato ou ato administrativo. Esse é caso de

- (A) descentralização por delegação.
- (B) descentralização territorial.
- (C) descentralização funcional.
- (D) desconcentração funcional.
- (E) desconcentração territorial.

29 (FCC/DPE-SP/ADMINISTRATDOR/2015) Sobre os contratos de gestão, é correto afirmar:

- (A) A elaboração do contrato de gestão deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.
- (B) Os contratos de gestão foram criados para o controle entre órgãos da Administração direta.
- (C) As Organizações Sociais, quando estabelecem contratos de gestão, não são controladas pelas Controladorias Gerais e pelos Tribunais de Contas.
- (D) As Organizações Sociais não necessitam realizar licitações públicas, ainda que recebam repasses governamentais.
- (E) Os contratos de gestão incluem as metas a serem alcançadas, mas não o cronograma para a sua execução, que será definido por uma comissão após o momento da contratualização.

30 (FCC/TRT – 15ª REGIÃO/JUIZ SUBSTITUTO/2015) Considere que a União pretenda instituir uma entidade autônoma, com personalidade jurídica própria, para executar obras de infraestrutura necessárias à realização dos Jogos Olímpicos. Tendo em vista as características e o regime jurídico aplicável, referida entidade poderá ser

- (A) autarquia, criada por lei, com autonomia administrativa e sujeita a regime de direito privado parcialmente derogado pelos princípios aplicáveis à Administração pública.
- (B) empresa pública, cuja criação é autorizada por lei, sujeita ao mesmo regime jurídico do ente instituidor.
- (C) fundação, constituída mediante contrato de programa celebrado em conjunto com as entidades da federação beneficiadas pelas obras.
- (D) sociedade de economia mista, cuja criação é autorizada por lei, admitindo-se a participação minoritária de particulares no seu capital social.
- (E) agência reguladora, sob a forma de autarquia de regime especial, cuja criação é autorizada por lei, dotada de autonomia financeira.

31 (FCC/TRT – 15ª REGIÃO/JUIZ SUBSTITUTO/2015) De acordo com a legislação que rege a matéria, as denominadas agências executivas são

- (A) entidades que não integram a Administração pública, mas com esta se relacionam por vínculo de colaboração.
- (B) autarquias de regime especial, com prerrogativas de independência fixadas na lei instituidora.
- (C) órgãos colegiados instituídos no âmbito da Administração direta para atividades de coordenação de ações estratégicas.
- (D) pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que recebem tal qualificação mediante celebração de contrato de gestão.
- (E) entidades integrantes da Administração pública, criadas sob a forma de autarquias ou fundações, que, em decorrência de tal qualificação, passam a se submeter a regime especial.

Capítulo 3

1 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Decorre do princípio da hierarquia uma série de prerrogativas para a administração, aplicando-se esse princípio, inclusive, às funções legislativa e judicial.

2 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Decorre do princípio da continuidade do serviço público a possibilidade de preencher, mediante institutos como a delegação e a substituição, as funções públicas temporariamente vagas.

3 (CESPE/TCU/AUDITOR/2015) De acordo com entendimento dominante, é legítima a publicação em sítio eletrônico da administração pública dos nomes de seus servidores e do valor dos vencimentos e das vantagens pecuniárias a que eles fazem jus.

4 (CESPE/TCE – RN/ASSESSOR JURÍDICO/2015) As prerrogativas do poder público sobre os particulares, decorrentes da supremacia do interesse público, são integralmente afastadas quando a administração, eventualmente, se nivela, sob algum aspecto, a entidade sob regime de direito privado.

5 (CESPE/TRE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) Aos agentes públicos, assim como aos particulares, é permitida a prática de qualquer ato que não seja expressamente proibido em lei.

6 (CESPE/TRE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) Dado o princípio da motivação, a administração deve indicar os fatos e os fundamentos jurídicos quando pratica atos administrativos que imponham sanções.

7 (CESPE/TRE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) Admite-se o sigilo de ato de nomeação de servidor estatutário para cargo estratégico considerado de alto escalão do governo, ainda que a transparência seja a regra no âmbito administrativo.

8 (CESPE/TRE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) Não ferirá a moralidade, por revestir-se de legalidade, o ato administrativo advindo de autoridade superior que, por vingança, determinar o remanejamento de servidor para repartição distante de onde exerça sua função.

9 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Entre os princípios informativos específicos dos serviços públicos, pode-se afirmar ser o princípio setorial mais importante por marcar sua vocação universal, isonômica e democrática o princípio da

a) continuidade.

b) eficiência.

- c) regularidade.
- d) generalidade.
- e) segurança.

10 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) A respeito da Lei de Acesso à Informação, assinale a opção correta.

- a) O limite teórico máximo de restrição de acesso a informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado é o prazo de 50 (cinquenta) anos.
- b) O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais submetese inteiramente às normas constantes da Lei n. 12.527/2011.
- c) É obrigatória, indistintamente, a todos os entes da Federação a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas em sítios oficiais da rede mundial de computadores.
- d) As informações classificadas como secretas e ultrassecretas no início da vigência da Lei n. 12.527/2011 e não reavaliadas até 16/05/2014 permanecerão assim classificadas até ulterior desclassificação.
- e) Não cabe recurso nos casos de não fornecimento das razões da negativa de acesso à informação.

11 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Sobre o princípio constitucional da impessoalidade, assinale a opção incorreta.

- a) Aplica-se internamente à Administração, para evitar que esta apresente-se com a marca pessoal do ocupante momentâneo do poder ou outra fórmula de identificação de sua pessoa.
- b) A atividade da Administração deve objetivar exclusivamente a realização do interesse de todos, jamais de uma pessoa ou grupo em particular.
- c) A impessoalidade baseia-se diretamente nos princípios da eficiência e da publicidade.
- d) Rejeita a aplicação do conceito privatístico de propriedade ao patrimônio e aos bens públicos, já que a finalidade da atividade administrativa deve a todos aproveitar, e não ao interesse pessoal do administrador.
- e) As diferenças naturais existentes entre as pessoas não podem servir para justificar tratamento jurídico diverso, salvo se esse tratamento realizar diretamente um valor constitucionalmente determinado.

12 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) A eficiência como princípio da Administração Pública foi introduzida na Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda n. 19/98, seguindo na linha de algumas legislações estrangeiras. No entanto, outras alterações feitas no texto constitucional são exemplos da materialização da aplicação do referido princípio. Assinale, entre as opções que se seguem, aquela que não seria um exemplo da aplicação do princípio da eficiência.

- a) A introdução da figura do contrato de gestão com um acréscimo de autonomia administrativa em função do desempenho de metas específicas.
- b) A possibilidade da perda do cargo, por parte do servidor público, na hipótese de avaliação periódica insatisfatória de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa.
- c) A determinação que a União, os Estados e o Distrito Federal mantenham escolas de governo para a formação e aperfeiçoamento de seu pessoal.
- d) A previsão da participação, na administração direta e indireta, do usuário de serviços públicos, por meio do registro de reclamações relativas à prestação destes, sendo asseguradas a manutenção de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade de tais serviços.
- e) A previsão da remuneração de determinadas categorias de servidores exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

13 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) A respeito da Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- () Trata-se de uma lei que contém normas gerais e, sob este aspecto, de caráter nacional.
 - () A referida lei consagra o que se convencionou chamar de transparência ativa.
 - () A informação em poder dos órgãos e entidades públicas pode ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, quando a restrição temporária ou permanente de acesso ao seu conteúdo for imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado.
 - () Externados os motivos e demonstrado o interesse do solicitante, qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades sujeitos à Lei n.º 12.527/2011.
- a) V, V, V, F
 - b) V, F, V, F
 - c) F, V, F, V

d) V, V, V, V

e) V, V, F, F

.

14 (ESAF/AFRFB/AUDITOR FISCAL/2014) Em se tratando do acesso à informação no âmbito federal, é correto afirmar:

a) cabe recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias e dirigido diretamente à Controladoria-Geral da União do indeferimento a pedido de acesso a informações classificadas como sigilosas contidas em Ministérios integrantes do Poder Executivo Federal.

b) são classificadas como ultrassecretas, cujo prazo de restrição de acesso à informação é de 25 (vinte e cinco) anos, as informações que coloquem em risco a segurança do Presidente da República e respectivos cônjuge e filhos (as).

c) compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício, a cada 04 (quatro) anos, ou mediante provocação de pessoa interessada.

d) é assegurado, por lei, o sigilo da identificação do requerente que apresentar pedido de acesso a informações de interesse particular contidas nas Cortes de Contas.

e) mediante anuência do requerente é que a informação armazenada em formato digital será fornecida no referido formato.

15 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Assinale a opção em que consta princípio da Administração Pública que não é previsto expressamente na Constituição Federal.

a) Publicidade.

b) Eficiência.

c) Proporcionalidade.

d) Legalidade.

e) Moralidade.

16 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) Membros da comissão permanente de licitação de determinado Município fraudaram um certame, para favorecer sociedade empresária cujo sócio administrador é amigo íntimo de um dos membros da citada comissão. No caso em tela, os agentes públicos envolvidos afrontaram diretamente o princípio administrativo expresso no art. 37, caput, da Constituição da República. Trata-se do princípio da:

- (A) razoabilidade;
- (B) competitividade;
- (C) economicidade;
- (D) isonomia;
- (E) impessoalidade

17 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Assinale a opção que indica o princípio que, em caso de risco de danos graves e degradação ambiental, permite a adoção imediata de medidas preventivas.

- (A) Princípio da Autotutela
- (B) Princípio da Eficiência
- (C) Princípio da Segurança Jurídica
- (D) Princípio da Indisponibilidade
- (E) Princípio da Precaução

18 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Sobre os princípios do processo administrativo, segundo a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A moralidade administrativa é sinônimo de exação, lisura e fins de interesse público.
- (B) A eficiência significa que a Administração deverá se pautar pela presteza com resultados positivos e uma atuação rápida para o serviço público, ainda que não atenda ao interesse público.
- (C) O direito fundamental de acesso à informação, no tocante aos dados relativos ao indivíduo em si, constantes de registros ou de bancos de dados de entes governamentais ou de caráter público, é reflexo do princípio da autotutela.
- (D) O princípio da proporcionalidade dá azo a que a Administração Pública tome decisões sem necessidade de adequar os meios aos fins.
- (E) Nada obsta a que a Administração Pública, na busca de um resultado, tome a providência mais gravosa, em desatenção à coletividade.

19 (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-BA/AUDITOR/2014) No que concerne ao princípio da autotutela, analise as afirmativas a seguir.

- I. A autotutela poderá envolver o reexame de mérito de atos administrativos.
- II. A autotutela poderá envolver a revisão de atos ilegais.
- III. A autotutela tem um de seus limites no instituto da decadência. Assinale:
 - (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.

- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

20 (FGV/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2015) A Constituição da República de 1988 dedicou um capítulo à Administração Pública e, em seu art. 37, deixou expressos os princípios a serem observados por todas as pessoas administrativas. Dentre esses princípios expressos, que revelam as diretrizes fundamentais da Administração, destaca-se o princípio da:

- (A) competitividade, segundo o qual agente público deve desempenhar com excelência suas atribuições para lograr resultados mais produtivos do que aqueles alcançados pela iniciativa privada;
- (B) legalidade, segundo o qual existe uma presunção absoluta de que os atos praticados pelos agentes administrativos estão de acordo com os ditames legais;
- (C) pessoalidade, segundo o qual todos os administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica devem ser tratados da mesma forma, sem privilégios pessoais;
- (D) improbidade, segundo o qual o administrador público deve pautar sua conduta com preceitos éticos e agir com honestidade;
- (E) eficiência, segundo o qual agente público deve desempenhar da melhor forma possível suas atribuições, para lograr os melhores resultados, inclusive na prestação dos serviços públicos.

21 (FGV/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2015) Daniel, Policial Militar, ao realizar diligência destinada a reprimir o comércio ilícito de mercadorias receptadas, encontrou em flagrante delito seu amigo de infância Juvenal praticando crime. Por conta da longa amizade, Daniel deixou de realizar sua prisão em flagrante e liberou seu amigo, inclusive com os bens objeto do crime. No caso em tela, Daniel ofendeu mais diretamente os princípios administrativos da:

- (A) legalidade e pessoalidade;
- (B) autotutela e disciplina;
- (C) publicidade e eficiência;
- (D) hierarquia e disciplina;
- (E) moralidade e impessoalidade.

22 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O exercício dos poderes inerentes à função executiva e a regular atuação da Administração pública não estão dissociados da influência dos princípios que regem a Administração pública em toda sua atuação. Essa relação

(A) existente entre o poder disciplinar e o princípio da legalidade informa o poder de tutela exercido sobre os atos praticados pelos entes que integram a Administração indireta, permitindo que a Administração central promova a revisão dos mesmos para adequá-los à legalidade.

(B) que se forma entre o princípio da legalidade e o poder regulamentar autoriza a edição de atos de natureza originária nas hipóteses de organização administrativa e, nos demais casos, sempre que houver lacuna ou ausência de lei.

(C) expressa-se, no caso do poder de polícia, à submissão ao princípio da supremacia do interesse público, que fundamenta a atuação da Administração pública quando não houver fundamento legal para embasar as medidas de polícia.

(D) de subordinação aos princípios da legalidade e da impessoalidade não afasta a possibilidade da Administração pública adotar medidas administrativas de urgência ou de firmar relações jurídicas diretamente com alguns administrados, sem submissão a procedimento de seleção público, desde que haja previsão legal para tanto.

(E) que impõe presunção de legitimidade e veracidade aos atos praticados pela Administração pública não admite revisão administrativa, somente questionamento judicial, cabendo ao administrado o ônus da prova em contrário.

23 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, não havendo qualquer ofensa à Constituição Federal, bem como à privacidade, intimidade e segurança dos servidores. Pelo contrário, trata-se de observância a um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio específico da

(A) proporcionalidade.

(B) eficiência.

(C) presunção de legitimidade.

(D) discricionariedade.

(E) publicidade.

24 (FCC/TRT-9ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O artigo 37 do § 1º da CF expressamente proíbe que conste nome, símbolo ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. A referida proibição decorre da aplicação do princípio da

(A) impessoalidade, que está expressamente previsto no art. 37 da CF e deve ser observado, como no exemplo, em relação à própria Administração e também em relação aos administrados.

(B) especialidade, que a despeito de não estar expressamente previsto no art. 37 da CF, deve ser observado, como no exemplo, tanto em relação à própria Administração como em relação aos administrados.

(C) impessoalidade, que está expressamente previsto no art. 37 da CF e deve ser observado, como no exemplo, em relação à própria Administração, mas não em relação aos administrados, que estão sujeitos ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

(D) especialidade, que decorre do princípio da legalidade e da indisponibilidade do interesse público sobre o privado e, por essa razão, aplica-se à atividade publicitária da Administração, tida por especial em relação às demais atividades públicas.

(E) publicidade, que está expressamente previsto no artigo 37 da CF e configura-se no princípio legitimador da função administrativa, informada pelo princípio democrático.

25 (FCC/TRE-PB/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) O princípio da supremacia do interesse público

(A) é hierarquicamente superior aos demais princípios, impondo-se sempre que houver conflito entre o interesse público e o interesse particular.

(B) foi substituído pelo princípio da indisponibilidade dos bens públicos, posto que as decisões que visam ao atendimento do interesse público não colidem mais, na atualidade, com os interesses privados.

(C) depende de interpretação do conteúdo no caso concreto, não se aplicando apriorística ou isoladamente, sem considerar os demais princípios e as demais normas que se apliquem aos diversos interesses contrapostos, públicos e privados.

(D) é aplicado quando inexistente disposição legal para orientar determinada atuação, posto que, em havendo, é típico caso de incidência do princípio da legalidade.

(E) depende essencialmente do princípio da legalidade, uma vez que, para sua integral aplicação e validade, é necessário que exista norma legal expressa nesse sentido.

26 (FCC/TRT-4ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A atuação da Administração pública é informada por princípios, alguns inclusive com previsão constitucional expressa, que se alternam em graus de relevância de acordo com o caso concreto em análise. Do mesmo modo, a aplicação dos princípios na casuística pode se expressar de diversas formas e em variados momentos, ou seja, não há necessariamente idêntica manifestação da influência dos mesmos nas diferentes situações e atividades administrativas. Dessa forma,

(A) à exceção do princípio da publicidade, que se expressa pela divulgação dos atos finais praticados, os demais princípios dependem de análise do caso concreto, para que se possa verificar se foram adequadamente observados.

(B) o princípio da supremacia do interesse público pode ser considerado materialmente superior aos demais, pois para esses é parâmetro de aplicação, na medida em que a solução mais adequada é sempre aquela que o privilegia.

(C) enquanto o princípio da eficiência se aplica no curso dos processos e atividades desenvolvidos pela Administração, os demais princípios destinam-se ao resultado e aos destinatários finais, não tendo aplicabilidade antes disso.

(D) o princípio da publicidade não incide apenas para orientar a divulgação e a transparência dos atos finais, mas também permite aos administrados conhecer documentos e ter informações ao longo do processo de tomada de decisão.

(E) o princípio da eficiência é aplicado em conjunto com o princípio da supremacia do interesse público, podendo excepcionar o princípio da indisponibilidade do interesse público sempre que represente solução mais benéfica para a gestão administrativa e o atingimento de resultados em favor dos administrados.

Capítulo 4

1 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) O poder vinculado refere-se à faculdade de agir atribuída ao administrador.

2 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Poder regulamentar é a prerrogativa concedida à administração pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.

3 (CESPE/DPU/TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/2016) O poder de polícia, decorrente da supremacia geral do interesse público, permite que a administração pública condicione ou restrinja o exercício de atividades, o uso e gozo de bens e direitos pelos particulares, em nome do interesse público.

4 (CESPE/DPU/TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS/2016) Configura-se desvio de poder ou de finalidade quando o agente atua fora dos limites de suas atribuições, ou seja, no caso de realizar ato administrativo não incluído no âmbito de sua competência.

5 (CESPE/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O cumprimento de mandados judiciais por policiais civis pode ser classificado como ato decorrente do exercício do poder de polícia administrativa.

6 (CESPE/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Configura excesso de poder a prática, por servidor público, de ato administrativo que vise finalidade diversa da finalidade prevista em lei, mesmo que o servidor não extrapole os limites de sua competência.

7 (CESPE/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A simples omissão da administração quanto à prática de um ato administrativo de interesse do administrado não configura abuso de poder, salvo se inobservado prazo especificado em lei.

8 (CESPE/TRE-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Exerce o poder de polícia o ente da administração pública que, no desempenho de suas funções institucionais, realiza fiscalização em estabelecimento comercial, lavrando auto de infração e impondo multa por descumprimento de normas administrativas.

9 (CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O poder de polícia dispõe de certa discricionariedade, haja vista o poder público ter liberdade para escolher, por exemplo, quais atividades devem ser fiscalizadas para que se proteja o interesse público.

10 (CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A relação entre a administração direta e as entidades que integram a administração indireta pressupõe a existência do poder hierárquico entre ambas.

11 (CESPE/FUB/AUDITOR/2015) Acerca dos poderes administrativos, julgue o item que se segue. O âmbito de incidência do poder disciplinar da administração pública está restrito aos servidores públicos.

12 (CESPE/FUB/AUDITOR/2015) Acerca dos poderes administrativos, julgue o item que se segue. Decorrente do poder hierárquico, a avocação, por um órgão, de competência não exclusiva atribuída a outro órgão que lhe seja subordinado é excepcional e exige motivos relevantes e devidamente justificados.

13 (CESPE/DPE-RN/DEFENSOR PÚBLICO/2015) A autorização administrativa consiste em ato administrativo vinculado e definitivo segundo o qual a administração pública, no exercício do poder de polícia, confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.

14 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) Acerca dos poderes do Estado, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta.

() O poder disciplinar da administração pública decorre do poder punitivo do Estado (jus puniendi).

() Somente as pessoas que possuem algum vínculo jurídico específico com a administração pública são alcançadas pelo poder disciplinar.

() O poder de polícia decorre de um vínculo geral entre os indivíduos e a administração pública.

() A competência para a expedição dos decretos ou regulamentos de execução não é passível de delegação.

a) F, F, V, V

b) V, F, V, V

c) F, V, F, V

d) F, V, V, V

e) V, V, V, V

15 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) Classifique as atuações relacionadas abaixo como exercício preventivo ou repressivo do poder de polícia marcando (P) para o exercício preventivo e (R) para o exercício repressivo. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta. () Atividade de fiscalização.

() Concessão do alvará de licença.

() Aplicação de sanção.

() Concessão de alvará de autorização.

a) R, P, R, P

b) P, P, R, P

c) R, R, R, P

d) P, R, R, R

e) R, R, R, R

16 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Assinale a opção correta.

- a) Não há dispositivo constitucional expresso que permita o Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar.
- b) Não há Poder Hierárquico no âmbito do Poder Judiciário.
- c) Prescreve em dez anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do Poder de Polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- d) Há Poder Disciplinar na esfera do Ministério Público.
- e) Todos os atos relacionados com o Poder de Polícia podem ser delegados a particulares.

17 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) Quando o Estado, mediante processo licitatório, contrata uma empresa especializada para fornecer e operar aparelho eletrônico (radar fotográfico) que servirá de suporte à lavratura de autos de infração de trânsito, está

- a) agindo corretamente, pois o poder de polícia, para fins do Código de Trânsito Brasileiro, é delegável.
- b) ferindo o ordenamento jurídico, porque o poder de polícia do Estado é indelegável.
- c) celebrando um contrato de prestação de serviço para atividade de suporte material de fiscalização.
- d) celebrando um contrato de permissão de serviço público para atividade auxiliar da Administração.
- e) celebrando uma contratação integrada, com delegação de competências materiais.

18 (FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ/PROCURADOR MUNICIPAL/2016) O Prefeito de um determinado Município celebrou convênio com empresa municipal para disciplinar as atribuições pertinentes ao serviço de trânsito local, que passariam a ser realizadas pelos funcionários daquela pessoa jurídica. De acordo com o que restou convencionado, os empregados dessa empresa, cujo escopo social assim autorizava, realizariam atividades de fiscalização em campo. O convênio firmado

- (A) contraria entendimento do Supremo Tribunal Federal, que declarou indelegáveis todos os ciclos do poder de polícia quando se tratar de atividade com potencial de sancionamento de particulares.
- (B) poderia ter abrangido as outras facetas do poder de polícia, sendo necessário somente que as atividades a serem realizadas pela empresa estivessem contempladas no objeto social da mesma.
- (C) disciplina, em verdade, a delegação de parcela do poder de polícia municipal à pessoa jurídica, o que dependeria da constituição de consórcio público, em razão da transferência de competência implícita.
- (D) veicula delegação do exercício de um dos espectros do poder de polícia que não é exclusivo da Administração direta, não implicando transferência de competência constitucional.
- (E) possui vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que a delegação de poderes afetos ao Executivo demanda a edição de lei, a fim de garantir que não haja usurpação de competências privativas.

19 (FCC/TCE-AM/AUDITOR/2015) Sobre a relação entre a organização administrativa e os poderes atribuídos à Administração pública, é correto afirmar:

- (A) O poder hierárquico projeta seus efeitos interna e externamente, posto que se dirige aos servidores de determinado ente federado e aos demais integrantes das pessoas jurídicas que compõem sua Administração indireta, como decorrência do poder de tutela.
- (B) O poder disciplinar possui vínculo intrínseco com a Administração direta, mas seus efeitos também se estendem à Administração indireta, para aqueles entes dotados de personalidade jurídica de direito público, tais como autarquias, empresas públicas e fundações.
- (C) O poder normativo tem iniciativa restrita à Administração direta, porque indelegável, seja no seu espectro originário, seja na sua função regulamentar.
- (D) Os entes que integram a Administração indireta também podem exercer poder normativo, tendo em vista que a competência privativa atribuída ao Chefe do Executivo pela Constituição Federal é delegável.
- (E) Os entes que integram a Administração indireta exercem apenas internamente poder hierárquico e disciplinar, razão pela qual não lhes é facultado o exercício do poder de polícia.

20 (FCC/TRT-23ª REGIÃO/ANAISTA JUDICIÁRIO/2016) Considere:

I. A Administração pública não pode, no exercício do poder de polícia, utilizar-se de meios diretos de coação, sob pena de afronta ao princípio da proporcionalidade.

II. O objeto da medida de polícia, isto é, o meio de ação, sofre limitações, mesmo quando a lei lhe dá várias alternativas possíveis.

III. A impossibilidade de licenciamento de veículo enquanto não pagas as multas de trânsito corresponde a exemplo da utilização de meios indiretos de coação, absolutamente válido no exercício do poder de polícia.

Está correto o que consta em

A) I, II e III.

B) II e III, apenas

C) I e III, apenas

D) I, apenas

E) II, apenas

21 (FCC/TRE-PB/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) Dentre os poderes atribuídos à Administração pública, é inerente ao poder

(A) regulamentar a possibilidade de criar direitos e obrigações aos administrados sempre que houver lacuna na lei disciplinando determinado tema.

(B) regulamentar a competência do executivo para editar ato normativo explicitando os deveres e direitos que tiverem sido instituídos por meio de lei, admitindo-se, inclusive, a delegação dessa atribuição.

(C) disciplinar a restrição de seu alcance para atingir apenas servidores e desde que possuam vínculo funcional adquirido mediante concurso com a Administração pública.

(D) hierárquico a possibilidade de imposição de penalidades aos servidores e administrados, sempre que agirem em desconformidade às normas ou aos princípios que regem a atuação dos entes públicos.

(E) disciplinar a precedência de relação de hierarquia para fundamentar e delimitar o âmbito de aplicação de medidas punitivas.

22 (FCC/TRE-PB/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) A organização da sociedade exige o estabelecimento de regras para ditar o convívio harmônico e balizar os diversos interesses contrapostos, incluindo os titularizados pelos administrados e os interesses públicos, que servem à coletividade. Para o estabelecimento dessa equação:

(A) é necessário haver expressa previsão legal sobre todas as condutas possíveis para a Administração pública e todas as vedações impostas aos administrados, tendo em vista que o exercício do poder de polícia é vinculado.

(B) a Administração pública lança mão do poder de polícia, cujo exercício se destina a limitar e condicionar o exercício de direitos individuais, sempre com fundamento normativo, ainda que não expresse.

(C) a Administração pública se vale do poder discricionário, que se expressa pela imposição de limitações aos direitos individuais dos administrados, com base na conveniência e oportunidade do Administrador, independentemente de fundamento na legislação vigente.

(D) é necessário que a Administração se valha de seu poder de polícia, que é sempre vinculado, nos estritos termos previstos em lei, desde que não inclua a imposição de penalidades, para o quê é necessária decisão judicial.

(E) é fundamental identificar o interesse público envolvido, que tem prevalência apriorística sobre os interesses individuais, cabendo à Administração pública a adoção de quaisquer medidas para impor obrigatoriamente o interesse da coletividade.

Capítulo 5

1 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) Será constitucional lei estadual ou distrital que preveja a disponibilidade de servidor público detentor de cargo efetivo e com regime jurídico estatutário pelo prazo de um ano com recebimento de proventos integrais.

2 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) Viola a CF a reestruturação convergente de carreiras análogas, por caracterizar provimento de cargo público sem concurso público, ao possibilitar que servidor aprovado em concurso de nível médio passe a integrar o sistema remuneratório do servidor aprovado em concurso para cargo de nível superior.

3 (CESPE/TCE-RN/ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO/2015) As pessoas físicas que espontaneamente assumem funções públicas em situações de calamidade são consideradas particulares em colaboração com o poder público e integram a administração pública em sentido subjetivo.

4 (CESPE/MPOG/ANALISTA/2015) O texto constitucional é silente em relação ao direito de greve dos servidores públicos.

5 (CESPE/MPOG/ANALISTA/2015) As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos na administração.

6 (CESPE/MPOG/ANALISTA/2015) A investidura em cargo público depende da aprovação prévia em concurso público, cujo prazo de validade previsto em lei é de dois anos, admitidas sucessivas prorrogações pelo mesmo período.

7 (CESPE/MPOG/ANALISTA/2015) O regime de subsídio foi imposto pela CF como forma obrigatória de remuneração para os cargos efetivos e empregos públicos criados após sua promulgação.

8 (CESPE/TCE-RN/INSPETOR/2015) Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF a respeito dos servidores públicos, julgue o item a seguir. Limite de idade fixado, exclusivamente, no edital do concurso público não supre a exigência constitucional de que o requisito seja estabelecido em lei.

9 (CESPE/TCE-RN/AUDITOR/2015) O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, está ligado ao regime geral de previdência social, mas, ao servidor que ocupa cargo comissionado e cargo público efetivo na administração pública estadual simultaneamente, aplica-se o regime próprio do ente público a que está vinculado.

10 (CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR/PROCURADOR DO MUNICÍPIO/2015) A CF estabelece que membros de poder, detentores de mandato eletivo, ministros de Estado e secretários estaduais e

municipais serão remunerados por subsídios fixados em parcela única, sendo permitido o pagamento de verba de representação.

11 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) A respeito das normas afetas aos servidores públicos, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() O servidor público eleito para o cargo de vereador poderá, caso haja compatibilidade de horários, acumular o exercício da vereança com seu cargo, função ou emprego público.

() Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão aplica-se o Regime Geral da Previdência Social.

() Os cinco anos de exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria do servidor necessitam ser exercidos ininterruptamente.

() Compete à lei ordinária especificar as enfermidades graves, contagiosas ou incuráveis que ensejam aposentadoria por invalidez permanente com direito a proventos integrais.

a) F, V, F, F

b) F, V, V, V

c) F, V, F, V

d) V, V, V, V

e) V, V, F, V

12 (ESAF/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Considerando-se as disposições constitucionais inerentes à Administração Pública, é correto afirmar:

a) A proibição de acumulação de cargos públicos não se estende a funções públicas.

b) É possível a utilização de símbolos que identifiquem determinada autoridade na propaganda oficial de obras e serviços públicos, sendo inconstitucional, contudo, o uso de nomes e imagens.

c) Não haverá restrições a ocupante de cargo público no tocante à sua atuação enquanto servidor ou após deixar de sê-lo.

d) É cabível provimento de cargo público por contratado.

e) É possível, nos termos da Constituição, a acumulação remunerada de um cargo técnico com outro, científico.

13 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) Em relação aos servidores públicos, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

a) São efetivos, após três anos de exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

- b) O servidor demitido que tiver a decisão de sua demissão invalidada judicialmente será reconduzido ao cargo que ocupava.
- c) O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão pode optar pelo regime de previdência dos servidores públicos.
- d) Aos municípios há vedação constitucional de estabelecerem regime de previdência complementar para seus servidores.
- e) É constitucional o cômputo dos tempos de serviço, e não de contribuição federal, estadual e municipal para fins de disponibilidade, sendo lícita, para fins de aposentadoria, a contagem cumulativa dos respectivos tempos de contribuição, e não de serviço

14 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) A Constituição Federal reserva um capítulo para tratar da Administração Pública. Sobre a Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos, a suspensão do exercício da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) a Constituição Federal dispõe sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
- c) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato.
- d) a Constituição Federal estabelece prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- e) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

15 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) A respeito dos cargos públicos e das funções de confiança, assinale a opção incorreta. a) A existência do cargo público está condicionada à adoção de regime jurídico estatutário.

- b) Quando o agente público tem sua relação jurídica com o poder público definida diretamente por lei, o lugar a ser ocupado pelo agente, independentemente de se tratar de agente político ou de servidor público, dentro da estrutura da administração pública estatal, será um cargo público.

- c) Todo cargo tem função, há situações excepcionais, todavia, em que o agente público poderá desempenhar função sem ocupar cargo público.
- d) Desde que o servidor ocupe cargo efetivo, ele pode ser nomeado para exercer função de confiança.
- e) Os ocupantes dos cargos em comissão são servidores públicos.

16 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) O ocupante de cargo público possui o seguinte direito constitucional, conforme expresso na Constituição Federal:

- a) proteção em face da automação, na forma da lei.
- b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- c) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- e) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.

17 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Constituem modalidades de indenização ao servidor público as seguintes espécies de verbas, exceto:

- a) auxílio-moradia.
- b) adicional de insalubridade.
- c) ajuda de custo.
- d) diárias.
- e) transporte

18 (ESAF/AFRFB/AUDITOR FISCAL/2014) Nos termos do disposto na Constituição Federal, em se tratando dos agentes públicos, é correto afirmar:

- a) há que se observar, para fins de aferição de isonomia, as vantagens relativas à natureza do trabalho desempenhado.
- b) a demissão de servidor estável, ao ser invalidada por sentença judicial, resulta em colocação do mesmo em disponibilidade remunerada até o aproveitamento dele em outro cargo.
- c) independentemente da causa da invalidez, a aposentadoria por invalidez permanente, devidamente homologada, resultará em proventos integrais.

- d) aos servidores aposentados em determinado cargo, deverá ser estendido um benefício concedido a todos os ocupantes do referido cargo ainda em atividade.
- e) para fins de aposentadoria e disponibilidade, efetuar-se-á a soma dos tempos de serviço federal, estadual, distrital e municipal.

19 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) A Constituição Federal traz vários mandamentos referentes aos servidores públicos. Desse modo, assinale a opção correta.

- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b) O ocupante de cargo público efetivo tem direito ao fundo de garantia por tempo de serviço.
- c) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- d) Os estrangeiros nunca podem assumir cargos públicos.
- e) Não há previsão de que o servidor público goze de licença paternidade.

20 (FGV/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2015) Leandro, servidor público estadual estável ocupante de cargo efetivo, praticou grave falta funcional punível com pena de demissão. De acordo com a Constituição da República de 1988, Leandro poderá perder o cargo em virtude de:

- (A) sentença judicial contra a qual caiba recurso com efeitos devolutivo e suspensivo;
- (B) processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- (C) sindicância sumária em que lhe sejam assegurados contraditório e ampla defesa;
- (D) decisão da autoridade administrativa devidamente fundamentada, independentemente de prévio processo administrativo;
- (E) decisão da autoridade judicial devidamente fundamentada, independentemente de prévio processo judicial ou administrativo.

21 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-JURÍDICO/2015) Determinado Prefeito Municipal foi informado sobre a carência de pessoal em diversos setores da administração pública. À luz desse quadro, solicitou que sua assessoria se manifestasse a respeito de alguns aspectos do concurso público a ser realizado, bem como sobre a possibilidade de remanejamento de servidores no âmbito da própria administração. Dentre as proposições ofertadas pela assessoria, a única que se compatibiliza com a Constituição da República é:

- (A) somente a lei, não o edital, pode condicionar à aprovação em exame psicotécnico a habilitação de candidato a concurso público;

- (B) é possível a transposição de cargos, no âmbito da administração, ainda que integrem carreiras diversas, desde que os requisitos para o preenchimento sejam os mesmos;
- (C) não há qualquer limitador à previsão de critério etário em edital de concurso público, o que decorre da exigência de tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria;
- (D) a idade mínima para que o candidato possa participar do concurso público é matéria tipicamente regulamentar, devendo ser prevista no edital do respectivo certame;
- (E) não há qualquer limitador à exigência de altura mínima em edital de concurso público, o que decorre da necessidade de a administração pública padronizar o perfil dos seus servidores.

22 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO/2015) Maria é servidora pública municipal ocupante exclusivamente de cargo em comissão há dez anos. Ao descobrir que Maria estava grávida, o Prefeito Municipal decide exonerá-la, mas solicita, por cautela, parecer prévio à Procuradoria Municipal. Com base nas normas constitucionais que regem a matéria, o Procurador emite, corretamente, parecer no sentido de que:

- (A) apesar de o cargo em comissão ser de livre nomeação e exoneração, a servidora goza de estabilidade provisória decorrente da gravidez, razão pela qual não é recomendável sua imediata exoneração;
- (B) apesar de o cargo em comissão ser de livre nomeação e exoneração, a exoneração da servidora por motivo exclusivo de gravidez deve ser precedida de processo administrativo no qual se comprove a existência gestação;
- (C) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, desde que não conste na fundamentação do ato a existência da gravidez, para evitar a aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (D) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, conforme vontade do Prefeito, eis que cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, não fazendo jus a servidora a qualquer estabilidade;
- (E) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, antes do nascimento do filho, eis que, apesar de a servidora não ter direito à estabilidade provisória pela gravidez, terá direito à licença maternidade.

23 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO/2015) Antônio é servidor público estatutário municipal estável ocupante de cargo efetivo. Após estudos estratégicos sobre pessoal, realizados pela Secretaria Municipal de Administração, foi editada lei municipal extinguindo alguns cargos do Poder Executivo, dentre eles o ocupado por Antônio. De acordo com a disciplina constitucional que rege a matéria, Antônio:

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (B) será promovido, por critério de ascensão, a outro cargo efetivo existente, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;

- (C) será reconduzido a outro cargo efetivo que exija mesma escolaridade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (D) será reintegrado a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário, mantida sua remuneração;
- (E) ficará em readaptação a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário.

24 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) Epaminondas, servidor público estadual, ao refletir sobre a possibilidade de concorrer a um mandato eletivo, procurou um advogado e pediu orientação a respeito da sistemática constitucional de acumulação de cargos públicos. A esse respeito, é correto afirmar que o servidor público:

- (A) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, terá o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- (B) pode acumular qualquer cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (C) pode acumular, dentre outros, dois cargos de natureza técnica ou científica, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (D) não pode acumular nenhum cargo público, ainda que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (E) no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, deverá ficar sempre afastado do cargo, emprego ou função junto à administração pública direta ou indireta.

25 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) José é servidor público municipal estatutário ocupante do cargo efetivo de técnico legislativo há vinte anos e completará sessenta e cinco anos de idade no próximo mês, quando irá se aposentar. Levando em consideração que José não possui qualquer tempo de contribuição além dos vinte anos no mesmo cargo citado, é correto afirmar que sua aposentadoria será:

- (A) compulsória e com proventos integrais;
- (B) compulsória e com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- (C) voluntária e com proventos integrais;
- (D) voluntária e com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (E) voluntária e com proventos proporcionais ao regime geral de previdência social.

26 (FGV/TCE-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO/2015) Maria é médica e pretende prestar concurso público, com a intenção de obter mais de um cargo público. A propósito do tema, é correto afirmar que:

- (A) é ilícita a acumulação de cargo de médico de um hospital público com o cargo de professor de uma universidade pública;

- (B) na acumulação remunerada de cargos públicos, o limite remuneratório incide sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor público;
- (C) a administração pública deverá adequar a carga horária da servidora para possibilitar a acumulação remunerada de cargos;
- (D) o cargo de auditor do Tribunal de Contas poderá ser acumulado com o cargo de médico, pois ambos são cargos com profissão regulamentada;
- (E) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a acumulação de cargo técnico-científico com um cargo de professor é condicionada à correlação de matérias entre os cargos.

27 (FGV/TCE-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO/2015) A Constituição de 1988 procurou cuidar de vários temas sobre os servidores públicos, como o teto remuneratório; a perspectiva da revisão geral dos valores vencimentais e a estabilidade. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I – A percepção de subsídio por servidor público exclui o direito a quaisquer outras vantagens, inclusive diárias e verbas indenizatórias.
- II – A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos se dá de forma automática, prescindindo de lei que a preveja.
- III – A estabilidade alcança os empregados públicos que hajam sido admitidos por aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

São corretas as seguintes alternativas:

- (A) I, II e III;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) nenhuma delas

28 (FGV/DEFENSORIA PÚBLICA-RO/ANALISTA JURÍDICO/2015) Renan, servidor público estadual ocupante do cargo efetivo de Analista Jurídico da Defensoria Pública de Rondônia, elegeu-se Deputado Estadual. Com base na Constituição da República, Renan:

- (A) terá que requerer exoneração de seu cargo efetivo para poder assumir o cargo eletivo;
- (B) se houver compatibilidade de horário, poderá acumular as funções e perceberá as vantagens de ambos os cargos;
- (C) ficará afastado de seu cargo efetivo, auferindo tão somente a remuneração do cargo eletivo;
- (D) ficará licenciado de seu cargo efetivo, auferindo a remuneração de ambos os cargos;
- (E) se houver compatibilidade de horário, poderá acumular ambos os cargos, mas terá que escolher a remuneração de um deles.

29 (FGV/DEFENSORIA PÚBLICA-RO/ANALISTA JURÍDICO/2015) Determinado Deputado Estadual, sensibilizado com a situação dos servidores públicos do Poder Executivo, que há anos não recebiam qualquer aumento salarial, decidiu elaborar um projeto de lei a respeito dessa temática. O projeto,

considerando a precária situação financeira do Estado, repôs as perdas decorrentes da inflação e concedeu um aumento real de apenas 0,5% (meio por cento). O projeto, que contou com amplo apoio da população, foi aprovado pela Assembleia Legislativa e, ao final, sancionado pelo Governador. A partir dessa narrativa, é correto afirmar que a lei decorrente desse processo legislativo é:

- (A) constitucional, pois compete ao Estado legislar sobre os respectivos servidores públicos;
- (B) inconstitucional, pois a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, não sendo o vício sanado pela sanção;
- (C) constitucional, desde que o reajuste fornecido aos servidores estaduais não supere aquele concedido aos servidores da União;
- (D) inconstitucional, pois a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Legislativo e a sanção não supriu o vício;
- (E) constitucional, desde que a Constituição Estadual tenha reconhecido a iniciativa legislativa dos Deputados Estaduais nessa matéria.

30 (FGV/SEFAZ-CUIABÁ/AUDITOR FISCAL/2014) A respeito dos agentes públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão está sujeito ao Regime Geral de Previdência Social.
- II. O servidor temporário está sujeito, enquanto mantiver o vínculo, ao Regime Próprio de Previdência do Servidor Público.
- III. Um servidor efetivo, ocupante de cargo técnico, não pode acumular o seu cargo com outro de igual natureza, mas pode fazê-lo em relação aos empregos públicos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

31 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Sobre cargos, empregos e funções públicas, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- () Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- () Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) V, F e V.
- (D) V, V e V.
- (E) F, F e V

32 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Jorge, diretor municipal concursado com mais de 20 anos de serviço público, foi demitido por suposto abandono de cargo. O processo administrativo disciplinar foi instaurado regularmente, mas não lhe foi facultada a ampla defesa, tampouco o contraditório. Assim, Jorge obteve judicialmente a anulação da demissão com a consequente reinvestidura no cargo que ocupava anteriormente. Ocorre, porém, que seu cargo estava agora ocupado por Maria, também professora da rede municipal concursada, que deixara de dar aulas em outra escola pública para assumir esse cargo de diretora. Considerando o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Jorge será reintegrado e Maria será reconduzida ao cargo que ocupava anteriormente, com direito a indenização.
- (B) Jorge será reinvestido – o ato configurará reversão – e Maria será reconduzida ao cargo que ocupava anteriormente, sem direito a indenização.
- (C) Jorge será reintegrado e Maria será reconduzida ao cargo de origem, sem indenização, ou será aproveitada em outro cargo, ou posta em disponibilidade.
- (D) Jorge será reinvestido – o ato configurará reversão – e Maria será aproveitada em outro cargo de diretoria, sem perder a promoção.
- (E) Jorge deverá ocupar outro cargo até que Maria seja reconduzida ao cargo que ocupava anteriormente.

33 (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-BA/ASSESSOR LEGISLATIVO/2014) Sandra é servidora pública do Poder Executivo tendo sido nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público de provas e títulos. De acordo com as normas da Constituição Federal, sua estabilidade no cargo ocorrerá após três anos de efetivo exercício e ela só poderá perder o cargo após

- (A) decisão liminar em ação coletiva.
- (B) decisão política de órgão do Poder Legislativo.
- (C) julgamento administrativo sumário.
- (D) sentença judicial transitada em julgado.
- (E) decisão administrativa do Poder Judiciário

34 (FGV/MPE-MS/DIREITO/2013) Acerca das disposições constitucionais referentes à Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros, natos ou naturalizados, vedado o seu preenchimento por estrangeiros não naturalizados.

II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III. A Emenda Constitucional n. 19/1998 passou a vedar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

35 (FGV/MPE-MS/DIREITO/2013) O prefeito recém-eleito do Município “X”, visando tornar a administração municipal mais eficiente, resolve elaborar uma nova forma de atuação da Administração Pública e, para tanto, precisa reorganizá-la. Considerando a situação acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prefeito pode criar qualquer órgão público sem necessitar de lei para tanto, desde que não implique em aumento de despesa.
- (B) O prefeito não pode criar ou extinguir órgão público, somente podendo reestruturar a administração pública desde que não crie despesa.
- (C) O prefeito pode criar órgão público somente por lei, a qual será de sua iniciativa ou do secretário municipal ao qual o órgão estiver vinculado.
- (D) O prefeito pode extinguir qualquer órgão público sem necessitar de lei para tanto, já que isso, necessariamente, não implicará em aumento de despesa.
- (E) O prefeito pode criar ou extinguir órgão público desde que não crie nova despesa, somente necessitando de lei caso deseje criar ente da administração pública indireta.

36 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Com base no Art. 41 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Disponibilidade é a situação funcional na qual o servidor passa à inatividade em virtude da extinção de seu cargo ou da declaração de sua desnecessidade.

II. Estabilidade é a situação estatutária pessoal adquirida pelo servidor público civil nomeado para cargo de provimento efetivo, após três anos de efetivo exercício, que lhe garante a permanência no serviço público.

III. Reintegração é uma garantia do servidor público estável destinada à correção jurídica de uma demissão inválida. Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.

- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

37 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Sobre as possibilidades de a Administração promover a exoneração ex officio de um servidor, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor ocupante de cargo efetivo não satisfazer as condições do estágio probatório.
- II. O servidor, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo legal.
- III. O servidor no exercício de cargo em comissão, a juízo da autoridade competente.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

38 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Determinado Município, com o objetivo de estabelecer limitadores para a remuneração dos servidores públicos, editou lei dispendo que os valores recebidos pelos Procuradores Municipais equivaleriam a 70% daqueles pagos aos Procuradores Estaduais. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que essa lei é

- (A) inconstitucional, pois é vedada a vinculação de espécies remuneratórias para efeito de remuneração do pessoal do serviço público.
- (B) constitucional, pois os entes federados devem estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- (C) inconstitucional, já que um comando dessa natureza somente poderia ser inserido na lei orgânica, que é a “constituição” do Município.
- (D) constitucional, pois os padrões remuneratórios do Município devem guardar uma relação de proporcionalidade com aqueles praticados pelo Estado.
- (E) inconstitucional, pois a política remuneratória dos Estados e dos Municípios deve ser disciplinada na Constituição Estadual.

39 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Em determinado Município, existem duas carreiras no funcionalismo público ao alcance de pessoas que possuem nível superior em contabilidade, sendo que, em ambas, a remuneração recebida pelos servidores é a mesma. Em uma das carreiras, os servidores têm competência para realizar a fiscalização tributária, enquanto, na outra, devem realizar o controle interno dos atos de gestão praticados pela Administração Pública. Em razão de reforma administrativa, foi permitido que os servidores de uma carreira fossem investidos em cargos inseridos em outra, desde que realizassem a opção formal no prazo de 30

(trinta) dias, a contar da publicação da respectiva lei. Consoante a sistemática constitucional, é correto afirmar que essa lei é

(A) inconstitucional, pela só razão de a lei não poder condicionar o interesse público à opção dos servidores.

(B) constitucional, pois a transposição de cargos públicos é plenamente compatível com a regra constitucional que exige que a primeira investidura em cargo público seja precedida de concurso.

(C) inconstitucional, pois reforma dessa natureza somente poderia ser realizada pela lei orgânica municipal. (D) constitucional, pois ambas as carreiras exigiam a mesma formação por parte dos pretendentes, acrescentando-se que todos os servidores foram aprovados em concurso público.

(E) inconstitucional, pois permitiu que os servidores, sem prévia aprovação em concurso público, fossem investidos em cargo que não integra a sua carreira.

Capítulo 6

1 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A condenação em processo administrativo disciplinar produz efeitos na esfera penal, mas não na civil.

2 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) A responsabilidade administrativa do servidor deverá ser afastada no caso de absolvição criminal por insuficiência de provas.

3 (CESPE/AGENTE/DPU/2016) Com referência ao servidor público federal, a responsabilidade administrativa e a penal são independentes entre si, podendo cumular-se, salvo no caso de absolvição criminal que negue a ocorrência do fato ou a sua autoria.

4 (FCC/TRT-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Moisés, agente público encarregado da guarda do patrimônio de museu público, não tomou as medidas necessárias para garantir a inviolabilidade do local, acarretando a invasão do museu e o furto de valiosa obra de arte.

A conduta negligente de Moisés

(A) não caracteriza ato de improbidade administrativa.

(B) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

(C) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

(D) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de dez anos.

(E) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.

5 (ESAF/ATRFB/2012) Quanto à responsabilidade do servidor público, não se pode afirmar, corretamente, que:

a) o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

b) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

c) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

d) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

e) as sanções civis, penais e administrativas são independentes entre si e, por isso, não podem ser aplicadas cumulativamente.

6 (FCC/TRT 5ª/ANALISTA/2008) Em matéria de responsabilidades do servidor público federal, analise:

I. A responsabilidade penal abrange também as contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

II. A responsabilidade civil-administrativa resulta também de ato comissivo praticado no desempenho do cargo ou função .

III. As sanções civis penais e administrativas não poderão cumular-se, mesmo quando dependentes entre si.

IV. A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência de sua autoria .

Nesses casos, APENAS são corretos :

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

7 (FCC/TRT 5ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2008) A respeito das responsabilidades do servidor público civil da União, em conformidade com a Lei no 8.112/90, é correto afirmar:

(A) A responsabilidade penal do servidor abrange tão-só os crimes contra a Administração Pública.

(B) A obrigação de reparar o dano não se estende aos sucessores.

(C) A responsabilidade civil do servidor decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

(D) Sendo independentes as instâncias, a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada, mesmo no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato.

(E) Tratando-se de dano causado a terceiros, a responsabilidade será da União, respondendo o servidor apenas no âmbito administrativo.

8 (FCC/TRT 18ª/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2008) Com referência à responsabilidade do servidor, de acordo com a Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, é correto afirmar:

(A) Mesmo que o servidor seja absolvido em processo criminal por decisão que negue a existência do fato, o servidor responderá administrativamente.

(B) O servidor demitido em processo administrativo pela prática de ato irregular no exercício do cargo, não responderá civilmente pelo mesmo ato.

(C) A responsabilidade penal abrange apenas os crimes imputados ao servidor, nessa qualidade.

(D) A obrigação de reparar o dano causado ao erário ou a terceiros estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

(E) Se o terceiro prejudicado for ressarcido pelo Poder Público em regular ação judicial, o servidor não responderá pelo dano a ele causado.

9 (FCC/TRE MS/ANALISTA JUDICIÁRIO/2007) Mário, analista judiciário, no exercício de suas funções praticou ato omissivo culposo que resultou em prejuízo a terceiros. Neste caso,

(A) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que praticou o ato no exercício de suas atividades funcionais.

(B) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que Mário praticou um ato omissivo e não comissivo.

(C) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que Mário praticou um ato culposo e não doloso.

(D) não haverá responsabilidade civil de Mário, uma vez que o resultado de seu ato resultou prejuízo a terceiros e não ao erário.

(E) haverá responsabilidade civil decorrente do ato omissivo culposo praticado por Mário.

Capítulo 7

1 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Os danos oriundos de ato jurisdicional ensejam a responsabilização direta e objetiva do juiz prolator da decisão.

2 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A responsabilidade objetiva de empresa concessionária de serviço público alcança usuários e não usuários do serviço público.

3 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A responsabilidade objetiva do Estado não alcança atos que produzam danos aos seus próprios agentes, hipótese em que sua responsabilidade será subjetiva.

4 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2015) Acerca da responsabilidade do Estado na doutrina pátria e na jurisprudência do STF. A responsabilidade objetiva do Estado, pela teoria do risco administrativo, indica ser suficiente a concorrência da conduta do agente público, do dano ao terceiro e do nexo de causalidade, não havendo causas excludentes da responsabilidade estatal.

5 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2015) Acerca da responsabilidade do Estado na doutrina pátria e na jurisprudência do STF. O servidor público responderá por atos dolosos e culposos que causem danos ao administrado, e essa responsabilidade será apurada regressivamente em litígio que envolva o servidor e o ente público ao qual está vinculado, em caso de obrigação do Estado de ressarcir o dano causado ao lesado.

6 (CESPE/FUB/ADMINISTRADOR/2015) Considerando a responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte. A responsabilidade civil do Estado deve ser excluída em situações inevitáveis, isto é, em caso fortuito ou em evento de força maior cujos efeitos não possam ser minorados.

7 (CESPE/AUDITOR/TCE-RN/2015) A respeito de responsabilidade civil do Estado por danos, abuso de poder e má gestão de serviços públicos, julgue o item a seguir. Haverá responsabilidade objetiva do Estado quando seus agentes, ainda que fora do expediente do trabalho, praticarem atos com excesso, utilizando-se de sua condição funcional.

8 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) Acerca da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, eleger a opção que contenha a sequência correta.

() Segundo a teoria do risco integral, basta a existência do evento danoso e do nexo causal para que surja a obrigação de indenizar para o Estado, admitindo-se, porém, a alegação de excludentes de responsabilidade em sua defesa.

() Toda a administração pública, direta e indireta, está abrangida pelo § 6º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado na modalidade de risco administrativo.

() Há responsabilidade civil objetiva nas empresas que prestam serviço público mesmo em relação aos danos que sua atuação cause a terceiros não usuários do respectivo serviço público.

() O agente causador do dano, cuja conduta foi imputada à pessoa jurídica, a qual está vinculado somente será responsabilizado se for comprovado que ele atuou com dolo ou culpa, ou seja, sua responsabilidade é subjetiva na modalidade culpa comum.

a) V, F, V, F

b) F, V, F, V

c) V, V, F, F

d) F, F, F, V

e) F, F, V, V

9 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-JURÍDICO/2015) O motoboy Ricardo conduzia sua motocicleta em via pública para fazer a última entrega de pizza da noite, quando foi abalroado por ônibus de propriedade de determinada sociedade empresária concessionária de serviço público de transporte coletivo municipal, conduzido pelo motorista Antônio, que invadiu a contramão de direção, dando causa à colisão. Em decorrência do acidente, Ricardo sofreu lesões corporais de natureza gravíssima, consistentes na amputação do pé esquerdo e parte da perna esquerda. De acordo com a Constituição da República de 1988, aplica-se, na hipótese, a responsabilidade civil:

(A) subjetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado diretamente pelo poder público municipal, desde que haja a efetiva comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus;

(B) subjetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado pela sociedade empresária prestadora do serviço público, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus;

(C) objetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado solidariamente pela sociedade empresária prestadora do serviço público, poder público municipal e motorista, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do desse último;

(D) objetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado diretamente pelo poder público municipal, desde que haja a efetiva comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus;

(E) objetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado pela sociedade empresária prestadora do serviço público, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus

10 (FGV/TCE-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO/2015) Um dos grandes desafios do administrador público, na atualidade, tem sido a administração do sistema prisional, abrindo o debate acerca da possibilidade de participação do setor privado na administração do sistema penitenciário. Acerca do tema, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

(A) é viável a realização de parceria público-privada para a construção e gestão de estabelecimento prisional, na modalidade patrocinada, pois a administração pública deverá arcar com a totalidade das despesas envolvidas na atividade;

(B) o contrato de parceria público-privada deve prever, dentre as suas cláusulas, a delegação do poder de polícia ao particular, para que haja efetiva fiscalização no interior do presídio;

(C) a morte de um detento no interior do estabelecimento prisional, seja por ato de terceiro ou por suicídio, enseja a responsabilidade objetiva do Estado, sendo prescindível a demonstração da culpa;

(D) se um detento, alguns meses após fugir do estabelecimento prisional, subtrair bem de terceira pessoa, será o Estado obrigado a reparar o dano;

(E) não cabe ao Tribunal de Contas do respectivo Estado fiscalizar a execução de um contrato de parceria público-privada, eis que se trata de atividade desenvolvida por particular.

11 (FGV/TCE-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO/2015) Acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado, é correto afirmar que:

(A) há responsabilidade do Estado por danos causados a particulares decorrentes de lei declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário;

(B) a responsabilidade civil das concessionárias e permissionárias de serviço público pressupõe a existência de falha na prestação do serviço;

(C) o Estado é solidariamente responsável por quaisquer danos decorrentes de condutas das concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

(D) o direito de regresso é exercido pelo Estado contra seus agentes que, agindo no horário de trabalho, tenham intencionalmente dado causa a danos a terceiros;

(E) a indenização devida pelo Estado à vítima deve ser proporcional ao grau de culpabilidade do agente estatal causador do dano.

12 (FGV/DEFENSORIA PÚBLICA-RO/ANALISTA JURÍDICO/2015) Funcionário da área técnica de sociedade empresária concessionária de serviço público de telefonia móvel realizava conserto em uma antena instalada em torre de telefonia celular, quando deixou uma ferramenta cair da altura de quinze metros. O material atingiu o veículo de Alberto, que estava regularmente estacionado em via pública. Visando à obtenção de indenização pelos danos sofridos, Alberto buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, oportunidade em que lhe foi informado que incide a responsabilidade civil:

- (A) subjetiva do poder concedente, que responde diretamente pelos danos causados pela empresa concessionária, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do agente;
- (B) subjetiva da concessionária, que responde pelos danos causados por seu agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa;
- (C) objetiva do poder concedente, que responde diretamente pelos danos causados pela empresa concessionária, caso se comprove dolo ou culpa do agente causador do dano;
- (D) objetiva da concessionária, que responde pelos danos causados por seu agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa;
- (E) solidária e subjetiva do poder concedente e da concessionária, que respondem conjuntamente pelos danos causados pelo agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa.

13 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (B) A característica fundamental da responsabilidade objetiva é a necessidade de restar comprovada, pelo lesado, a culpa do agente ou do serviço pelo fato administrativo.
- (C) O fato de ser o Estado sujeito à teoria da responsabilidade objetiva significa que o ente estatal será responsável por tudo o que acontece no meio social.
- (D) O Estado somente poderá causar danos a particulares por atos comissivos.
- (E) O direito de regresso é assegurado ao lesado no sentido de dirigir sua pretensão indenizatória contra o agente responsável pelo dano.

14 (FGV/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2015) José, vendedor ambulante legalmente estabelecido nas proximidades de uma Delegacia de Polícia, foi vítima da ação de criminosos armados, que levaram todas as suas mercadorias. Insatisfeito com a insegurança da localidade, pensou em processar o Estado. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) o Estado sempre será responsabilizado objetivamente pelas falhas na segurança pública;
- (B) a conduta omissiva, com a infração do direito social à segurança pública, enseja a responsabilidade subjetiva do Estado;
- (C) a inobservância do dever genérico e universal de proteção da propriedade privada sempre enseja a responsabilidade objetiva do Estado;
- (D) tanto as condutas comissivas como as omissivas dos agentes do Estado sempre atrairão a responsabilidade objetiva deste ente;
- (E) o Estado, a exemplo do particular, somente pode ser responsabilizado, em qualquer situação, caso seja demonstrado o dolo ou a culpa dos seus agentes.

15 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Maria caiu abruptamente em buraco existente na calçada da Rua Sem Número, o que pôde ser provado por meio de boletim de atendimento médico feito no hospital Municipal de Niterói, além de fotos do local e do depoimento de testemunha que presenciou o fato. O acidente resultou em lesões no tornozelo esquerdo compatíveis com o acidente, tendo as provas documental e pericial comprovado a precariedade da conservação pública do local. Diante do caso concreto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade pela conservação das calçadas é dos proprietários dos imóveis em frente e não do Município, o que afasta a responsabilidade objetiva do ente público pelo acidente.
- (B) A ocorrência de omissão é específica do Município, pois a causa do evento que provocou o dano foi a falta de cumprimento pelo ente público do dever de conservação e fiscalização das calçadas, para propiciar segurança à circulação dos pedestres.
- (C) A responsabilidade perseguida do ente público é subjetiva, razão pela qual não basta a demonstração do fato, do dano e do nexo causal.
- (D) Não tendo a municipalidade comprovado nenhuma das causas excludentes de sua responsabilidade, como fato exclusivo da vítima ou de terceiro, ou de caso fortuito ou força maior, não responde objetivamente pelos danos causados à pedestre.

(E) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é regulada no Art. 37, § 6º, da Constituição da República, a prever somente a responsabilidade subjetiva.

16 (FGV/SEFAZ-CUIABÁ/AUDITOR FISCAL/2014) Uma ambulância do Município, ao transportar um paciente de emergência, com os avisos luminosos e sonoros ligados, atropelou um pedestre que atravessava a rua fora da faixa, distraído com o seu telefone celular. Considerando o tema da responsabilidade civil da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

(A) Está configurada a responsabilidade civil do Município, com suporte na teoria do risco integral, que afasta a necessidade de demonstração de culpa.

(B) A responsabilidade civil do Município está afastada, mas o motorista da ambulância responde pelos danos causados, se agiu com culpa.

(C) A responsabilidade do Município, no caso, depende da presença dos seguintes elementos: ação do agente estatal, dano, nexo de causalidade e culpa.

(D) Não se configura, no caso descrito, a responsabilidade do Município, uma vez que as pessoas jurídicas de direito público somente respondem por atos ilícitos.

(E) A responsabilidade do Município independe da demonstração de culpa do agente público, mas pode ser mitigada ou mesmo excluída caso seja demonstrada a culpa concorrente ou exclusiva da vítima.

17 (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-BA/ASSESSOR LEGISLATIVO/2014) Diante de um evento provocado por servidor público de um determinado ente federativo, em que restou comprovada a ação do servidor, o nexo causal e o dano, mas não restou provada a culpa ou dolo do servidor, bem como não se constatou fortuito, força maior, culpa exclusiva ou concorrente da vítima, assinale a alternativa que dispõe de maneira correta sobre as consequências do evento.

(A) O servidor público deverá arcar diretamente pelo dano.

(B) Não haverá responsabilidade do servidor, tampouco do ente ao qual se vincula.

(C) O ente ao qual se vincula o servidor deverá arcar com o dano e poderá ser ressarcido, em relação a esse dano, por parte do servidor.

(D) O ente ao qual se vincula o servidor deverá arcar com o dano e não poderá ser ressarcido em relação a esse dano, por parte do servidor.

(E) Os prejuízos causados deverão ser ressarcidos em conjunto pelo servidor e pelo ente ao qual se vincula, na proporção de 50% para cada um.

18 (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-BA/AUDITOR/2014) Dentre as pessoas jurídicas listadas a seguir, assinale aquela que não se enquadra na disciplina da responsabilidade civil veiculada no artigo 37, § 6º, da CRFB/88.

- (A) Empresa pública não prestadora de serviço público
- (B) Autarquia
- (C) Corporação pública
- (D) Agência reguladora
- (E) Concessionária de serviço público

19 (FGV/MPE-MS/DIREITO/2013) João, policial militar do Estado “X”, ao presenciar uma tentativa de assalto, realiza disparos de arma de fogo que impedem a ocorrência do crime e atingem um automóvel estacionado no local. Considerando a situação acima descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado “X” não responde pelo dano causado ao automóvel, vez que tal foi necessário para impedir a prática de um crime.
- (B) O Estado “X” responde pelo dano causado e poderá, em ação regressiva, apurar a responsabilidade de João, caso comprove que agiu com culpa em sentido amplo.
- (C) O Estado “X” responde pelo dano causado juntamente com João, tendo em vista que é manifesta a falha na prestação do serviço.
- (D) João, apesar de no exercício de seu múnus público, responde pelo ato, vez que o dono do automóvel não tinha qualquer relação com o crime.
- (E) O dano ao automóvel, por decorrer de fortuito externo, não gera a responsabilização nem do Estado “X”, nem de seu policial, João.

20 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Considere a seguinte situação hipotética: em determinado Município do Estado do Mato Grosso houve grandes deslizamentos de terras provocados por fortes chuvas na região, causando o soterramento de casas e pessoas. O ente público foi condenado a indenizar as vítimas, em razão da ausência de sistema de captação de águas pluviais que, caso existisse, teria evitado o ocorrido. Nesse caso, a condenação está

- a) correta, tratando-se de típico exemplo da responsabilidade disjuntiva do Estado.
- b) incorreta, por ser hipótese de exclusão da responsabilidade em decorrência de fator da natureza.
- c) correta, haja vista a omissão estatal, aplicando-se a teoria da culpa do serviço público.

d) correta, no entanto, a responsabilidade estatal, no caso, deve ser repartida com a da vítima.

e) incorreta, haja vista que o Estado somente responde objetivamente, e, no caso narrado, não se aplica tal modalidade de responsabilidade.

21 (FCC/DPE-RR/ANALISTA/2015) Funcionário de sociedade de economia mista responsável pelo abastecimento de água realizava obras em canalização de determinada via pública, quando, por imperícia, gerou vazamento, que causou inundação e danos materiais a morador da área. Nesse caso, o Estado

(A) tem responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem a possibilidade de exercer direito de regresso em face do funcionário.

(B) não possui responsabilidade objetiva, vez que a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.

(C) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado, sem prejuízo de exercer direito de regresso em face do funcionário.

(D) não possui responsabilidade objetiva, pois ausente o dolo na conduta do funcionário.

(E) possui responsabilidade objetiva, devendo indenizar o particular lesado na medida e proporção da culpabilidade do funcionário.

22 (FCC/TCE-CE/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2015) Emengardo sofre acidente de veículo e é levado ao hospital público local. No hospital, após aguardar 5 horas por atendimento médico sem recebê-lo, Emengardo vem a falecer. Neste caso, pela morte de Emengardo, o Estado

(A) tem responsabilidade solidária.

(B) tem responsabilidade integral.

(C) não tem responsabilidade.

(D) tem responsabilidade subsidiária.

(E) tem responsabilidade subjetiva.

23 (FCC/TCE-CE/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2015) Obra pública metroviária executada pelo Estado do Ceará, no Município de Fortaleza, ocasionou danos estruturais em trinta imóveis privados, obrigando os respectivos moradores a deixarem suas residências, dado o risco iminente de desabamento. Nesta situação, o Estado

(A) tem o dever de reparar os danos causados aos moradores de referidos imóveis, cuidando-se da denominada responsabilidade extracontratual do Estado, que encontra fundamento em vários princípios, dentre eles o da igualdade de ônus e encargos sociais.

(B) tem o dever de reparar os danos causados aos moradores dos referidos imóveis, tratando-se da denominada responsabilidade contratual, que tem origem na violação de cláusulas do instrumento de contrato, dado que na hipótese a obra metroviária é executada por empresa que mantém, com o Estado, contrato de execução de obra pública.

(C) não tem o dever de reparar os danos causados aos moradores de referidos imóveis, por se tratar de comportamento lícito estatal consistente na construção de obra pública, que não gera o dever de indenizar, em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

(D) pode ser responsabilizado somente com a demonstração de culpa do agente público e nexos causal em relação aos danos.

(E) não é responsável pela reparação dos danos, mas, tão somente, a empresa contratada para execução das obras, desde que reste demonstrada sua ação culposa ou dolosa.

24 (FCC/MANAUSPREV/PROCURADOR AUTÁRQUICO/2015) O Tabelionato de Notas de um determinado município procedeu ao reconhecimento de firma de uma procuração que outorgava poderes para alienação de um imóvel. Apurou-se, posteriormente, que a assinatura era falsa e que a procuração fora efetivamente utilizada no processo de alienação, lesando o real titular do domínio do bem. Diante desse cenário, afigura-se como solução coerente com o ordenamento jurídico a

(A) responsabilização objetiva do Estado, em decorrência da atividade notarial, exercida por meio de delegação do Poder Público, sem prejuízo do direito de regresso em face do causador dos danos.

(B) responsabilidade objetiva do delegatário do serviço público e a responsabilidade subjetiva do funcionário que reconheceu a firma, sem prejuízo do direito de regresso em face do Estado.

(C) responsabilização pessoal do funcionário que reconheceu a firma, eximindo-se o Tabelião e o Estado do dever de indenização aos prejudicados, salvo se comprovado dolo.

(D) responsabilização subjetiva do delegatário do serviço público prestado, mediante comprovação de culpa, tendo em vista que o regime privado do serviço afasta qualquer pretensão indenizatória em face do Tabelião ou do Estado.

(E) responsabilidade objetiva pura do Tabelião e a responsabilidade subjetiva do Estado, que só responde subsidiariamente mediante a comprovação de dolo ou culpa.

Capítulo 8

1 (CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR/PROCURADOR DO MUNICIPIO/2015) Desde que instituíam regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargos efetivos, os municípios, os estados, o DF e a União poderão fixar como valor para as respectivas aposentadorias e pensões o limite mínimo estabelecido para os benefícios do RGPS.

2 (CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR/PROCURADOR DO MUNICIPIO/2015) Poderá ser aplicado o RGPS ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, assim declarado em lei, de livre nomeação e exoneração, bem como ao ocupante de emprego público ou de outro cargo temporário.

3 (FGV/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2015) Letícia, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, acaba de completar sessenta anos de idade e deseja se aposentar. Analisando seus dados funcionais, a servidora verificou que já cumpriu o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no seu cargo efetivo atual em que deseja se aposentar. No caso em tela, é correto afirmar que, imediatamente, Letícia:

- (A) poderá se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (B) poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais;
- (C) terá que se aposentar compulsoriamente, por ter atingido a idade máxima permitida;
- (D) não poderá se aposentar voluntariamente, porque ainda não cumpriu a idade mínima de sessenta e cinco anos;
- (E) não poderá se aposentar voluntariamente, porque ainda não cumpriu o tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público.

4 (FCC/TRT – 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Henrique, servidor público efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, pretende se aposentar voluntariamente, uma vez que completou o requisito de idade mínima previsto na Constituição Federal. Neste caso, será necessário ele ter cumprido tempo mínimo de

- (A) dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (B) dez anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(C) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(D) dez anos de efetivo exercício no serviço público apenas, independentemente do tempo exercido no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(E) quinze anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

5 (ESAF/CGU/ÁREA ADMINISTRATIVA/2012) Quanto à aposentadoria do servidor público, pode-se afirmar corretamente que

a) a aposentadoria por invalidez permanente dar-se-á com proventos integrais.

b) aos oitenta anos de idade, o servidor será aposentado compulsoriamente com proventos proporcionais.

c) ao servidor aposentado não é devida a gratificação natalina.

d) a aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data do pedido feito pelo servidor.

e) a aposentadoria compulsória é automática e tem vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

6 (ESAF/CVM/ANALISTA/2010) Estatui o art. 40, *caput*, da Constituição da República, que “Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo”. Em relação ao regime de previdência em tela, assinale a assertiva incorreta.

a) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se o regime geral de previdência social.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime

próprio de previdência, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

- c) O servidor público será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- e) São integrais os proventos decorrentes de aposentadoria por invalidez permanente.

7 (FCC/TRF 2ª/ANALISTA JUDICIÁRIO/2007) Manuela é analista judiciária do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Para se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais, haja vista que não completou o período mínimo de contribuição, Manuela deverá ostentar as seguintes condições:

- (A) 05 anos de efetivo exercício no serviço público, 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e no mínimo 60 anos de idade.
- (B) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e no mínimo 60 anos de idade.
- (C) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e no mínimo 55 anos de idade.
- (D) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e no mínimo 65 anos de idade.
- (E) 15 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e no mínimo 65 anos de idade.

8 (FCC/TRF 2ª/ANALISTA JUDICIÁRIO/2007) José exerce o cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Para se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, José deverá ostentar, **NO MÍNIMO**, as seguintes condições:

- (A) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 35 anos de contribuição.
- (B) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 55 anos de idade e 30 anos de contribuição.
- (C) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 03 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 35 anos de contribuição.

(D) 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 30 anos de contribuição.

(E) 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 30 anos de contribuição.

Capítulo 9

1 (CESPE/AGENTE/DPU/2016) O servidor que for nomeado para cargo de provimento efetivo será submetido, após entrar em exercício, a estágio probatório de três anos, no qual será avaliado com base na assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

2 (CESPE/AGENTE/DPU/2016) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, advinda após sua posse em cargo público.

3 (CESPE/ANALISTA/TRE-MT/2015) A posse corresponde ao efetivo desempenho das atribuições, tanto do cargo público quanto da função de confiança.

4 (CESPE/ANALISTA/MEC/2015) A acumulação lícita de um cargo efetivo com um cargo comissionado é possível, desde que declarada a compatibilidade de horário e local do exercício de ambos os cargos.

5 (CESPE/ADMINISTRADOR/FUB/2015) Julgue o próximo item , relativo ao regime dos servidores públicos federais. Um servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de vinte e quatro meses.

6 (CESPE/ASSISTENTE/FUB/2015) Considere que João, de setenta anos de idade, servidor público federal aposentado por invalidez, tenha solicitado a reversão de sua aposentadoria. Nessa situação, mesmo que a junta médica oficial tenha concluído que o referido servidor não apresenta qualquer condição incapacitante para o exercício profissional, a administração deverá indeferir a solicitação de João.

7 (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRE-GO/2015) Flávia, analista judiciária do TRE/GO, acumula lícitamente o cargo de analista e um cargo de professora na rede pública de ensino em Goiânia. Por sua competência, foi convidada a ocupar cargo em comissão no governo estadual de Goiás. Nesse caso, para ocupar o cargo em comissão, Flávia deve afastar-se dos dois cargos efetivos.

8 (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRE-GO/2015) Ana, que está em licença por afastamento de seu marido, e Júlio, que está de férias, são servidores do TRE/GO e foram nomeados para ocupar cargos na administração pública federal. Nessa situação, as posses dos dois servidores em seus novos cargos devem ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação dos respectivos atos de provimento nos cargos.

9 (CESPE/ANALISTA LEGISLATIVO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2014) O servidor público federal tem direito de ser removido a pedido, independentemente do interesse da administração, para acompanhar cônjuge que, sendo empregado de empresa pública federal, tenha sido deslocado para outra localidade no interesse da administração.

10 (CESPE/AGENTE/DPU/2016) Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir. Situação hipotética: Carlos trabalha em atividade considerada insalubre e perigosa e faz jus ao recebimento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Assertiva: Nesse caso, Carlos deverá optar por um deles, sendo-lhe vedado acumular os dois adicionais

11 (CESPE/ANALISTA/TRE-MT/2015) Se receber diárias e não se afastar da sede por motivo de força maior, o servidor público ficará obrigado a restituir integralmente o valor recebido, no prazo de cinco dias.

12 (CESPE/ANALISTA/TRE-MT/2015) O auxílio-moradia, que poderá ser concedido quando não houver imóvel funcional disponível para uso pelo servidor, consiste no ressarcimento das despesas realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, devendo a comprovação das despesas ser feita no final de cada ano.

13 (CESPE/ANALISTA LEGISLATIVO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2014) Ao servidor público federal que prestar serviço entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas da manhã do dia seguinte, ainda que em regime de plantão, será devido o pagamento de adicional noturno.

14 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) Caso um servidor público federal seja cedido para o exercício de cargo em comissão em determinado estado da Federação, o ônus da remuneração desse servidor será do órgão cedente.

15 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) Caso a companheira de determinado servidor, também servidora federal, seja deslocada para desempenhar suas funções em outro estado, o servidor poderá tirar licença para acompanhá-la por período indeterminado, mas sem perceber remuneração.

16 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) A licença por motivo de doença em pessoa da família poderá ser concedida pelo prazo máximo de seis meses, sendo assegurada ao servidor licenciado a remuneração pelo período integral.

17 (CESPE/ANALISTA/ANATEL/2014) No que diz respeito aos direitos e deveres do servidor público, previstos na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsequente. Licenças para tratamento de assuntos particulares poderão ser concedidas, por discricionariedade da administração pública, a servidor ocupante de cargo efetivo, ainda que esteja cumprindo o estágio probatório, pelo prazo de até três anos consecutivos, desde que sem remuneração.

18 (CESPE/ANALISTA LEGISLATIVO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2014) O programa de pós-graduação *lato sensu* no país é considerado evento de capacitação, sendo o tempo de afastamento do servidor público em virtude de participação no mencionado programa considerado tempo de efetivo exercício.

19 (CESPE/ANALISTA LEGISLATIVO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2014) O servidor titular de cargo efetivo em seu órgão de lotação há cinco anos poderá, no interesse da administração, afastar-se para realizar programa de pós-doutorado no exterior, desde que não se tenha afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu*, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

20 (CESPE/AGENTE/DPU/2016) Ainda com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item. A inassiduidade habitual será apurada mediante procedimento sumário, cabendo, nesse caso, a penalidade de remoção ou de advertência.

21 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) É possível a imposição de penalidades após a conclusão de sindicância administrativa, sem a necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar.

22 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) Detectada a acumulação ilegal de cargos públicos, a opção do servidor, para caracterização da sua boa-fé, deverá ser realizada até a publicação do ato que instituir a comissão processante que analisará sua situação.

23 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) Julgado procedente o pedido de revisão de processo administrativo disciplinar, todos os direitos a que fazia jus o ex-servidor e lhe foram negados em decorrência da condenação serão convertidos em indenização.

24 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) Caso sejam aduzidas circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido em processo administrativo disciplinar, este poderá ser revisto a qualquer tempo, cabendo o ônus da prova à administração.

25 (CESPE/ANALISTA/TRE-RS/2015) A autoridade julgadora do processo administrativo disciplinar poderá, motivadamente, aumentar a penalidade proposta no relatório da comissão processante na hipótese de esse relatório contrariar as provas dos autos.

26 (CESPE/PROCURADOR DO MP/TCU/2015) O prazo de prescrição para que a administração pública federal possa apurar a prática de infração por servidor público sujeita-se a causa interruptiva.

27 (CESPE/ANALISTA/MEC/2015) Com base nas Leis n.º 8.112/1990 e n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir. Caso tenha sido afastado do exercício como medida cautelar para ser evitada uma possível influência na apuração de uma irregularidade, o servidor investigado deixará de receber remuneração.

28 (CESPE/ANALISTA/MPU/2015) João, servidor público federal, atuou, junto à repartição pública competente, como intermediário da concessão de determinado benefício previdenciário do qual o seu pai figura como titular. Nessa situação, conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990, João praticou conduta vedada pela norma regente.

29 (CESPE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/TRE-GO/2015) Um processo administrativo disciplinar instaurado para apurar possíveis irregularidades cometidas por um servidor público federal revelou o desvio de verbas públicas. Nessa situação, o eventual ajuizamento da ação penal não extinguirá o procedimento administrativo contra o servidor

30 (CESPE/JUIZ FEDERAL/TRF 5ª REGIÃO/2015) O RGPS organizado pelo INSS se aplica aos empregados das pessoas jurídicas de direito privado da administração indireta e aos empregados

públicos em geral, deles excluídos os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão e os servidores temporários.

31 (CESPE/PROCURADOR/PGM-SALVADOR/2015) A aposentadoria compulsória de servidor público de qualquer esfera federativa ocorre aos setenta e cinco anos de idade do servidor, que passa a receber proventos integrais.

32 (CESPE/PROCURADOR/PGE-PI/2015) Uma das formas de aposentadoria do servidor público é a compulsória, que exige, além do requisito da idade, o cumprimento de tempo mínimo tanto no serviço público quanto no cargo efetivo.

33 (CESPE/ANALISTA/MDIC/2015) Um homem que, em dezembro de 2013, mediante aprovação em concurso público, tiver tomado posse em cargo regido pelo regime estatutário poderá se aposentar, com proventos integrais e paridade com os servidores ativos, em dezembro de 2023, caso possua, nesse ano, cinquenta e cinco anos de idade e dez anos de serviço público ininterrupto.

34 (CESPE/PAPILOSCOPISTA/SEGESP-AL/2013) De acordo com o que estabelece a Lei n.º 8.112/90, para que seja beneficiário de pensão por morte de servidor civil, o companheiro ou a companheira designado deve comprovar união estável como entidade familiar e dependência econômica em relação ao *de cuius*.

35 (CESPE/ANALISTA LEGISLATIVO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2012) Ao servidor acidentado em serviço só será concedida licença com remuneração proporcional ao tempo de serviço público, se o dano for físico e estiver relacionado às atribuições do cargo.

36 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) Analise as seguintes situações:

(I) Aurélio, servidor público aposentado por invalidez, retornou à ativa após perícia médica constatar a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentação.

(II) Dionísio, servidor estável, retornou ao serviço público após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.

(III) Clélia, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em virtude da extinção do cargo que ocupava.

(IV) Porfírio, reprovado no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeado, voltou a ocupar cargo que antes titularizava. Essas hipóteses de provimento derivado são, respectivamente:

a) (I) aproveitamento; (II) reintegração; (III) reversão; (IV) recondução.

b) (I) reversão; (II) reintegração; (III) aproveitamento; (IV) recondução.

c) (I) readmissão; (II) reversão; (III) transposição; (IV) aproveitamento.

d) (I) reversão; (II) aproveitamento; (III) recondução; (IV) transposição.

e) (I) readmissão; (II) transposição; (III) reintegração; (IV) aproveitamento.

37 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) A Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações públicas federais, trata de muitas questões relacionadas com os servidores que estejam em estágio probatório. Consoante as disposições previstas no referido diploma legal, assinale a opção incorreta.

- a) O servidor em estágio probatório pode exercer cargo de provimento em comissão.
- b) O servidor em estágio probatório pode ser cedido para ocupar qualquer espécie de cargo em comissão no órgão/entidade cedido.
- c) O servidor em estágio probatório pode ser afastado para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.
- d) Pode ser concedida licença ao servidor em estágio probatório por motivo de doença em pessoa da família.
- e) Pode ser concedida licença ao servidor em estágio probatório para que este preste o serviço militar.

38 (FCC/TRF-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Arnaldo é servidor público estatutário há cerca de dez anos, classificado no setor de transportes da secretaria da educação e responsável pela logística das peruas que fazem o deslocamento dos alunos no trajeto casa-escola, escola-casa. No último mês, a diretoria da escola e a delegacia de ensino local começaram a receber diversas críticas sobre falhas no serviço de transporte das crianças, a ponto de terem sido narrados episódios de alunos que não foram incluídos no rol de atendimento, não obstante regularmente inscritos para tanto. Diante da recorrência, foi instaurada sindicância para apuração do ocorrido e identificado que Arnaldo não vinha realizando as programações de itinerário corretamente, comparecendo em repartições diversas para trabalhar, não no local correto. Instaurado processo administrativo disciplinar, a comissão disciplinar, no curso do inquérito administrativo, de acordo com o que dispõe a Lei no 8.112/1990,

- (A) deverá providenciar a realização de perícia judicial, para atestar as condições de sanidade mental do acusado antes do prosseguimento do processo.
- (B) poderá denegar pedidos de vista dos autos na fase de instrução, inclusive do acusado, tendo em vista que a oportunidade de defesa e contraditório se exerce na fase de defesa.
- (C) poderá, com base nos elementos constantes da sindicância, propor que o acusado seja submetido a exame por junta médica oficial, caso exista dúvida sobre a sanidade mental do acusado.

(D) deverá requerer que a sindicância, excepcionalmente, integre os autos do processo administrativo quando houver indícios de insanidade mental, para evitar a repetição de provas e possibilitar que o perito judicial designado administrativamente possa opinar sobre os fatos lá apurados.

(E) poderá processar nos mesmos autos o incidente de sanidade mental, aproveitando a instrução do inquérito, para decidir pela conversão de sanção administrativa por medida de segurança.

39 (FCC/TRF-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O descumprimento de deveres e obrigações pode dar ensejo à aplicação de penalidades, devendo ser respeitada a relação entre a natureza e especificidade da sanção e a competência para sua imposição, tal como prevista na Lei no 8.112/1990, do que é exemplo a penalidade de

(A) suspensão superior a 30 dias, cuja competência para aplicação é privativa da autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, qual seja, por exemplo, o Presidente do Tribunal Federal em questão.

(B) suspensão, seja qual for o prazo, em razão da gravidade, privativa da autoridade de hierarquia imediatamente inferior à autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado.

(C) demissão, privativa da autoridade máxima do órgão do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado ou Presidente de Tribunal Federal.

(D) cassação de aposentadoria, a ser aplicada pela autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, como, por exemplo, o Presidente da República.

(E) cassação de aposentadoria ou suspensão por prazo superior a 30 dias, cuja aplicação é competência privativa da autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado ou Presidente de Tribunal Federal. Caderno de Prova '01', Tipo 001 TRF3R-An.Jud.-Administrativa 17

40 (FCC/TRF-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Sobre o provimento de cargos públicos com base na Lei no 8.112/1990 considere: I. A subscrição do termo de posse pelo servidor ocupante de cargo em comissão dá início a contagem do prazo para o efetivo exercício, que não pode exceder 30 dias, hipótese em que esse período já pode ser considerado para fins remuneratórios. II. Os cargos de provimento por nomeação ensejam posse por parte do servidor público, que se exerce mediante subscrição do respectivo termo, do qual constam os direitos e as responsabilidades inerentes ao cargo, bem como eventuais alterações nos deveres que sejam unilateralmente impostas pela Administração

pública. III. Os cargos públicos que dependem de nomeação sujeitam o servidor ao empossamento, cujo prazo não se confunde com o legalmente fixado para o início do exercício, que se dá com o efetivo desempenho das atribuições daquele cargo. Está correto o que consta em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

41 (FCC/TRF-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Dentre as vantagens expressamente previstas na Lei no 8.112/1990 para os servidores, além dos vencimentos já previstos para remuneração,

- (A) a gratificação natalina é a única vantagem que integra os vencimentos para fins de cálculo de outras vantagens e adicionais.
- (B) o fato gerador do adicional de insalubridade, em razão de sua distinção, não elide que o servidor perceba também o adicional de periculosidade, mas somente este último pode integrar a remuneração dos servidores.
- (C) tanto o adicional de insalubridade, quando o adicional de periculosidade integram a remuneração dos servidores quando configurada habitualidade por tempo superior ao previsto para o estágio probatório definido para o cargo ocupado.
- (D) o adicional por serviço extraordinário é obrigatoriamente remunerado com acréscimo em relação à hora normal de trabalho, não admitindo integração à remuneração, em razão de sua natureza indenizatória.
- (E) a gratificação natalina não é considerada para fins de cálculo de outras vantagens pecuniárias, mas não afasta o pagamento do adicional de insalubridade ou de periculosidade, cabendo ao servidor, entretanto, optar por um dentre esses últimos.

42 (FCC/TRT – 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) No que concerne à licença por motivo de doença em pessoa da família, prevista na Lei no 8.112/1990, considere:

- I. Referida licença é sempre concedida sem prejuízo da remuneração.
- II. O prazo máximo de sua concessão, a cada período de doze meses, é de sessenta dias, não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar tal período.

III. Somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

IV. Será concedida a cada período de doze meses, sendo o início do interstício dos doze meses contado a partir da data do deferimento da última licença concedida. Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) IV.

(C) I e III.

(D) III.

(E) II e IV

Capítulo 10

1 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Considerando a jurisprudência do STJ referente à improbidade administrativa: O reconhecimento da prescrição da ação de improbidade administrativa representa impedimento do ressarcimento de danos causados ao erário

2 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Considerando a jurisprudência do STJ referente à improbidade administrativa: O estagiário de órgão público, independentemente do recebimento de remuneração, está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa.

3 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Considerando a jurisprudência do STJ referente à improbidade administrativa: O dolo é exigível para se demonstrar a improbidade administrativa que importar enriquecimento ilícito do agente público, prejuízo ao erário e violação aos princípios da administração pública.

4 (CESPE/TRT-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No procedimento administrativo de apuração de ato de improbidade, a autoridade pública poderá impor medida cautelar de indisponibilidade de bens do acusado, comunicando-a imediatamente o Ministério Público.

5 (CESPE/TRT-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A Lei de Improbidade Administrativa aplica-se aos agentes públicos e a todos aqueles que, mesmo transitoriamente ou sem remuneração, exerçam funções em entidade pública, não se aplicando a terceiros sem relação com a administração e que se beneficiem de forma indireta da prática do ato de improbidade administrativa.

6 (CESPE/TRT-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O agente público condenado por improbidade administrativa está sujeito às penas de perda da função pública, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos, multa e prisão, conforme previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa.

7 (CESPE/TRT-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Ações ou omissões que violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições constituem atos de improbidade administrativa, na forma de violação de princípios da administração.

8 (CESPE/TCE-RN/2015) Com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, julgue o próximo item. O simples atraso na entrega das contas públicas, sem que exista intenção manifesta, não configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

9 (CESPE/TCE-RN/2015) Com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, julgue o próximo item. As sanções decorrentes de prática de atos de improbidade administrativa podem ser aplicadas aos agentes públicos e aos particulares.

10 (CESPE/TCE-RN/2015) Com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, julgue o próximo item. As cominações da lei de improbidade administrativa alcançam os sucessores daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente.

11 (CESPE/TELEBRAS/2015) Julgue o item que se segue acerca de improbidade administrativa. O enquadramento de ato como atentatório à probidade administrativa parte de uma concepção restrita da legalidade, o que resultou em enumeração taxativa de condutas no texto legal.

12 (CESPE/TELEBRAS/2015) Julgue o item que se segue acerca de improbidade administrativa. No caso de ato de improbidade administrativa que traga prejuízo ao erário, a responsabilidade do agente público envolvido será objetiva se ficar comprovado que o agente era flagrantemente incompetente para praticar o referido ato.

13 (CESPE/TELEBRAS/2015) Julgue o item que se segue acerca de improbidade administrativa. A indisponibilidade de bens do agente indiciado por improbidade administrativa tem natureza preventiva e, por isso, não se configura como sanção.

14 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Assinale a opção correta.

- a) A Lei n. 8.429/92 não estabelece sanções penais pela prática de atos de improbidade.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.
- c) A aplicação das sanções enumeradas na Lei n. 8.429/92 é de competência exclusiva do Poder Judiciário.
- d) O enquadramento da conduta do agente nas categorias de atos de improbidade previstas na Lei n. 8.429/92 exige a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo no caso dos tipos previstos nos arts. 9º , 10 e 11.
- e) Admite-se a transação penal nas ações por atos de improbidade administrativa.

15 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) No que concerne à interpretação de disposições constitucionais e legais que tratam de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- a) Segundo a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, as sanções previstas pela Lei de Improbidade Administrativa podem ser aplicadas retroativamente, para alcançar fatos anteriores à sua vigência.
- b) Consoante mandamento constitucional, os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) Conforme disposição contida na Lei de Improbidade Administrativa, reputa-se agente público, para os efeitos da aludida norma, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, mas apenas de forma remunerada, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades públicas mencionadas na referida lei.
- d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.

e) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

16 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-JURÍDICO/2015) Em janeiro de 2009, Francisco, Prefeito de determinado Município, frustrou a licitude de processo licitatório ao contratar sociedade empresária para prestar serviços de limpeza de córregos municipais, ao arrepio dos ditames legais, com direcionamento da licitação e superfaturamento do valor do contrato. Francisco exerceu o mandato eletivo até 31/12/2012, quando foi sucedido por Almir, novo Prefeito, que conseguiu comprovar, por meio de processo administrativo, todas as ilegalidades praticadas na contratação em tela, somente no ano de 2015. A condenação de Francisco pela prática de ato de improbidade administrativa às sanções previstas no art. 12, da Lei nº 8.429/92 é:

(A) possível no âmbito do próprio processo administrativo instaurado pelo novo Prefeito, desde que tenha sido oportunizado ao investigado o contraditório e a ampla defesa, sendo que as penas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato;

(B) possível no âmbito de processo administrativo perante o Tribunal de Contas, desde que tenha sido oportunizado ao investigado o contraditório e a ampla defesa, sendo possível o decreto da indisponibilidade de bens do agente para assegurar o integral ressarcimento do dano;

(C) possível no âmbito de processo judicial de natureza criminal que tenha tramitado perante o Poder Judiciário, por meio de ação penal pública incondicionada em que tenham sido observados os direitos constitucionais de defesa do réu;

(D) somente possível no âmbito de processo judicial de natureza cível que tenha tramitado perante o Poder Judiciário, sendo que, na fixação das penas, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente;

(E) impossível no atual momento, pois já se operou a prescrição da pretensão de aplicação das penas previstas na lei de improbidade administrativa, eis que já transcorreram mais de 5 (cinco) anos da data do ilícito.

17 (FGV/DEFENSORIA PÚBLICA-RO/ANALISTA JURÍDICO/2015) Marcelo exerceu cargo em comissão de Assessor Executivo em determinado Município do Estado de Rondônia, de janeiro a dezembro de 2009. Em abril de 2015, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa imputando a Marcelo a prática de conduta

que, em tese, atentou contra princípios da administração pública e frustrou a licitude de concurso público, sem, contudo, ter causado dano ao erário. Por estar desempregado desde sua exoneração e em situação de hipossuficiência econômica, Marcelo buscou auxílio jurídico na Defensoria Pública. Na defesa prévia do assistido, dentre outros argumentos, o Defensor Público alegou corretamente que, de acordo com a Lei nº 8.429/92:

(A) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até cinco anos após o término do exercício do cargo em comissão;

(B) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até dois anos após o término do exercício do cargo em comissão;

(C) apesar de ser imprescritível a pretensão autoral, o réu não possui legitimidade ad causam para figurar no polo passivo, porque atualmente não exerce qualquer função pública;

(D) apesar de ser imprescritível a pretensão autoral, o réu não possui legitimidade ad causam para figurar no polo passivo, porque não era agente político, mas mero ocupante de cargo em comissão à época dos fatos;

(E) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até dois anos após o término do exercício do cargo em comissão, e que o réu não possui legitimidade ad causam para figurar no polo passivo.

18 (FGV/DEFENSORIA PÚBLICA-RO/ANALISTA JURÍDICO/2015) Determinada Constituição Estadual, com o objetivo declarado de preservar a simetria com a Constituição da República, definiu a tipologia de infrações político-administrativas denominadas crimes de responsabilidade, a que estariam sujeitos o Governador e o Vice-Governador do Estado, bem como o Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal. No caso de condenação, a sanção seria a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de outra função pública por oito anos. É correto afirmar que comando dessa natureza é:

(A) totalmente inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito penal;

(B) parcialmente inconstitucional, pois a Constituição Estadual feriu a autonomia dos Municípios ao definir os crimes de responsabilidade do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal;

(C) totalmente inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito político e administrativo;

(D) constitucional, pois a Constituição Estadual pode dispor livremente sobre as matérias afetas ao Estado e aos Municípios inseridos em seu território;

(E) parcialmente inconstitucional, pois a Constituição Estadual não poderia dispor sobre a situação do Governador e do seu Vice, cuja responsabilidade é regida pela Constituição da República.

19 (FGV/SEFAZ-CUIABÁ/AUDITOR FISCAL/2014) José da Silva, que ocupou o cargo de Secretário de Estado de Administração, mas já não possui qualquer vínculo com o Poder Público, responde a uma ação de improbidade, com fundamento na prática de ato que causa prejuízo ao erário, por ter autorizado o uso de uma série de imóveis do Estado por um particular, sem qualquer remuneração e sem a observância de qualquer formalidade legal. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) José da Silva não pode responder por improbidade, uma vez que não é servidor ocupante de cargo efetivo.
- (B) José da Silva, caso seja condenado pelo ato de improbidade, poderá estar sujeito à perda dos direitos políticos.
- (C) A ação de improbidade em face de agente público é imprescritível.
- (D) Na ação de improbidade, qualquer que seja o fundamento, é necessário demonstrar o dolo do agente.
- (E) Eventual condenação de José da Silva na ação de improbidade afastará, obrigatoriamente, qualquer outra sanção civil, penal ou administrativa.

20 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Sobre improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir.

I. O Art. 37, § 4º, da Constituição Federal previu que os atos de improbidade administrativa acarretam a supressão de direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação cabível.

II. Os Ministros de Estado, por estarem regidos por normas especiais de responsabilidade, não se submetem ao modelo de competência previsto no regime comum da Lei de Improbidade Administrativa.

III. São incompetentes os juízes de primeira instância para processar e julgar ação civil de improbidade administrativa ajuizada contra agente político, que possui prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

21 (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-BA/ASSESSOR LEGISLATIVO/2014) No que concerne ao ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há a necessidade de comprovação de dolo ou culpa para a responsabilização do servidor.
- (B) Apenas haverá responsabilização do servidor quando restar provado o dolo, não bastando a comprovação da culpa.
- (C) o dolo ou a culpa são necessários para a responsabilização do servidor.
- (D) O prejuízo ao erário decorrente de omissão culposa não possibilita a responsabilização por ato de improbidade administrativa.
- (E) O prejuízo ao erário, sem que haja enriquecimento ilícito, não tem o condão de caracterizar-se como ato de improbidade administrativa.

22 (FGV/TCE-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO/2015) O Brasil já vivenciou inúmeros casos envolvendo corrupção em diversas esferas de poder, o que levou à promulgação de leis com o intuito de desestimular a prática de atos de corrupção. Acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) promovida a ação civil pública por improbidade administrativa, o processo administrativo de apuração de responsabilidade previsto na Lei anticorrupção será suspenso, ante a existência de prejudicialidade externa;
- (B) o ato de improbidade administrativa pode ser reconhecido em âmbito administrativo, com o intuito de aplicação de pena disciplinar de demissão ao servidor público ímprobo;
- (C) dado o caráter sancionatório da lei anticorrupção, a responsabilidade da pessoa jurídica é de natureza subjetiva, isto é, para aplicação das sanções, é imprescindível a demonstração da culpa;
- (D) a tentativa de prática de ato de improbidade administrativa não pode ser punida, por ausência de norma de extensão que a torne típica;
- (E) a ação civil por improbidade administrativa pode ser ajuizada somente em face do particular que se beneficiou do ato ímprobo.

23 (FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ/PROCURADOR MUNICIPAL/2016) Diante de uma hipótese de configuração de ato de improbidade praticado por servidor público, o terceiro beneficiado em razão daquela atuação,

- (A) não figura como litisconsorte necessário do servidor público, devendo ser analisada sua conduta para demonstrar sua participação para atingimento do resultado.
- (B) depende da comprovação de enriquecimento ilícito para também ser considerado responsável pelo ato de improbidade e poder figurar no pólo passivo da ação judicial respectiva.
- (C) pode responder por ato de improbidade, independentemente da comprovação de culpa, pois é legalmente considerado agente público para essa prática.
- (D) não responde por improbidade, salvo se participou, dolosa e ativamente, do ato de improbidade na modalidade que causa prejuízo ao erário.
- (E) figura como litisconsorte necessário do servidor público, sofrendo os efeitos do reconhecimento do ato de improbidade, seja em relação ao ato praticado, seja quanto às sanções impostas aos responsáveis.

24 (FCC/TRT – 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Carlos é Diretor de autarquia federal desde o ano de 2014, sendo que, para tomar posse e entrar em exercício no respectivo cargo, apresentou a declaração de seus bens, bem como dos valores que compõem o seu patrimônio, que foi devidamente arquivada no serviço pessoal competente. Nos termos da Lei no 8.429/1992, a declaração de bens é atualizada

- (A) anualmente, não sendo necessária a atualização quando o agente público deixar o exercício do cargo, emprego ou função, pois a atualização periódica é suficiente para o controle do patrimônio do agente público.
- (B) apenas na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, pois a lei exige a apresentação da declaração no ingresso e sua atualização no momento da saída do agente público.
- (C) semestralmente, não sendo necessária a atualização quando o agente público deixar o exercício do cargo, emprego ou função, pois a atualização periódica é suficiente para o controle do patrimônio do agente público.
- (D) semestralmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- (E) anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

25 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Dentre as condutas prescritas como atos de improbidade na Lei no 8.429/1992, aquela que admite conduta apenas culposa, prescindindo de demonstração de dolo, é a descrita no dispositivo que

- (A) trata dos atos de improbidade que causam prejuízo ao erário, tal como permitir que sejam realizadas despesas sem a devida autorização na legislação.
- (B) elenca as hipóteses de atos que atentam contra os princípios da Administração pública, dada a gravidade do não atendimento das balizas de atuação das funções executivas.
- (C) trata dos atos que importam enriquecimento ilícito, mas que demandam prova do efetivo prejuízo causado ao erário, cuja gravidade já justifica a sanção.

26 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) Rubens, Diretor de uma autarquia, de âmbito federal, doou à escola particular alguns bens pertencentes à autarquia, como cadeiras e mesas, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie, gerando prejuízo ao erário. Em razão disso, foi processado e condenado por improbidade administrativa. Dentre as sanções impostas, está o pagamento de multa civil de até

- (A) três vezes o valor do dano.
- (B) duas vezes o valor do dano.
- (C) cinco vezes o valor do dano.
- (D) uma vez o valor do dano.
- (E) cem vezes o valor da remuneração percebida por Rubens.

27 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) Henrique, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, adquiriu, no exercício de seu cargo, bens de valor desproporcional à evolução do seu patrimônio. Em razão disso, foi processado por improbidade administrativa, sendo condenado às respectivas sanções, dentre elas, uma de natureza pecuniária. Assim, foi condenado à perda do valor acrescido ilicitamente ao seu patrimônio, no montante de quinhentos mil reais. No entanto, após a sentença condenatória, Henrique faleceu e o único imóvel deixado foi um apartamento avaliado em um milhão de reais. Henrique deixou um único herdeiro, seu filho Gael. Nesse caso, Gael

- (A) responderá pela sanção pecuniária até o valor de quinhentos mil reais.
- (B) não responderá pela sanção pecuniária, haja vista a natureza do ato ímprobo praticado (ato que importa enriquecimento ilícito), respondendo, no entanto, pelas demais sanções impostas a Henrique.
- (C) não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.

(D) responderá pela sanção pecuniária no valor de um milhão de reais, tendo em vista o valor do imóvel deixado por Henrique, que é bem ilíquido.

(E) está sujeito a todas as cominações previstas na Lei de Improbidade, em razão da natureza do ato ímprobo praticado.

28 (FCC/DPE-SP/ADMINISTRATDOR/2015) Mauro praticou ato de improbidade administrativa por ter negado publicidade de atos oficiais (art. 11, IV da Lei de Improbidade Administrativa, Lei no 8.429/1992), e por esta mesma Lei está sujeito às seguintes sanções:

I. Suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

II. Suspensão do recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de oito anos.

III. Ressarcimento integral do dano, se houver.

IV. Perda da função pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II e IV.

29 (FCC/DPE-SP/ADMINISTRATDOR/2015) Prefeito de uma cidade que tem a posse de veículo público oficial para se locomover por ocasião de sua função, passou a utilizar o veículo para fins particulares. Diante disso, com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992), o referido Prefeito

(A) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

(B) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.

(C) não cometeu ato de improbidade administrativa, uma vez que esta conduta é permitida aos agentes públicos.

(D) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

(E) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

30 (FCC/DPE-SP/ADMINISTRATDOR/2015) Quanto à definição de agente público, com base de na Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992), considere os itens abaixo:

I. Agente público pode ser pessoa que esteja transitoriamente trabalhando em repartição pública.

II. São agentes públicos as pessoas que embora não recebam remuneração exercem sua função em qualquer organização civil, ainda que essa organização não receba dinheiro público.

III. São agentes públicos as pessoas que recebem remuneração e exerçam sua função em qualquer organização civil, ainda que essa organização não receba dinheiro público.

IV. São agentes públicos os chefes do Poder Executivo em todos os níveis da federação.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I e IV.

(C) II, III e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I e II.

Capítulo 11

1 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Permissão é ato unilateral e discricionário por meio do qual a administração faculta ao particular a execução do serviço público ou a utilização privativa de bem público.

2 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Autorização é ato unilateral e vinculado por meio do qual a administração faculta ao particular o exercício de uma atividade.

3 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Aprovação é ato unilateral e vinculado por meio do qual a administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico apenas *a posteriori*.

4 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Homologação é ato unilateral e discricionário por meio do qual a administração pública exerce o controle *a priori* do ato administrativo.

5 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Licença é ato unilateral e vinculado por meio do qual a administração reconhece ao particular o direito à prestação de um serviço público.

6 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A convalidação dos atos administrativos que apresentem defeitos sanáveis pode ser feita pela administração, desde que esses atos não acarretem lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.

7 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O direito da administração de anular os seus próprios atos decai em cinco anos, ainda que constatada a má-fé do destinatário do ato.

8 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O ato de exoneração do servidor público ocupante de cargo em comissão e os atos administrativos que decidam recursos administrativos dispensam motivação.

9 (CESPE/TRT-8ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A revogação do ato administrativo ocorre nas hipóteses de ilegalidade, devendo retroagir com efeitos *ex tunc* para desconstituir as relações jurídicas criadas com base no ato revogado.

10 (CESPE/ADMINISTRAÇÃO/FUB/2015) O princípio da segurança jurídica não se sobrepõe ao da legalidade, devendo os atos administrativos praticados em violação à lei, em todo caso, ser anulados, a qualquer tempo.

11 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Correlacione as definições da Coluna I com os elementos do ato administrativo constantes da Coluna II. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a Coluna I.

| COLUNA I | COLUNA II |
|--|-----------------|
| () É uma expressão funcional qualitativa e quantitativa do poder estatal que a lei atribui às entidades, aos órgãos ou aos agentes públicos para executar sua vontade. | (1) Competência |
| () É a exteriorização material do ato administrativo por meio da qual a vontade manifestada se expressa, permanece e se comprova no mundo jurídico. | (2) Finalidade |
| () É a alteração jurídica que se pretende introduzir relativamente às situações e às relações sujeitas à ação administrativa do Estado. | (3) Forma |
| () É o aspecto específico do interesse público, explícita ou implicitamente expresso na norma legal, que se pretende realizar pela produção de efeitos jurídicos esperados do ato administrativo. | (4) Motivo |
| () É o pressuposto de fato e de direito que determina ou possibilita a edição do ato administrativo. | (5) Objeto |

- a) 2, 3, 1, 5, 4
- b) 1, 3, 4, 2, 5
- c) 3, 2, 1, 4, 5
- d) 1, 3, 2, 4, 5
- e) 1, 3, 5, 2, 4

12 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) A respeito da sanatória na Administração Pública, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() A ratificação, retroagindo à origem do ato, opera ex tunc, com natureza declaratória. () A reforma é o ato administrativo derivado pelo qual se elimina de um ato defeituoso sua parte viciada, mantendo-se a eficácia da parte sadia.

() Além da modalidade de conversão operada por ato administrativo, poderá também o legislador, de modo abstrato e geral, sanar genericamente uma categoria de atos defeituosos, atribuindo-lhes efeitos de atos legalmente íntegros.

- a) V, F, V
- b) V, F, F
- c) V, V, F
- d) F, V, F
- e) V, V, V

13 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) Considerando-se os elementos do ato administrativo, sabemos que alguns deles são sempre vinculados, enquanto outros podem ser ora vinculados, ora discricionários. Assinale a opção em que os dois elementos nela listados admitam tanto a vinculação quanto a discricionariedade.

- a) Finalidade / motivo.
- b) Forma /objeto.
- c) Competência / finalidade.
- d) Motivo / objeto.
- e) Finalidade / forma.

14 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) Analise as afirmativas abaixo classificando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta.

() Os atos políticos não estão sujeitos à teoria geral dos atos administrativos.

() Os atos gerais são sempre discricionários quanto ao seu conteúdo.

() O recurso administrativo é a forma adequada para a impugnação direta do ato administrativo geral.

() A nomeação dos candidatos aprovados em concurso público é classificada como ato administrativo geral por sua natureza plúrima.

- a) V, F, V, F

- b) V, V, V, F
 c) F, V, F, V
 d) F, F, V, V
 e) V, V, F, F

15 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) Correlacione as colunas I e II, classificando os atos administrativos relacionados na coluna I com as espécies elencadas na coluna II. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna I.

| COLUNA I | COLUNA II |
|---|------------------------|
| () Autorização de uso | (1) Atos de expediente |
| () Apreensão de mercadoria | (2) Atos de império |
| () Permissão de uso | (3) Atos de gestão |
| () Movimentação de processos | |
| () Recebimento de petição no protocolo | |
| () Interdição de estabelecimento | |

- a) 2, 1, 3, 1, 1, 2
 b) 3, 2, 3, 2, 2, 1
 c) 3, 2, 3, 1, 1, 2
 d) 1, 2, 1, 1, 1, 3
 e) 2, 2, 3, 1, 1, 3

16 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Sobre os atos jurídicos e sua classificação, julgue os itens abaixo, classificando-os como certos ou errados. Em seguida, assinale a opção que corresponda às suas respostas.

I- Perfeito, válido e eficaz – quando o ato completou o seu ciclo de formação, encontra-se conforme as exigências legais e está disponível para a produção dos efeitos jurídicos que lhe são típicos.

II- Perfeito, inválido e eficaz – quando o ato concluiu todas as etapas do seu ciclo de formação, encontra-se em desconformidade com a ordem jurídica e está produzindo os efeitos jurídicos que lhe são próprios.

III- Perfeito, válido e ineficaz – já completou o seu ciclo de formação, foi editado conforme a lei e ainda não se encontra disponível para a fruição dos seus efeitos típicos, por depender de uma condição suspensiva, termo inicial, ou complementação por outro órgão controlador.

IV- Perfeito, inválido e ineficaz – quando o ato concluiu todas as fases do ciclo de formação, está em desconformidade com o sistema normativo e ainda não se encontra disponível para a produção de seus efeitos típicos ou próprios, por depender de uma condição suspensiva, ou a chegada de um termo ou, ainda, a prática de um ato complementar por outro órgão.

V- Inválido, eficaz e inexecutável – quando o ato se encontra desconforme a lei, tem disposição para produzir de imediato os seus efeitos jurídicos e ainda não é executável ou operante, por estar sujeito a condição ou termo futuro para sua executabilidade ou operatividade.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, IV e V.
- d) II, III, IV e V.
- e) Todos os itens estão corretos.

17 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) Correlacione as colunas abaixo e, ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna II.

| COLUNA I | COLUNA II |
|---|--|
| (1) É a extinção do ato administrativo quando o seu beneficiário deixa de cumprir os requisitos que deveria permanecer atendendo. | <input type="checkbox"/> Caducidade |
| (2) Ocorre quando uma nova legislação impede a permanência da situação anteriormente consentida pelo poder público. | <input type="checkbox"/> Contraposição |
| (3) Ocorre quando um ato, emitido com fundamento em determinada competência, extingue outro ato, anterior, editado com base em competência diversa, ocorrendo a | <input type="checkbox"/> Conversão |

| | |
|---|--------------|
| extinção porque os efeitos daquele são opostos aos deste. | |
| (4) Consiste, segundo orientação majoritária, em um ato privativo da Administração Pública, mediante o qual ela aproveita um ato nulo de uma determinada espécie, transformando-o, retroativamente em ato válido de outra categoria, pela modificação de enquadramento legal. | () Cassação |

- a) 1, 3, 4, 2
- b) 2, 3, 4, 1
- c) 3, 2, 1, 4
- d) 1, 3, 2, 4
- e) 2, 4, 1, 3

18 (ESAF/AFRFB/AUDITOR FISCAL/2014) Em se tratando da classificação e extinção dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) atos gerais ou normativos são os que se preordenam a regular situações específicas como acontece nos decretos expropriatórios.
- b) no ius gestionis não há intervenção da vontade dos administrados para sua prática, como acontece nos decretos de regulamentação.
- c) os atos enunciativos indicam juízos de valor de outros atos de caráter decisório, como acontece nos pareceres.
- d) os atos complexos não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas, visto que há somente uma vontade autônoma, de conteúdo próprio e as demais instrumentais, como acontece no visto.
- e) na cassação há perda dos efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato.

19 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Assinale a opção em que não consta requisito de validade (ou elemento) do ato administrativo.

- a) Competência.
- b) Objeto.

- c) Executoriedade.
- d) Motivo.
- e) Finalidade.

20 (FGV/MRE-OFFICIAL DE CHANCELARIA/2016) O Ministro de Estado da Justiça editou portaria determinando a expulsão de estrangeiro do território nacional, em razão de sua condenação em processo criminal à pena privativa de liberdade de oito anos. Inconformado, o estrangeiro ajuizou a ação judicial cabível e comprovou que o ato expulsório baseou-se unicamente em pressuposto de fato equivocado, uma vez que, na verdade, foi absolvido naquela ação penal, por força do provimento de sua apelação criminal pelo Tribunal. Dessa forma, o estrangeiro obteve judicialmente a declaração da nulidade da portaria de sua expulsão, porque a validade do ato administrativo, ainda que discricionário, vincula-se aos motivos apresentados pela administração, ou seja, o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade. Com base na doutrina de Direito Administrativo, no caso em tela houve a aplicação:

- a) da teoria dos motivos determinantes;
- b) da teoria da vinculação da expulsão;
- c) do princípio administrativo da autotutela;
- d) do princípio da reciprocidade administrativa;
- e) do princípio da motivação ministerial.

21 (FGV/TCE-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO/2015) Acerca dos atos administrativos e do Poder de Polícia, é correto afirmar que:

- (A) a licença é o ato administrativo editado a partir do poder discricionário da administração pública, conferindo ao particular o direito à prática de determinada atividade de natureza privada;
- (B) a permissão condicionada pode ser revogada a qualquer tempo, desde que obedecidos os critérios de conveniência e oportunidade;
- (C) o consentimento de polícia, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é passível de delegação a um particular;
- (D) os denominados atos de consentimento, tais como licença, autorização e permissão, têm natureza declaratória, ou seja, limitam-se a enunciar um direito do particular;
- (E) a admissão é espécie de ato administrativo editado para que seja admitido ao serviço público o candidato regularmente aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos.

22 (FGV/DEFENSORIA PÚBLICA-RO/ANALISTA JURÍDICO/2015) Fernando, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, requereu sua remoção para outro departamento no dia 01/02/15. A autoridade competente deferiu seu pleito, com efeitos a partir do dia 01/05/15. Ocorre que, no dia 01/04/15, com base em estudos estratégicos complementares, a mesma autoridade revogou tal ato, alegando excesso de pessoal no departamento de destino e carência no órgão de origem. Inconformado, Fernando impetrou mandado de segurança, pretendendo concretizar sua remoção. No caso em tela, ao servidor Fernando:

- (A) assiste razão, porque o Judiciário pode, em regra, revogar os atos administrativos inoportunos, mediante o controle de seu mérito;
- (B) assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado que somente pode ser anulado pelo Poder Judiciário;
- (C) não assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado que somente pode ser anulado pelo próprio Administrador;
- (D) não assiste razão, porque, pelo atributo da discricionariedade, o Administrador e o Poder Judiciário podem rever o ato administrativo e anulá-lo caso seja inoportuno;
- (E) não assiste razão, porque, pelo atributo da autotutela, o Administrador pode rever seu próprio ato discricionário e revogá-lo caso seja inoportuno.

23 (FGV/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2015) Os atos administrativos são emanados de agentes dotados de parcela do Poder Público e, por isso, estão revestidos de certas características que os tornam distintos dos atos privados em geral. Nesse contexto, é correto citar o atributo da:

- (A) retroatividade, que faz com que o ato retroaja à data em que ocorreu o fato que motivou sua edição;
- (B) imperatividade, que faz com que o ato seja cogente somente em relação às pessoas que forem intimadas do ato;
- (C) autoexecutoriedade, por meio do qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário;
- (D) autotutela, por meio do qual o ato administrativo somente pode ser imputado ao particular a partir de decisão judicial que ratifique a legalidade do ato;
- (E) continuidade, por meio do qual o ato administrativo não pode sofrer interrupção a partir do momento em que o administrado for intimado de sua prática.

24 (FGV/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA/AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/2015) O Secretário de Segurança Pública do Amazonas praticou ato administrativo, por motivo de interesse público, que determinou a remoção do servidor João. Insatisfeito, João impetrou mandado de segurança pretendendo a invalidação do ato, ao argumento de que possui direito público subjetivo de permanecer lotado em seu órgão de origem, que se localiza mais próximo de sua residência. No caso em tela, a João:

- (A) assiste razão, pois se trata de ato discricionário e seria imprescindível que autoridade administrativa obtivesse previamente a concordância do servidor;
- (B) assiste razão, pois se trata de ato vinculado e não estão preenchidos os requisitos legais para remoção, eis que a nova lotação trará prejuízos ao servidor;
- (C) não assiste razão, pois se trata de ato discricionário no qual a autoridade administrativa tem liberdade na valoração dos elementos do motivo e do objeto do ato;
- (D) não assiste razão, pois se trata de ato vinculado no qual foram adotadas todas as cautelas legais e, mesmo se houvesse algum vício de legalidade, apenas o próprio Administrador poderia proceder à invalidação do ato;
- (E) não assiste razão, pois se trata de ato discricionário, porém o ato pode ser revogado a qualquer tempo pelo próprio Administrador ou pelo Poder Judiciário, por motivo de revisão de seu mérito.

25 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Sobre ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A edição de atos administrativos cabe somente aos órgãos do Executivo.
- (B) Avocação é o deslocamento de competências e ocorre quando um órgão ou autoridade, titular de determinados poderes e atribuições, transfere a outro órgão ou autoridade uma parcela desses poderes e atribuições.
- (C) Objeto do ato administrativo significa o efeito prático pretendido com a edição do ato administrativo ou a modificação por ele trazida ao ordenamento jurídico.
- (D) Autoexecutoriedade ou autoridade da coisa decidida consiste na força obrigatória do ato administrativo em relação àqueles a que se destina.
- (E) Os atos administrativos já nascem com a presunção de legalidade, o que exime a administração de motivá-los.

26 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Leia as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

() Licença é ato discricionário que expressa a concordância da Administração com atividades dos administrados, desde que preenchidos determinados requisitos legais.

() Permissão de uso é ato discricionário que expressa a concordância precária da Administração com as atividades dos administrados em que haja predominante interesse público.

() Interdição é ato que impõe a perda de um bem ou de um direito em favor do Estado.

() Autorização é ato vinculado que manifesta uma concordância precária da Administração com atividades de exclusivo interesse dos administrados.

() Revogação é a modalidade de retratação manifestada pela Administração ao desfazer ou modificar um ato discricionário por ela praticado, mediante a reavaliação de seu mérito administrativo.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V, F, F e V.

(B) F, V, V, V e F.

(C) V, F, F, F e V.

(D) F, V, F, V e F.

(E) F, F, F, V e V.

27 (FGV/DPE-MT/ANALISTA-ADVOGADO/2015) José da Silva, servidor público federal, requereu suas férias, mediante formulário específico, para o mês de junho. Por algum equívoco, seu pedido não foi analisado por seu chefe competente para o deferimento ou indeferimento, mas pelo encarregado de outro setor, que, desatento, as deferiu. José da Silva, então, saiu de férias, e, no terceiro dia, seu chefe, que nada sabia a respeito das férias e, aquela altura, estranhava a ausência do zeloso servidor, descobriu o equívoco. Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) José da Silva deverá retornar ao serviço, tendo em vista o vício insanável no ato administrativo que deferiu as férias.

(B) José da Silva poderá prosseguir com suas férias, ainda que instado a retornar ao serviço, tendo em vista sua boa-fé.

(C) É possível a convalidação do ato administrativo que deferiu as férias a José da Silva, com efeitos retroativos.

(D) É possível a convalidação do ato administrativo que deferiu as férias a José da Silva, sem efeitos retroativos, devendo as ausências do servidor ser descontadas como faltas ao serviço.

(E) Não há qualquer vício no ato administrativo que deferiu as férias do servidor, pois a competência é extrínseca ao ato.

28 (FGV/TJ-RJ/EXECUÇÃO DE MANDATOS/2014) O Estado do Rio de Janeiro, observadas as formalidades legais, firmou ato de permissão de uso de bem público com particular, para exploração de uma lanchonete em hospital estadual. No mês seguinte, o Estado alegou que iria ampliar as instalações físicas do hospital e revogou a permissão de uso. Passados alguns dias, comprovou-se que o Estado não realizou nem nunca teve a real intenção de realizar as obras de expansão. Em razão disso, o particular pretende invalidar judicialmente o ato administrativo que revogou a permissão, a fim de viabilizar seu retorno às atividades na lanchonete. Nesse contexto, é correto afirmar que a pretensão do particular está baseada:

(A) na teoria da exceção do contrato não cumprido, porque o Estado não poderia rescindir a permissão de uso na vigência do contrato, exceto por ordem judicial e com a prévia indenização ao particular;

(B) no princípio da continuidade dos serviços públicos, porque independentemente da veracidade dos motivos fáticos que ensejaram a extinção da permissão, o particular tem direito público subjetivo de utilizar a lanchonete no prazo acordado;

(C) na natureza jurídica da permissão de uso, que é um ato bilateral e vinculado, devendo ser respeitado o prazo contratual da permissão de uso, que só pode ser extinta com prévia e justa indenização;

(D) na natureza jurídica da permissão de uso, que é um ato bilateral e vinculado, devendo ser respeitado o prazo contratual da permissão de uso, que só pode ser extinta por motivo de interesse público;

(E) na teoria dos motivos determinantes, porque, apesar de a permissão de uso ser ato discricionário e precário, o Estado está vinculado à veracidade do motivo fático que utilizou para revogar a permissão de uso.

29 (FGV/DPE-DF/JURÍDICO/2014) O ato administrativo, como forma de manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, pode ser extinto de várias formas. A revogação é uma das formas de extinção e leva em consideração a reavaliação de critérios de conveniência e oportunidade. Sobre a revogação do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

I. O Poder Judiciário não pode revogar ato administrativo praticado por órgão de outro poder.

II. A revogação produzirá efeito ex nunc.

III. Em princípio, a revogação de um ato administrativo que revogava ato anterior não restaura o primeiro ato revogado.

Assinale se:

- (A) somente I e II são verdadeiras.
- (B) somente I e III são verdadeiras.
- (C) somente II e III são verdadeiras.
- (D) todas são verdadeiras.
- (E) nenhuma é verdadeira.

30 (FGV/DPGE-RJ/JURÍDICO/2014) Rodrigo obteve, de um Município da Região dos Lagos, autorização de uso para instalar seu quiosque particular em espaço público, para venda de lanches, sem prazo determinado. Um ano depois, a municipalidade revogou o ato, porque resolveu construir no local uma pista para ciclistas. Inconformado, Rodrigo buscou assistência jurídica, ocasião em que foi informado de que a autorização de uso é ato administrativo

- (A) vinculado, não podendo o poder público municipal revogar o ato, exceto por vício de legalidade, cuja análise pode ser feita tanto pelo Administrador como pelo Poder Judiciário.
- (B) vinculado e precário, podendo o poder público municipal revogar o ato de acordo com o interesse público, desde que promova a devida indenização, não sendo possível o mesmo pelo Poder Judiciário, que apenas analisa, quando provocado, a legalidade da medida.
- (C) discricionário, bilateral e precário, sendo possível a revogação pelo Município ou pelo Poder Judiciário, que têm liberdade para agir com oportunidade e conveniência, desde que atendido o interesse público.
- (D) discricionário, unilateral e precário, sendo possível a revogação pelo Município, que tem liberdade para agir com oportunidade e conveniência, desde que atendido o interesse público, não sendo possível o mesmo pelo Poder Judiciário, que apenas analisa, quando provocado, a legalidade da medida.
- (E) discricionário, bilateral e precário, podendo o poder público municipal revogar o ato de acordo com o interesse público, desde que promova a devida e prévia indenização, cabendo ao Poder Judiciário, quando provocado, analisar tão somente a legalidade da medida.

31 (FGV/FISCAL TRIBUTÁRIO-OSASCO/2014) É exemplo de espécie de ato administrativo sob o aspecto material, ou seja, relacionado a seu conteúdo, o ato de consentimento estatal chamado:

(A) licença, que é um ato administrativo vinculado, em que o administrador não possui liberdade para agir, porque se o interessado preencher os requisitos legais para sua concessão ele tem direito a obtê-la;

(B) permissão, que é um ato administrativo vinculado pelo qual a Administração é obrigada a consentir que o particular execute um serviço de utilidade pública quando ele preencher os requisitos legais para tal;

(C) autorização, que é um ato administrativo vinculado pelo qual a Administração é obrigada a consentir que o particular utilize determinado bem público quando ele preencher os requisitos legais para tal;

(D) auto de infração, que é um ato administrativo discricionário pelo qual a Administração afere a oportunidade e conveniência de punir o particular infrator;

(E) multa, que é um ato administrativo discricionário pelo qual a Administração afere a oportunidade e conveniência de aplicar uma sanção pecuniária ao particular infrator.

32 (FGV/FISCAL TRIBUTÁRIO-OSASCO/2014) Fernando é ocupante de cargo em comissão no Município. O Prefeito resolve exonerá-lo, sem prévio processo administrativo disciplinar, fundamentando o ato com argumento de que Fernando não cumpria corretamente a carga horária de trabalho. Ocorre que, logo após o ato, Fernando conseguiu comprovar que nunca faltou ao trabalho e que cumpria regularmente o horário de expediente. No caso em tela, haverá:

(A) invalidação da exoneração, aplicando-se a teoria dos motivos determinantes, em razão da incompatibilidade entre o motivo expresso no ato e a realidade fática;

(B) invalidação da exoneração, pois a exoneração de cargo em comissão é ato administrativo vinculado e o motivo utilizado para o ato não guarda congruência com os fatos;

(C) invalidação da exoneração, pois apesar de a exoneração de cargo em comissão ser ato administrativo vinculado, não ocorreu o prévio processo administrativo;

(D) manutenção da exoneração, pois os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito municipal, não havendo sequer necessidade de fundamentação;

(E) manutenção da exoneração, pois a exoneração é ato administrativo discricionário, não cabendo controle sobre seu mérito administrativo

33 (FGV/ANALISTA DE CONTROLE INTERNO-RECIFE/2014) A Teoria dos Motivos Determinantes apregoa que

(A) todo e qualquer ato administrativo demanda, sempre, motivação expressa.

(B) o ato administrativo que contar com motivação expressa passa a ter sua validade aferida com base nesse motivo, além dos demais elementos de sua formação.

(C) a motivação inválida de um ato administrativo não torna o próprio ato inválido.

(D) o motivo de um ato administrativo não pode ser definido pela autoridade que o produziu, pois é determinado em lei.

(E) não existe ato sem motivo expresso: é determinante, para a formação do ato administrativo, a descrição expressa de seu motivo.

34 (FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ/PROCURADOR MUNICIPAL/2016) Não são desconhecidas as dificuldades encontradas, na prática, para tecer os contornos dos limites do controle judicial sobre a atuação da Administração pública, principalmente no que diz respeito à atuação discricionária. Não obstante, a casuística apreciada pelo Supremo Tribunal Federal permite extrair algumas premissas sobre o tema, tal como a

(A) ampliação da esfera de análise dos atos discricionários, passando-se a admitir exame de motivos, economicidade e eficiência quanto aos resultados obtidos, não se limitando aos aspectos formais e procedimentais do processo de decisão para revogação dos atos e negócios administrativos.

(B) lógica de preservação do mérito dos atos administrativos, sendo possível, no entanto, exame mais amplo de legalidade, inclusive da relação de custo e benefício quando se tratar de direitos difusos, como é o caso do meio ambiente.

(C) impossibilidade do controle de legalidade incidir sobre negócios jurídicos firmados pela Administração pública sob a égide do direito privado, posto que não sujeitos a regime jurídico público.

(D) preponderância da análise de eficiência após a consagração desse valor como princípio constitucional, tanto nos atos vinculados, quanto nos discricionários.

(E) inviolabilidade da separação de poderes, limitando-se o Poder Judiciário ao exame de legalidade estrito, tendo em vista que o exame do mérito dos atos discricionários compete ao Tribunal de Contas e ao Poder Legislativo, salvo no que pertine à imposição de sanções.

35 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) Considere:

I. A revogação é sempre discricionária.

II. O ato vinculado, em regra, pode ser revogado.

III. O ato discricionário não comporta anulação.

IV. Na revogação, extingue-se ato válido.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e IV.

36 (FCC/DPE-SP/ADMINISTRATDOR/2015) Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) Todos os atos válidos são necessariamente eficazes.
- (B) Os atos produzidos com vícios no elemento formal devem ser, necessariamente, anulados.
- (C) Um ato pode ser perfeito e ao mesmo tempo inválido.
- (D) A autoexecutoriedade é atributo presente em todos os atos administrativos.
- (E) Somente gozam de presunção de legitimidade os atos acusatórios da Administração pública.

37 (FCC/TCE-AM/AUDITOR/2015) Não se questiona a necessidade de observância do devido processo legal pela Administração pública, assim como já estão constitucionalmente reconhecidos direitos e garantias aos administrados em processos administrativos. Esses direitos e garantias, no mais das vezes traduzidos por princípios que informam a Administração pública, permeiam todas as funções executivas e expressam-se, nos atos administrativos,

- (A) no atributo da finalidade, porque permite aferir a competência para a prática e, com isso, verificar a observância do princípio da legalidade, vedando favorecimentos indevidos, conforme dita o princípio da impessoalidade.
- (B) no elemento objeto, que é o que se pretende atingir com a edição do ato, imediata e mediata, propiciando o controle de desvio de poder, em observância ao princípio da moralidade.
- (C) no elemento sujeito, porque permite aferir a autoridade competente para a prática do ato, e, em observância ao princípio da impessoalidade, não admite convalidação.
- (D) na motivação, que exige a demonstração dos pressupostos de fato que ensejaram a prática do ato, em observância ao princípio da legalidade, e permite o exercício do direito de defesa pelo administrado.

(E) no atributo da imperatividade, que admite a restrição de direitos individuais, para observância do princípio da eficiência, mas exige expressa previsão legal, como dita o princípio da legalidade.

38 (FCC/TRE-PB/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) A imperatividade que reveste os atos administrativos

(A) independe da presença dos elementos ou requisitos, visto que se trata de mera exteriorização da vontade da Administração pública, que sempre se impõe ao administrado independentemente de sua vontade.

(B) substitui a decisão judicial quanto à possibilidade de se fazer válido, dependendo apenas da concordância do destinatário.

(C) impõe aos destinatários dos mesmos sua obrigatoriedade, como atributo destinado a garantir o interesse público, que é a finalidade de toda a atuação da Administração pública.

(D) se vincula diretamente à eficácia, esta que enseja auto-executoriedade a todos os atos que predica.

(E) se relaciona com a eficácia, na medida em que é a exteriorização dos efeitos do ato, mas distingue-se da exequibilidade, que depende de intervenção judicial.

39 (FCC/TRE-PB/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2015) A extinção do ato administrativo pode se dar por diversos fundamentos, sendo que a extinção dos atos discricionários

(A) pode se dar somente por meio de revogação, pois desconstrói elementos de conveniência e oportunidade.

(B) pode se dar pela própria Administração, em razão do poder de revisão de seus próprios atos, por meio de anulação dos atos ilegais e dos atos inconvenientes e inoportunos.

(C) depende de decisão judicial, por motivo de ilegalidade, tendo em vista que impacta na esfera jurídica dos administrados e de terceiros.

(D) pode se dar por vício de legalidade, caso de anulação, ou por conveniência e oportunidade fundada em motivos de interesse público, caso de revogação.

(E) depende de decisão judicial, tendo em vista que o administrador não pode rever os motivos de conveniência e oportunidade que o levaram à prática do ato.

Capítulo 12

1 (CESPE/DPU/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Uma autarquia federal, desejando comprar um bem imóvel — não enquadrado nas hipóteses em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível — com valor de contratação estimado em R\$ 50.000,00, efetuou licitação na modalidade concorrência. Considerando a situação descrita, julgue os itens a seguir, acerca da organização administrativa da União, das licitações e contratos administrativos e do disposto na Lei n.º 8.112/1990. Em virtude do valor de contratação estimado, se cumpridas as exigências legais, seria permitida a realização da licitação sob a modalidade convite.

2 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) No caso de empate em uma licitação, os bens produzidos no exterior por empresas brasileiras têm precedência sobre os bens produzidos no Brasil por empresas estrangeiras.

3 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) As obras, os serviços e os fornecimentos podem ser divididos, a critério da administração, na quantidade de parcelas que se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

4 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) É vedada a habilitação de interessados residentes ou sediados em locais diferentes de onde se situar a repartição interessada.

5 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Se determinada compra puder ser feita por meio de convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços.

6 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A apresentação de documentos relativos à qualificação econômico-financeira pode ser dispensada, desde que seja notória a solidez do patrimônio líquido da empresa.

7 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Os registros cadastrais deverão ser revisados pela administração pública a cada cinco anos, ocasião em que se dará publicidade aos registros para atualização.

8 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) O direito à revisão do contrato depende de previsão expressa no instrumento contratual.

9 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Quando do pagamento de fatura, a administração pública não pode preterir a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A empreitada por preço global refere-se à contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendidas todas as etapas da obra, serviços e instalações necessários, sob inteira responsabilidade da contratada.

11 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) O autor do projeto básico não poderá participar, ainda que indiretamente, do fornecimento de bens necessários à execução de obra.

12 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As margens de preferência por produto manufaturado e por serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras são definidas pelo Congresso Nacional, não podendo seu preço ultrapassar o montante de 50% do preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

13 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Atenta contra a igualdade e a livre participação em licitação pública a previsão editalícia que estabelece preferência em favor de microempresa como critério de desempate.

14 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Atenta contra a igualdade e a livre participação em licitação pública a previsão editalícia que estabelece a retenção de pagamentos ao futuro fornecedor contratado na hipótese de superveniente situação de irregularidade perante o fisco.

15 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Atenta contra a igualdade e a livre participação em licitação pública a previsão editalícia que impõe determinada marca para o objeto da licitação por motivos de ordem técnica sob circunstâncias pertinentes e relevantes.

16 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) De acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, caso haja empate entre uma microempresa e uma empresa de pequeno porte, a microempresa terá prioridade na contratação.

17 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) De acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, é possível a realização de licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando o objeto da contratação for de até oitenta mil reais.

18 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) Cabe ao órgão gerenciador aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

19 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) Sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens de contratações já realizadas.

20 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Analise as afirmativas abaixo acerca do processo de contratação de soluções em tecnologia da informação classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() Nos casos de contratação direta sem a realização de licitação, a fase de planejamento da contratação poderá ser abreviada.

() Nas licitações do tipo técnica e preço, deve-se proceder à avaliação do impacto de pontuação atribuída em relação ao total de pontos, observando-se se os critérios de maior peso são os mais relevantes e se a ponderação atende ao princípio da razoabilidade.

() Caberá à área de tecnologia conduzir as etapas da fase de seleção do fornecedor.

() A fase de gestão do contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a solução de tecnologia da informação durante todo o período de execução do contrato.

a) F, F, V, V

b) V, F, V, F

c) F, V, F, V

d) F, F, F, V

e) V, V, F, V

21 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) Acerca do sistema de registro de preços, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() A ata de registro de preços obriga tanto os fornecedores quanto a administração em relação à contratação.

() Na licitação para registro de preços, não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou de instrumento hábil.

() O Decreto n. 7.892/2013 permite que órgãos e entidades da Administração Pública Federal adiram à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, estadual ou distrital.

- a) F, F, F
- b) V, F, F
- c) F, V, F
- d) V, V, V
- e) F, V, V

22 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) Correlacione as definições contidas na Coluna I com as nomenclaturas descritas na Coluna II. Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a Coluna I.

| Coluna I | Coluna II |
|--|------------------|
| () É a modalidade de licitação, sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, que pode ser utilizada para qualquer valor de contrato. | (1) Concurso |
| () Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração dos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias. | (2) Pregão |
| () Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. | (3) Concorrência |

| | |
|--|----------------------|
| () Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução do seu objeto. | (4) Tomada de Preços |
| | |

- a) 3, 1, 4, 2
- b) 1, 3, 2, 4
- c) 2, 1, 3, 4
- d) 1, 2, 3, 4
- e) 2, 1, 4, 3

23 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) A respeito do regime diferenciado de contratações, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta.

- () Na contratação integrada é o próprio contratado quem elabora o projeto executivo e também o projeto básico.
- () O critério de julgamento técnica e preço é obrigatório quando da realização de contratação integrada.
- () Nas licitações efetuadas sob o regime diferenciado de contratações, a regra geral é a habilitação ocorrer depois do julgamento.
- () Devido ao seu conteúdo específico, a Lei n. 12.462/2011 aplica-se apenas à União, sendo, portanto, uma lei federal.

- a) F, V, V, V
- b) V, V, V, F
- c) F, V, V, F
- d) F, F, V, V
- e) V, F, V, F

24 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) A respeito das licitações, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() Seguindo as políticas adotadas em outros países, o Brasil utiliza o enorme peso econômico das compras governamentais como um instrumento capaz de incrementar o desenvolvimento nacional sustentável.

() Em face da legislação reitoria das licitações atualmente em vigor, é possível, por exemplo, que em uma licitação do tipo menor preço a proposta vencedora não seja aquela que, entre as classificadas, efetivamente apresente o preço mais baixo.

() A adjudicação é o ato final do procedimento licitatório.

() Somente depois de passar pelo crivo de adequação ao edital, que acarreta a desclassificação das propostas que desatenderam às condições nele estipuladas é que passa a ser estabelecida a ordem de classificação das propostas.

a) F, F, V, V

b) V, V, V, V

c) F, F, F, V

d) F, F, F, F

e) V, V, F, F

25 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) É dispensável a licitação, exceto:

a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

b) quando a licitação anterior foi deserta e não puder ser repetida sem prejuízo para a administração pública, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

c) no caso de alienação aos legítimos possuidores diretos de bem imóvel para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

d) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

e) na contratação realizada por empresa pública, ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

26 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) É sabido que a autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. Em tais situações:

- a) havendo ilegalidade, a Administração poderá anulá-la de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- b) a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera para a Administração a obrigação de indenizar, isentando-a de quaisquer ônus dele decorrentes.
- c) havendo a nulidade do procedimento licitatório, a nulidade do contrato opera-se automaticamente, razão pela qual a Administração fica isenta de quaisquer obrigações dele decorrentes.
- d) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- e) os procedimentos de dispensa e de inexigibilidade de licitação não se submetem a esta regra.

27 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) A empresa pública federal X, necessitando de um grande número de computadores e impressoras para uso cotidiano de seus empregados, resolveu adquiri-los por meio de certame licitatório. O valor de referência estipulado para a aquisição foi de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). A modalidade de licitação a ser utilizada é:

- a) obrigatoriamente pregão.
- b) obrigatoriamente concorrência.
- c) concorrência, pregão ou Regime Diferenciado de Contratação, conforme opção discricionária do gestor.
- d) quaisquer das modalidades de licitação existentes, cabendo ao gestor justificar a sua escolha nos autos.
- e) concorrência ou pregão, conforme opção discricionária do gestor.

28 (ESAF/AFRFB/AUDITOR FISCAL/2014) O procedimento licitatório observa vários atos até o encerramento do certame. Neste sentido, é correto afirmar que o ato que atribui ao vencedor o objeto da licitação, encerrando-se o certame, nos termos da lei, é:

- a) julgamento.
- b) homologação.
- c) contratação.
- d) habilitação.
- e) adjudicação.

29 (ESAF/AFRFB/AUDITOR FISCAL/2014) Quanto ao 'local' em que as licitações serão efetuadas e à divulgação das mesmas, assinale a opção correta.

- a) A lei exige a publicação pela imprensa oficial dos avisos relacionados com convites.
- b) Não enseja invalidação do certame licitatório caso haja a escolha de local inóspito quando todos os potenciais interessados tenham acesso ao certame.
- c) É irrelevante a situação geográfica da repartição interessada nos casos de licitação eletrônica.
- d) A existência de sítio oficial do órgão administrativo na Internet não impõe a obrigatoriedade da sua utilização para divulgação das licitações, desde que efetuada a publicidade do ato.
- e) A fim de evitar nulidade do certame licitatório, é necessária a publicação do edital de abertura em sua integralidade no Diário Oficial Local.

30 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Assinale a opção correta.

- a) É possível, em determinadas situações previstas legalmente, contrato verbal com a Administração Pública.
- b) Segundo a legislação vigente, a licitação destina-se a garantir apenas a observância do princípio constitucional da isonomia e a promoção do desenvolvimento nacional.
- c) O pregão é modalidade licitatória prevista na Lei n. 8.666, de 1993.
- d) Não se observa a existência de cláusulas exorbitantes em contratos administrativos. e) Uma vez publicado o edital, a licitação não pode ser revogada.

31 (ESAF/APO/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Visando atender exclusivamente às necessidades dos preparativos para os vindouros eventos esportivos internacionais, o governo federal instituiu, em 2011, o chamado Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). De lá para cá, o que era para ser temporário tomou ares de permanente, na medida em que, àquele Regime, foram incorporados os seguintes propósitos, exceto:

- a) ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- b) obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- c) obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo, bem como ações no âmbito da Segurança Pública.
- d) licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino.
- e) aquisição de equipamento bélico referente à execução do Plano de Reparelhamento das Forças Armadas.

32 (ESAF/DNIT/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2013) São critérios de julgamento passíveis de serem utilizados no âmbito do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, exceto:

- a) Menor preço ou maior desconto.
- b) Menor retorno econômico.
- c) Melhor técnica ou conteúdo artístico.
- d) Maior oferta.
- e) Técnica e preço.

33 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2012) A legislação atinente ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas prevê a possibilidade de que os editais de licitação para aquisição de bens estabeleçam diversas exigências, entre as quais não se inclui a de que

- a) o produto seja de determinada marca, pela necessidade de padronização do objeto.
- b) seja fornecida certificação da qualidade do processo de fabricação de determinado produto.
- c) seja apresentada, em caso de licitante distribuidor, carta de solidariedade emitida pelo fabricante.
- d) seja apresentada amostra do bem, ainda na fase de julgamento das propostas.
- e) sejam oferecidos apenas produtos com registro válido no Sistema de Registro de Preços – SRP.

34 (FCC/SEFAZ-PI/AUDITOR FISCAL/2015) O denominado RDC, Regime Diferenciado de Contratações Públicas, introduzido pela Lei no 12.462/2011, contempla diferenças importantes em relação ao regime ordinário, previsto pela Lei no 8.666/93, dentre as quais pode-se citar:

- (A) orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação.
- (B) possibilidade de participação, na licitação, de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto básico relativo ao objeto do certame.
- (C) sigilo nas fases de habilitação e pré-qualificação, com divulgação pública apenas após o julgamento das propostas.
- (D) regime de contratação integrada, para execução de obras e serviços de engenharia, desde que estimados em valor igual ou superior a R\$ 1 bilhão.
- (E) desnecessidade de prévio projeto básico para a contratação de obras e serviços de engenharia sob o regime de empreitada integral.

35 (FCC/AL-PE/ANALISTA LEGISLATIVO/2014) É correto afirmar que a contratação integrada, disciplinada pela Lei no 12.462/2011, denominada Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC

- (A) aplica-se indistintamente a todas as contratações, de obras ou de serviços, voltadas aos eventos esportivos que proximamente serão realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas, desde que não compreendam a elaboração de projeto básico e executivo.

(B) não se aparta das demais modalidades de empreitada de que cuida a Lei no 8.666/1993, exceto por ser, a contratação integrada, voltada às obras dos eventos esportivos que proximamente serão realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas.

(C) não se distingue da modalidade de empreitada integral de que cuida a Lei no 8.666/1993, dado que ambas situam-se na categoria denominada turn key, exceto por ser, a contratação integrada, voltada às obras dos eventos esportivos que proximamente serão realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas.

(D) é um regime de execução contratual em que há transferência do risco de elaboração dos projetos básico e executivo ao contratado, havendo, ainda, vedação à celebração de aditivos.

(E) é um regime de execução contratual em que a Lei de regência veda a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, constituindo-se em exceção ao disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, mesmo nas hipóteses de caso fortuito ou força maior ou de determinação unilateral da Administração.

36 (FCC/TCE-AM/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2014) A Lei no 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, prevê procedimentos auxiliares das licitações no âmbito do RDC, entre eles, a pré-qualificação permanente. Sobre esse assunto, considere:

I. O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição dos eventuais interessados.

II. A Administração Pública poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, nas condições estabelecidas em regulamento.

III. A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

IV. A pré-qualificação terá validade de cinco anos, no máximo, podendo ser atualizada a qualquer tempo. Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) I e III.

(C) III e IV.

(D) II e IV.

(E) I, II e III.

37 (FCC/TRF-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A escolha da modalidade licitatória a ser utilizada pela Administração pública é prerrogativa da autoridade competente para a contratação, decisão que

(A) pode ser discricionária, baseada nas opções constantes da legislação, tal como o leilão ou o pregão para a alienação de bens inservíveis.

(B) é invariavelmente vinculada, tendo em vista que o cabimento de cada modalidade de licitação está expressamente arrolado na legislação vigente para as hipóteses de contratação pretendidas.

(C) pode ser discricionária, cabendo ao administrador fundamentar e justificar a escolha feita, tal como na escolha da modalidade leilão para a alienação de bens imóveis adquiridos por meio de adjudicação em execuções fiscais.

(D) pode ser vinculada, quando a lei descrever a modalidade cabível para uma hipótese, como no caso das contratações de bens e serviços de natureza comum, que deve ser realizada por meio de pregão.

(E) é discricionária, posto que cabe ao administrador justificar a escolha da modalidade de licitação a ser escolhida visando ao resultado pretendido, com base em critérios de conveniência e oportunidade, como no caso da alienação onerosa de imóveis, que pode ser realizada por meio de leilão ou concorrência.

38 (FCC/TRF-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O princípio que obriga a Administração pública à prévia licitação para contratação dos diversos bens e serviços de seu interesse convive com situações em que o certame se mostra dispensável ou inexigível. As hipóteses são várias, algumas que a lei escolheu excluir da obrigatoriedade de serem licitadas, outras cuja a realização do certame não se mostra possível ou adequada. Diante de um cenário em que a Administração pública precise firmar contrato para prestação de serviço de atendimento da população para orientação inicial e encaminhamento aos setores adequados de conhecido complexo que concentra vários serviços públicos em um mesmo local, é

(A) possível declarar inexigibilidade de licitação para contratação de associação sem fins lucrativos que congregue portadores de deficiência física e pessoas com reconhecida hipossuficiência financeira, como forma de execução de política social.

(B) permitido dispensar a licitação para contratar associação sem fins lucrativos, de pessoas portadoras de deficiência física, tendo em vista que as atividades necessárias à Administração são condizentes com as limitações físicas dos associados, o que não afasta a necessidade do valor ser compatível com o praticado no mercado.

(C) necessário realizar licitação, tendo em vista que se trata de contratação de mão de obra, para cuja finalidade inexistente previsão legal de dispensa ou inexigibilidade de certame.

(D) dispensada a licitação para contratação de associações sem fins lucrativos, bastando à Administração pública comprovar essa condição e a respectiva declaração de utilidade pública emitida pelo ente da mesma esfera do potencial contratante.

(E) inexigível a licitação para os casos em que o contratado seja pessoa jurídica sem fins lucrativos e desde que o valor da contratação seja compatível com o praticado no mercado.

39 (FCC/TRT – 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O Estado do Acre realizou procedimento licitatório na modalidade concorrência para a construção de vultosa obra pública. Após o encerramento do certame e a contratação da empresa vencedora, iniciou-se a fase da execução contratual. Nos termos da Lei no 8.666/1993, a execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, que

(A) poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução da obra, desde que também autorizado pela Administração.

(B) é dispensável.

(C) deverá obrigatoriamente ser desenvolvido antes da execução da obra.

(D) deverá obrigatoriamente ser desenvolvido após a execução da obra.

(E) poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução da obra, não sendo necessária autorização da Administração, pois decorre de previsão legal.

40 (FCC/TRT – 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Nos termos da Lei no 10.520/2002, a equipe de apoio do pregão deverá ser integrada (A) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, obrigatoriamente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

(B) apenas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

(C) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

(D) apenas por servidores ocupantes de cargo em comissão, obrigatoriamente pertencentes ao quadro do órgão ou entidade promotora do evento.

(E) apenas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, não se exigindo que sejam do quadro do órgão ou entidade promotora do evento.

Capítulo 13

1 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Os contratos administrativos enquadram-se na categoria dos contratos de adesão.

2 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Dado o princípio do *pacta sunt servanda*, é vedada, durante a execução do contrato, a alteração unilateral das cláusulas contratuais pela administração pública.

3 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A aplicação de sanções administrativas pela administração pública depende de manifestação do Poder Judiciário.

4 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) É vedado à administração pública exigir garantia para assegurar o adimplemento dos contratos.

5 (CESPE/TRT-18ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) São nulos os contratos verbais firmados com a administração pública.

6 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) São cláusulas implícitas de todos os contratos administrativos os direitos e as responsabilidades das partes.

7 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Não é condição indispensável para a eficácia do contrato a publicação, na imprensa oficial, do instrumento ou de seus aditamentos.

8 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) É facultado ao contratado manter preposto, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato, estando a indicação desse preposto condicionada à aceitação da administração.

9 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) É vedada a subcontratação de partes da obra, de serviço ou fornecimento.

10 (CESPE/TJ-AMA/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A declaração de nulidade do contrato administrativo susta os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir.

11 (CESPE/TJ-DFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Situação hipotética: Determinado órgão público contratou uma prestadora de serviços para executar uma atividade em seu edifício sede. Durante a execução do contrato, o órgão atrasou por cem dias o pagamento dos serviços executados. Não houve culpa da contratada. Assertiva: Nessa situação, o atraso poderá ensejar a rescisão do contrato, devendo a contratada ser ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

12 (CESPE/TELEBRAS/ADVOGADO/2015) A teoria do fato do príncipe, que tem como pressuposto a álea administrativa, é aplicável quando o Estado contratante, mediante ato ilícito, modifica as condições do contrato, provocando prejuízo ao contratado.

13 (CESPE/TELEBRAS/2015) As cláusulas classificadas como acessórias, tipicamente presentes no contrato administrativo, garantem a supremacia do interesse público ao concederem várias prerrogativas à administração pública.

14 (CESPE/AGU/ADVOGADO DA UNIÃO/2015) Na hipótese de nulidade de contrato entre a União e determinada empresa, a despesa sem cobertura contratual deverá ser reconhecida pela União como obrigação de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que a nulidade do contrato for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem der causa à nulidade.

15 (CESPE/STJ/2015) A nulidade de contrato administrativo por ausência prévia de licitação gera, para o contratado de boa-fé, direito a indenização pelos serviços por ele prestados.

16 (CESPE/STJ/2015) É lícito à administração pública reter pagamentos à empresa que, contratada administrativamente por meio de licitação, passe, no curso da execução contratual, a situação de irregularidade fiscal.

17 (CESPE/STJ/2015) A caducidade do contrato de concessão acarreta a reversão ao poder concedente, mediante indenização ao concessionário, de todos os bens necessários à continuidade do serviço público.

18 (CESPE/MPOG/ENGENHEIRO/2015) Os reajustes de preços previstos no próprio contrato não caracterizam uma necessidade de alteração contratual e, por isso, podem ser registrados por simples apostila, sem necessidade de celebração de aditamento.

19 (CESPE/MPOG/ENGENHEIRO/2015) Para prevalecer o interesse público, mesmo sem prévia concordância do contratado, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias podem ser alteradas unilateralmente pela administração.

20 (CESPE/MPOG/ENGENHEIRO/2015) O atraso injustificado no início da obra gera como penalidade a aplicação de multa de mora ao contratado, o que impede a rescisão unilateral do contrato e a aplicação de outras sanções por parte da administração.

21 (CESPE/MPOG/ARQUITETO/2015) Os limites para alteração quantitativa do contrato do valor de supressão poderá exceder 25% do valor inicial caso haja acordo entre as partes.

22 (CESPE/MPOG/ARQUITETO/2015) As cláusulas exorbitantes proporcionam à administração prerrogativas de rescindir unilateralmente o contrato e a de estabelecer o reequilíbrio físico-financeiro que sobrevierem de fatos imprevisíveis.

23 (CESPE/TCU/AUDITOR/2015) Em caso de inadimplência do contratado em relação a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, a responsabilidade por seu pagamento será automaticamente transferido à administração e poderá onerar o objeto do contrato.

24 (CESPE/TCU/AUDITOR/2015) Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, a administração pode, entre outras formas de sanção, suspender temporariamente a participação do contratado em licitação e impedi-lo de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos.

25 (CESPE/FUB/ENGENHEIRO/2015) O prazo de execução de um contrato administrativo é iniciado na data de assinatura do contrato.

26 (CESPE/DPE-PE/DEFENSOR PÚBLICO/2015) De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, o contrato administrativo deve ser escrito, sendo nulo e de nenhum efeito todo contrato verbal celebrado com a administração pública.

27 (ESAF/ANAC/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2016) A respeito dos contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V), ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- () Em qualquer hipótese, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração.
- () A administração pode dispensar o instrumento de contrato, independentemente de valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos da qual não resultem obrigações futuras.

() Da aplicação das penas de advertência, suspensão temporária e multa cabe recurso, sempre com efeito suspensivo, no prazo determinado em lei.

() A exceção do contrato não cumprido não é oponível, mesmo diante do atraso de pagamento superior a noventa dias, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

a) V, F, V, V

b) F, V, F, V

c) V, V, F, V

d) F, F, F, V

e) F, V, V, V

28 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Sobre a inexecução contratual dos contratos firmados com a Administração Pública, assinale a opção incorreta.

a) A inexecução culposa resulta de ação ou omissão da parte, decorrente de negligência, imprudência ou imperícia no atendimento das cláusulas contratuais.

b) A inexecução sem culpa assenta-se na teoria da imprevisão.

c) Fato da Administração é toda ação ou omissão do Poder Público que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarda ou impede sua execução.

d) Caso fortuito e força maior podem ser classificados como causas de inexecução contratual não culposa.

e) A inexecução propicia a rescisão do contrato, e a respectiva conclusão de seu objeto, acarretando para o inadimplente consequências civis e administrativas, como, por exemplo, a declaração de inidoneidade da empresa ou da pessoa contratada.

29 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Sobre as peculiaridades dos contratos administrativos, assinale a opção incorreta.

a) Podemos afirmar que sua interpretação obedecerá necessariamente à ordem sequencial estabelecida pelo artigo 54, caput da Lei n. 8.666/93, quais sejam: suas próprias cláusulas, preceitos de direito público, teoria geral dos contratos e preceitos de direito privado.

b) Há restrições ao uso da cláusula da 'exceção do contrato não cumprido', em nome do princípio da continuidade do serviço público, pois ao contratado só é permitido opor tal cláusula à Administração após noventa dias, salvo disposições contidas em legislação específica.

c) Nos contratos administrativos, a forma é essencial, não somente em benefício do interessado, como da própria Administração, para fins de controle da legalidade.

d) A aplicação das penalidades contratuais diretamente pela Administração resulta do princípio da autoexecutoriedade.

e) Verifica-se o poder de alteração unilateral do contrato por parte da Administração, dentro dos limites da lei.

30 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) A respeito dos contratos administrativos e das penalidades que podem ser aplicadas aos contratados e tendo em mente a jurisprudência do STJ, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, independentemente da modalidade licitatória, só alcança os órgãos e entidades administrativos do próprio ente federado que aplicou a sanção, ao passo que a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar abrangeria toda a Administração Pública, em todos os níveis.

() As sanções de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar e de suspensão do direito de licitar e contratar possuem efeito rescisório automático.

() A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é sanção de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal, conforme o caso.

() A ausência de abertura de prazo para oferecimento de defesa final sobre a possível aplicação da pena de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública acarreta nulidade no processo administrativo a partir desse momento processual.

a) V, F, F, V

b) F, V, V, F

c) V, V, F, F

d) F, V, F, V

e) F, F, V, V

31 (FCC/TRF-3ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A qualificação de um contrato firmado com a Administração pública como administrativo traz implicações para dotar a contratante de prerrogativas que, quando utilizadas, garantem ao contratado determinadas e proporcionais contrapartidas ou direitos, como no caso

(A) da Administração pública alterar unilateralmente o contrato administrativo, impondo ao contratado a concordância com as novas disposições e obrigações, seja para aumento, seja

para supressão de objeto, desde que com fundamento de interesse público e mediante indenização preestabelecida em favor do privado.

(B) da rescisão unilateral, faculdade atribuída exclusivamente à Administração pública nos casos arrolados na lei, garantido ao contratado a remuneração pelos serviços prestados até a data da extinção do contrato, para evitar enriquecimento ilícito, vedado agregar ao montante a ser pago o custo da desmobilização.

(C) da aplicação de sanções pela Administração pública em face do contratado diante dos casos de inexecução parcial, requisitos que permitem, no caso de reincidência, a rescisão unilateral do ajuste, vedada qualquer remuneração em favor do contratado, independentemente dos serviços prestados, em razão da culpa pela extinção do ajuste.

(D) de alteração unilateral do ajuste pela Administração pública, inclusive para supressão de objeto, nos casos em que assim justificar o interesse público, ficando o contratado obrigado a aceitar a imposição nos casos de contrato de obras de reforma até o limite de 50% do valor contratado.

(E) da Administração pública, nos casos legalmente previstos de rescisão de contratos cujo objeto seja a prestação de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens imóveis e móveis do contratado, bem como utilizar o pessoal empregado na execução do contrato, para garantir a continuidade do serviço, cabendo ao contratado a remuneração pelos serviços prestados, de cujo montante pode ser descontado o valor correspondente aos prejuízos causados pela inexecução adequada do contrato.

32 (FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ/PROCURADOR MUNICIPAL/2016) A mutabilidade dos contratos administrativos predica os contratos administrativos, mas nem todas as alterações introduzidas nesses negócios jurídicos devem ser creditadas àquela característica. A depender do evento experimentado no curso da execução do contrato administrativo, aplica-se determinada conduta como consequência mitigadora ou neutralizadora. Assim, decorrido um ano da execução de um determinado contrato de prestação de serviços e divulgada a inflação do período, apurada pelos índices oficiais,

(A) está-se diante de adequação da aplicação de reajuste, a ser promovido nos termos e periodicidade contratualmente estipulados, não se tratando de evento que justifique compensações ou indenizações pretendidas pelo contratado.

(B) impõe-se a revisão da remuneração paga ao contratado, com o reajuste da remuneração contratualmente prevista, acrescida da indenização pelos prejuízos não cobertos pela majoração ordinária.

(C) incide hipótese de reequilíbrio econômico financeiro, tendo em vista que a preservação dessa equação é direito subjetivo do contratado.

(D) faz jus o contratado à indenização por todos os prejuízos experimentados, desde que comprove efetivamente danos concretos, não podendo ser hipotéticos.

(E) é caso de revisão contratual dos parâmetros unitários de preços considerados, para que a corrosão monetária experimentada no período seja internalizada ao contrato, restabelecendo-se a equação de equilíbrio econômico financeiro original.

33 (FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ/PROCURADOR MUNICIPAL/2016) Uma organização social firmou contrato de gestão para prestação de serviços de saúde em uma determinada unidade hospitalar. Não obstante a gestão das atividades, é necessário trespassar à organização social o imóvel onde funciona o hospital, o que pode se dar mediante outorga de

(A) permissão de uso, ato que poderá vigor por prazo indeterminado, mas que cessará concomitantemente com a extinção do contrato de gestão, caso não tenha sido extinto antes.

(B) concessão de direito real de uso, ato unilateral para o qual é inexigível a licitação, já que inviável a competição, diante da prévia existência do contrato de gestão.

(C) concessão de uso, ato que transmite a posse das dependências hospitalares por prazo indeterminado, enquanto perdurar o contrato de gestão.

(D) permissão de uso, contrato que transfere posse à organização social, dispensando-se autorização legislativa em razão da vigência do contrato de gestão.

(E) concessão de uso com dispensa de licitação, tendo em vista que os atos e contratos que autorizam o uso privativo de bens públicos prescindem de licitação.

34 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O contrato administrativo confere à Administração pública algumas prerrogativas não concedidas ao contratado, mas também a sujeita a controle externo,

(A) exercido pela Administração pública central, quando se tratar de instrumentos celebrados por entes da Administração indireta, hipótese em que se implementa com maior rigor e alcance, inclusive para permitir a análise de aspectos discricionários, desde que preservado o núcleo essencial de decisão.

(B) sobre os aspectos orçamentário-financeiros, capitaneado pelo Tribunal de Contas competente, que exerce essa competência em auxílio ao Poder Legislativo, em cujo âmbito

é promovido o exame de mérito das contratações da Administração pública, para autorizar a celebração dos ajustes.

(C) que não pode adentrar às alterações unilaterais promovidas no objeto contratual, qualitativas e quantitativas, tendo em vista que essas medidas se inserem no exame essencialmente discricionário do contratante.

(D) exercido previamente à celebração da avença, durante a fase de licitação, tendo em vista que após o contrato constitui lei entre as partes, não podendo ser alterado, sob pena de comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro.

(E) que se presta ao exame de legalidade não só das alterações que o Poder Público venha a promover, qualitativas ou quantitativas, com ou sem concordância do contratado, mas também dos termos originais do contrato celebrado, que pode ser maculado, inclusive, por vícios identificados no procedimento licitatório.

Capítulo 14

1 (CESPE/DPU/ANALISTA TÉCNICO/2016) A classificação de determinado serviço público como singular pressupõe a individualização de seus destinatários, propiciando a medição da utilização individual direta do serviço público prestado

2 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) A permissão de serviço público pode ser revogada por ato unilateral do poder concedente.

3 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) A permissão para a prestação de serviço público não depende da realização de licitação.

4 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) A exploração de serviço público mediante autorização somente poderá ser admitida se for precedida da construção, total ou parcial, de obras de interesse público.

5 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) A concessão de serviço público é uma espécie de delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos.

6 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) A concessão de serviço público deve dar-se mediante licitação, a qual pode ser feita nas modalidades de concorrência, leilão ou concurso.

7 (CESPE/TJ-DF/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Admite-se que a União, no prazo da concessão de determinado serviço público, retome o serviço por encampação, mediante lei autorizativa específica, após prévio pagamento de indenização e por motivo de interesse público.

8 (CESPE/DPE-RN/DEFENSOR PÚBLICO/2015) Segundo entendimento jurisprudencial do STJ, é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o usuário for inadimplente quanto a débitos vencidos pretéritos, desde que precedido de prévia notificação do usuário.

9 (CESPE/TRE-RS/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Constituindo o consórcio público uma associação formada por pessoas jurídicas políticas e dotada de personalidade jurídica própria, a manifestação de retirada de um dos entes da Federação implicará a extinção do consórcio.

10 (CESPE/TCE-RN/INSPETOR/2015)_Relativamente aos serviços públicos e à concessão e permissão de serviço público, julgue o item subsecutivo.

11 (CESPE/TCE-RN/INSPETOR/2015) Classificam-se como indelegáveis aqueles serviços que só podem ser prestados diretamente pelo estado, de que são exemplos os serviços de defesa nacional e segurança pública.

12 (CESPE/AGU/ADVOGADO DA UNIÃO/2015) Acerca dos serviços públicos e dos bens públicos, julgue o item a seguir. Se o Ministério da Saúde adquirir um grande lote de medicamentos para combater uma epidemia de dengue, essa aquisição, no que se refere ao critério, será classificada

como serviço coletivo devido ao fato de esses medicamentos se destinarem a um número indeterminado de pessoas

13 (CESPE/STJ/2015) A caducidade do contrato de concessão acarreta a reversão ao poder concedente, mediante indenização ao concessionário, de todos os bens necessários à continuidade do serviço público.

14 (CESPE/STJ/2015) A respeito dos serviços públicos, julgue o item subsequente. Os serviços considerados individuais são divisíveis e de utilização obrigatória, devendo ser remunerados por meio da cobrança de taxa ou tarifa.

15 (CESPE/STJ/2015) A concessão de serviço público formaliza-se por meio de contrato administrativo em que a administração confere ao particular a execução não remunerada de serviço público ou de obra pública.

16 (CESPE/JUIZ/TRF-5ª REGIÃO/2015) A concessionária do serviço público somente pode interromper a prestação do serviço por motivos de ordem técnica ou de segurança das instalações, casos em que ficará dispensada de realizar prévia comunicação ao usuário.

17 (CESPE/JUIZ/TRF-5ª REGIÃO/2015) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço e o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, medida essa que deve ser formalizada por decreto.

18 (CESPE/JUIZ/TRF-5ª REGIÃO/2015) A encampação, que constitui uma das formas de extinção do contrato de concessão, deve ser adotada pela administração sempre que se caracterizar a inadimplência por parte do concessionário.

19 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) Sobre as concessões de serviços públicos, assinale a opção correta.

- a) Em caso de dano, a responsabilização recai sobre o poder concedente de forma solidária.
- b) Encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão por motivo de interesse público, mediante Decreto do Poder Executivo e pagamento prévio de indenização.
- c) A pessoa política a quem a Constituição e a lei atribuem a titularidade do serviço deve exercer a fiscalização das atividades desempenhadas. A falta de fiscalização por parte do poder concedente induz a atenuação da responsabilidade do concessionário de indenizar por prejuízos causados aos usuários ou a terceiros.
- d) A pessoa física não pode ser concessionária em nenhuma hipótese.
- e) Caso a concessionária contrate com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, fica configurada a subconcessão.

20 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) Acerca das parcerias público privadas, assinale a opção correta.

- a) A transferência do controle da sociedade de propósito específico independe da autorização da Administração Pública.

- b) A contratação das parcerias público privadas será sempre precedida de licitação na modalidade de concorrência, conforme regulado pela Lei n.11.079/2004.
- c) É obrigatória a existência de cláusula editalícia que contemple a previsão de garantias da contraprestação do parceiro público a serem concedidas ao parceiro privado.
- d) Assim como ocorre para os contratos administrativos em geral, nas parcerias público privadas os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos básico ou executivo não podem participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obras ou serviços.
- e) Nas parcerias público privadas firmadas no âmbito da União, é o órgão gestor das parcerias público privadas federais quem realiza as respectivas licitações.

21 (ESAF/AFRFB/AUDITOR FISCAL/2014) Considere que o Poder Público conserve a titularidade de determinado serviço público a que tenha transferido a execução à pessoa jurídica de direito privado. Nessa situação, a descentralização é denominada:

- a) por colaboração.
- b) funcional.
- c) técnica.
- d) geográfica.
- e) por serviços.

22 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) A Lei nº 8.987/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175, da Constituição da República. Com base no que dispõe tal lei, é hipótese de extinção da concessão a:

- (A) encampação, que é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização;
- (B) caducidade, que acontece por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- (C) rescisão, que somente pode ocorrer nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato, quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais concernentes à instalação e início do serviço concedido;

(D) anulação, que ocorre quando a concessionária estiver prestando serviço de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

(E) revogação tácita, que se dá por ato unilateral devidamente fundamentado quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.

23 (FGV/DEFENSORIA PÚBLICA-RO/ANALISTA JURÍDICO/2015) Em matéria de classificação dos serviços públicos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que serviços:

(A) econômicos são aqueles que o Estado executa para atender aos reclamos sociais básicos e representam serviços assistenciais e protetivos, como serviço de assistência médica e hospitalar;

(B) singulares (uti singuli) são aqueles cujos destinatários não podem ser individualizados, sendo imensurável a utilização por cada um dos indivíduos, como a coleta de lixo;

(C) administrativos são aqueles que o Estado executa para compor melhor a organização dos interesses particulares, fomentando a iniciativa privada para maior arrecadação tributária e oferta de empregos;

(D) coletivos (uti universi) são aqueles prestados a grupamentos indeterminados de indivíduos, de acordo com as opções e prioridades da Administração, e em conformidade com os recursos de que disponha, como a iluminação pública;

(E) delegáveis são aqueles que, por sua natureza ou pelo fato de assim dispor o ordenamento jurídico, somente podem ser executados diretamente pelo poder público, como os serviços de defesa nacional.

24 (FGV/SEFAZ-CUIABÁ/AUDITOR FISCAL/2014) Os Municípios A, B e C, localizados no Estado X, vêm mantendo tratativas para a constituição de um consórcio público para atuação na área de coleta e descarte de lixo. Os três Municípios pretendem, ainda, convencer a União a participar do consórcio, tendo em vista a necessidade de um aporte inicial de recursos em valor superior ao de suas disponibilidades financeiras. Considerando o caso exposto, assinale a afirmativa correta.

(A) O consórcio público terá, necessariamente, personalidade jurídica de direito público.

(B) Não é possível a constituição de um consórcio entre entes públicos sem a participação de pessoas jurídicas de direito privado.

(C) A União somente poderá participar do consórcio caso o Estado X também dele faça parte.

(D) O consórcio público adquire personalidade jurídica a partir da assinatura do protocolo de intenções.

(E) O consórcio terá, necessariamente, personalidade jurídica de direito privado.

25 (FGV/SEFAZ-CUIABÁ/AUDITOR FISCAL/2014) O Estado ABCD declarou a caducidade da concessão do serviço de transporte ferroviário de passageiros devido à prestação deficiente do serviço e a uma série de descumprimentos contratuais pela empresa “XXX Ferrovias”. Nesse caso,

(A) o poder concedente procederá, em até 60 (sessenta) dias, à encampação do serviço público, por razão de interesse público.

(B) o poder concedente somente poderá retomar o serviço após o pagamento da indenização das parcelas dos investimentos realizados pelo concessionário que ainda não tenham sido amortizadas.

(C) ainda que se trate de descumprimento do contrato pelo concessionário, a retomada do serviço será feita com indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados, apurada no curso do processo.

(D) após a declaração de caducidade, é necessária a instauração de processo judicial previamente à retomada do serviço pelo poder concedente.

(E) por se tratar de descumprimento do contrato pelo concessionário, este não terá direito a qualquer indenização, ainda que não tenham sido amortizados todos os investimentos realizados.

26 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Sobre contratos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. As cláusulas exorbitantes devem estar expressas nos contratos para que sejam oponíveis ao contratado. II. A formalização dos consórcios enseja, necessariamente, a criação de uma pessoa jurídica, conforme o disposto no Art. 6º, da Lei nº 11.107.

III. Os consórcios públicos de direito privado devem observar as normas de direito público no que concerne à realização de licitações, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regida pela CLT. Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.

(B) se somente a afirmativa III estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

27 (FGV/PGM-NITERÓI/PROCURADOR/2014) Sobre serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

(A) A outorga da concessão representa modalidade de desafetação do serviço público, retirando-o do campo do direito público.

(B) Na reversão, os bens afetos ao serviço público retornarão ao Poder Concedente em razão do término no prazo contratual.

(C) A encampação tem natureza sancionatória e representa a extinção da concessão antecipadamente, por ato unilateral do poder concedente, por motivo de interesse público.

(D) No regime da permissão do serviço público, há um prazo mínimo de garantia para o permissionário na execução dos serviços e, ainda, a imposição de obrigações de investimentos para o seu desenvolvimento. (E) A prestação direta dos serviços públicos é aquela em que a execução desses se faz por outorga ou delegação.

28 (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-BA/AUDITOR/2014) Sobre a natureza jurídica dos instrumentos de delegação da prestação de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

(A) A concessão é sempre ato administrativo.

(B) A autorização é sempre contrato administrativo.

(C) A permissão é sempre contrato administrativo.

(D) A concessão ocorre de forma unilateral.

(E) A concessão é sempre contrato administrativo.

29 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) Sobre a parceria público-privada, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() A parceria público-privada, instituída pela Lei nº 11.079/2004, estabelece normas gerais para a contratação de duas modalidades especiais de concessões administrativas.

() A concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

() A concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

() O concessionário, na contratação de parceria público-privada, assume integralmente os riscos do empreendimento, sem qualquer ônus ou encargo para a Administração concedente.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V, F e F.

(B) V, F, V e F.

(C) F, F, V e V.

(D) V, F, V e V.

(E) V, V, V e F

30 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) A forma de organização na qual se estrutura a Administração pública predica sua atuação, tornando-a mais ou menos ágil. Além da estruturação da Administração indireta, em especial com pessoas jurídicas de direito privado, uma das formas apontadas como meio de imprimir ganho de eficiência e agilidade às funções da Administração pública, é a

(A) delegação de serviço público para a iniciativa privada, por meio de concessão comum, contrato que transfere ao concessionário a execução daquelas atividades materiais, por sua conta e risco, remunerando-se pela tarifa a ser cobrada dos usuários.

(B) outorga de competências a outros entes federados, especialmente municípios, por meio de decretos de delegação, restringindo-se a Administração pública originalmente competente a repassar recursos para a execução das atividades abrangidas pelo ato normativo.

(C) permissão de serviços públicos para sociedades de economia mista integrantes da mesma esfera da Administração, mediante dispensa de licitação, para fins de possibilitar a redução da tarifa imposta ao usuário.

(D) concessão comum de atividades materiais de interesse público, sejam serviços públicos em sentido estrito ou não, tais como da área da saúde ou educação, cabendo ao concessionário remunerar-se pela tarifa e garantir a qualidade das utilidades disponibilizadas aos usuários.

(E) outorga de competências à iniciativa privada, em especial de serviços públicos, para prestação sob regime jurídico subsidiado, garantindo o princípio da modicidade tarifária e a universalidade da disponibilização a todos os usuários, vedada cobrança de valores diferenciados.

31 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Transporte público de passageiros quase sempre é mencionado como exemplo de serviço público. A depender do modal de transporte ou mesmo das localidades envolvidas no deslocamento, pode se alterar a titularidade desse gênero de serviço público. A titularidade do serviço público

(A) remanesce com o ente público ao qual foi atribuída pela legislação, passível de delegação para a iniciativa privada a execução material, salvo em se tratando de pessoa jurídica de direito público integrante da Administração indireta, como as autarquias, para as quais é admissível a delegação legal da titularidade.

(B) está atrelada ao regime de execução imposto para o serviço público, tendo em vista que quando prestado sob regime de direito privado, a titularidade desloca-se para o delegatário, para que seja deste a integral responsabilidade pelos ônus e bônus, e quando prestado sob regime de direito público, a titularidade remanesce com o ente público.

(C) também se altera quando ocorre a delegação da execução material para a iniciativa privada, pois o delegatário do serviço público assume integralmente a responsabilidade pelos ônus e bônus envolvidos com a prestação dessa atividade material.

(D) não pode se alterar, nem se transferir em nenhuma hipótese de delegação de serviço, seja para ente com personalidade jurídica de direito público integrante da Administração pública indireta, seja para a iniciativa privada, tendo em vista que o regime de execução é sempre privado, independentemente da natureza jurídica do delegatário.

(E) depende do que constar da autorização legislativa que deve ser editada especificamente para cada concessão ou permissão de serviço público, podendo ser transferida ao concessionário ou permissionário, mesmo que se trate de pessoa jurídica de direito privado, desde que a execução do serviço se dê em regime de direito público.

32 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) Considere:

I. Independente de a pessoa satisfazer as condições legais, ela faz jus à prestação do serviço público, não podendo haver distinção de caráter pessoal.

II. Um dos princípios que regem os serviços públicos denomina-se mutabilidade do regime jurídico, segundo o qual admitem-se mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse privado, que é variável no tempo.

III. O princípio da continuidade do serviço público tem aplicação especialmente com relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

No que concerne aos princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, está correto o que consta APENAS em

(A) I.

(B) I e III.

(C) II.

(D) I e II.

(E) III.

Capítulo 15

1 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) À luz da Lei n.º 9.784/1999. Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se, no mês do vencimento, não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, e referido mês terminar em dia útil, ter-se-á como termo final do prazo o primeiro dia útil do mês seguinte.

2 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) À luz da Lei n.º 9.784/1999. A revisão do processo administrativo que resultar em aplicação de sanção dependerá da manifestação do apenado.

3 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) À luz da Lei n.º 9.784/1999. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial do interessado, incluindo-se na contagem o dia da notificação.

4 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) À luz da Lei n.º 9.784/1999. Para efeito de prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos, são consideradas idosas as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade.

5 (CESPE/TCE-PR/AUDITOR/2016) À luz da Lei n.º 9.784/1999. O recurso administrativo deve ser dirigido à autoridade que proferir a decisão recorrida; se não reconsiderar a decisão, tal autoridade terá de encaminhar o recurso à autoridade que lhe for superior.

6 (CESPE/TCU/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2015) Eventuais recursos contra decisão emanada em processo administrativo devem ser dirigidos à autoridade que a tiver proferido, que tem poder para realizar juízo de retratação e reconsiderar a decisão.

7 (CESPE/FUB/ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO/2015) Julgue o próximo item, a respeito de processo administrativo. Em um processo administrativo, a fase de instrução é o momento em que se conclui o processo e se passam as orientações finais que deverão ser consideradas pela administração pública.

8 (CESPE/FUB/ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO/2015) Julgue o próximo item, a respeito de processo administrativo. Em função do princípio da publicidade, impõe-se que a administração pública prove a inexistência dos fatos alegados pelo servidor público no processo administrativo.

9 (CESPE/FUB/ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO/2015) Julgue o próximo item, a respeito de processo administrativo. Se um supervisor, um gerente e um diretor, em graus hierarquicamente crescentes, estiverem envolvidos em um mesmo processo administrativo, desde que não exista competência legal específica, a decisão do processo se iniciará pelo supervisor.

10 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo federal. A competência para a decisão de recursos administrativos pode ser delegada ao órgão da advocacia pública, por ato administrativo motivado e publicado no meio oficial.

11 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo federal. A falta de atendimento à intimação e a consequente não apresentação de defesa, pelo administrado, configura revelia e implica o reconhecimento tácito dos fatos objeto do processo.

12 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo federal. Concluída a instrução do processo, a administração tem o prazo de trinta dias para decidir, vedada a prorrogação desse prazo.

13 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo federal. O processo administrativo somente se inicia a pedido do interessado, mediante o protocolo de requerimento escrito em que conste a exposição do pedido e seus fundamentos.

14 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo federal. A administração pública deve observar, nas situações de litígio, a garantia do direito à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de prova e à interposição de recursos.

15 (CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR/PROCURADOR MUNICIPAL/2015) Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999. No processo administrativo, os prazos começam a fluir da data da ciência oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e o do vencimento.

16 (CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR/PROCURADOR MUNICIPAL/2015) Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999 Caso o interessado desista totalmente de pedido formulado perante a administração, ficará prejudicado o andamento do processo, não sendo possível que a administração determine seu prosseguimento.

17 (CESPE/TELEBRAS/ADVOGADO/2015) A respeito da regulação dos processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item seguinte. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, sem previsão legal de prorrogação.

18 (ESAF/AFRFB/AUDITOR FISCAL/2014) Nos termos da lei, a Administração Pública Federal observará, em se tratando do processo administrativo, princípios específicos, exceto:

- a) princípio da segurança jurídica.
- b) princípio da razoabilidade.
- c) princípio da eficiência.
- d) princípio da insignificância.
- e) princípio da motivação.

19 (FGV/MRE-OFFICIAL DE CHANCELARIA/2016) Em matéria de competência administrativa, consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, o fenômeno da avocação ocorre quando a autoridade hierarquicamente:

- a) superior delega a agente administrativo de plano hierárquico inferior atribuição para praticar determinado ato;
- b) superior convalida ato administrativo praticado por agente administrativo de plano hierárquico inferior;
- c) superior atrai para sua esfera decisória a prática de ato da competência natural de agente com menor hierarquia;
- d) inferior pratica determinado ato administrativo que foge à sua esfera de atribuição, em caso de grave risco iminente;
- e) inferior solicita a seu superior hierárquico autorização para praticar ato originariamente fora de sua atribuição.

20 (FGV/MRE-OFFICIAL DE CHANCELARIA/2016) De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999):

- a) as competências administrativas podem ser delegadas somente a órgãos hierarquicamente subordinados ao órgão delegante;
- b) as competências administrativas suscetíveis de delegação incluem a edição de atos normativos e a decisão de recursos administrativos;
- c) o ato de delegação pode ser veiculado por qualquer forma idônea, dispensada, nos termos da lei, a sua publicação no meio oficial;
- d) as competências administrativas são indelegáveis, tendo em vista o princípio da indisponibilidade do interesse público;
- e) as competências administrativas de um órgão hierarquicamente inferior podem ser avocadas, em caráter excepcional e temporário, por motivo justificado.

21 (FGV/ANALISTA/TJ-RJ/2015) Em matéria de processo administrativo, aplica-se o princípio constitucional:

- a) do devido processo legal, segundo o qual ninguém será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, mas pode sê-lo de seus bens;
- b) da inércia, segundo o qual a Administração Pública precisa ser provocada pelo interessado para iniciar o processo administrativo;
- c) do contraditório, segundo o qual o administrado réu é obrigado a se defender com os meios necessários, sob pena de ser declarado indefeso com a nomeação de defensor dativo;
- d) da ampla defesa, segundo o qual ao administrado é assegurado o exercício de sua defesa com os meios e recursos a ela inerentes;
- e) da verdade real, segundo o qual o administrador possui os mesmos poderes e prerrogativas das autoridades judiciais.

22 (FGV/TÉCNICO LEGISLATIVO/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/MT/2013)

Tendo em vista os princípios que regem o processo administrativo, assinale a alternativa que contém apenas princípios aplicáveis ao processo administrativo.

- a) Oficialidade, devido processo legal e formalismo procedimental.
- b) Verdade material, oficialidade e informalismo procedimental.
- c) Verdade material, inércia e devido processo legal.
- d) Verdade formal, oficialidade e devido processo legal.
- e) Verdade formal, inércia e formalismo procedimental.

23 (FGV/AGENTE/TCE-BA/2013)

No que tange ao processo administrativo, regido pela Lei n. 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

- a) Os recursos hierárquicos interpostos serão em regra recebidos sem efeito suspensivo.
- b) O recurso tramitará por, no máximo, duas instâncias administrativas, salvo disposição legal em contrário.
- c) Em regra a interposição de recurso em âmbito administrativo deverá ser acompanhada de caução.
- d) O recurso hierárquico será dirigido diretamente a autoridade superior à que proferiu a decisão.
- e) O não conhecimento do recurso hierárquico impede que a administração venha a rever o ato de ofício.

24 (FGV/ANALISTA JUDICIÁRIO/TJ-AM/2013) Leia o fragmento a seguir. "Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, _____". A esse respeito, analise as afirmativas que podem completar o fragmento acima.

- I. quando decidirem processos administrativos de concurso ou seleção pública.
- II. quando deixarem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discreparem de pareceres, laudos e propostas.
- III. quando importarem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa II estiver correta.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

e)se todas as afirmativas estiverem corretas.

25 (FGV/ANALISTA/MPE-MS/2013) A Lei n. 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. Órgão - unidade de atuação que integra as estruturas da administração direta e indireta.

II. Entidade - unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

III. Autoridade - o agente público qualificado para o exercício da função administrativa.

Assinale:

a)se somente a afirmativa I estiver correta.

b)se somente a afirmativa II estiver correta.

c)se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

d)se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

e)se todas as afirmativas estiverem corretas.

26 (FCC/TRT – 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Manoel e Manoela, além de irmãos, são partes interessadas no mesmo processo administrativo em curso perante a Administração Pública Federal. No curso do feito, Manoel desistiu do pedido. Em razão disso, a Administração estendeu a desistência a ambas as partes e extinguiu o processo. Em outro processo administrativo, a parte interessada, Ricardo, também desistiu do seu pedido, o que foi negado pela Administração por considerar que o interesse público justificava a continuidade do feito. Nos termos da Lei no 9.784/1999, a conduta da Administração Pública Federal está

(A) incorreta apenas no segundo caso, pois a desistência do pedido diz respeito a direito disponível da parte e deve ser prontamente acolhida pela Administração.

(B) correta em ambos os casos.

(C) incorreta em ambos os casos, pois não é cabível desistência em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

(D) incorreta apenas no primeiro caso, pois a desistência atinge somente quem a formulou.

(E) incorreta no primeiro caso, vez que a lei veda duas partes no mesmo processo administrativo e também incorreta no segundo processo, pois não é possível contrariar o interesse da parte, haja vista tratar-se de direito disponível.

27 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O processo administrativo é informado por princípios e, no âmbito federal, regido pela Lei no 9.784/1999. Caracteriza o processo administrativo

- (A) a inércia, tendo em vista que é necessário que uma das partes, ou mesmo um interessado, provoque o andamento do processo, não podendo ser impulsionado de ofício.
- (B) a imprescritibilidade e possibilidade de revisão das decisões por meio de reconsideração, independentemente de prazo, como garantia do direito dos administrados.
- (C) o diferimento do contraditório e da ampla defesa, que pode ser exercido após o proferimento da decisão final, caso seja desfavorável ao administrado.
- (D) a pluralidade de instâncias, com a possibilidade de apresentação de mais de um recurso administrativo, salvo se a primeira decisão já foi proferida pela autoridade máxima da Administração pública.
- (E) a impossibilidade de aproveitamento de atos praticados no caso de identificação de vícios, em razão da informalidade que rege o processo, impedindo que dois processos administrativos tramitem da mesma forma.

28 (FCC/TRT – 23ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) Considere três critérios que devem ser observados nos processos administrativos de âmbito federal: I. Vedação à renúncia total ou parcial de poderes e competências. II. Proibição de cobrança de despesas processuais. III. Divulgação oficial dos atos administrativos. Nos termos da Lei no 9.784/1999, admite EXCEÇÃO o que consta em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

29 (FCC/TRT-9ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No âmbito federal sobreveio a Lei no 9.784/1999, que foi muito bem recebida, porquanto tem por objetivo a proteção dos direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins da administração. Para o alcance de referidos objetivos, o diploma legal elenca diversos princípios informadores da atuação da Administração, dentre eles o princípio da

- (A) legalidade estrita, que significa a vinculação do agir administrativo à lei formal, que se sobrepõe, em razão do princípio da supremacia do interesse público ao privado, aos princípios gerais do direito e aos informadores do próprio direito administrativo.

(B) publicidade, que, no entanto, é menos amplo que o que informa o processo judicial, em razão de a Administração estar autorizada, pela lei, a sacrificar direitos na busca do interesse público.

(C) oficialidade, que garante ao administrado, com exclusividade, o direito de instaurar o processo administrativo e, sob outro enfoque, à Administração de impulsioná-lo de ofício.

(D) razoabilidade e proporcionalidade, que impõe à Administração um dever de adequação entre meios e fins, vedando a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior à estritamente necessária à cura do interesse público.

(E) eficiência, que em casos específicos autoriza a Administração a agir de forma contrária ao princípio da legalidade, se, dessa forma, for atingido o desempenho ótimo e os melhores resultados.

Capítulo 16

1 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Não cabe mandado de segurança contra ato de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de concessionária de serviço público.

2 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A CF não prevê expressamente que o Poder Legislativo possa fiscalizar e controlar diretamente os atos da administração indireta.

3 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

4 (CESPE/TRE-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) O Poder Judiciário, em sede de controle judicial, poderá revogar o referido decreto por motivos de oportunidade e conveniência.

5 (CESPE/MPU/ANALISTA/2015) Com relação ao controle da administração e ao poder de polícia administrativa, julgue o item seguinte. Compete ao Poder Judiciário, como mecanismo de controle judicial, sustar, de ofício, os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

6 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O controle administrativo é exercido apenas por iniciativa da própria administração, para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas.

7 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O recurso hierárquico impróprio consiste naquele dirigido a autoridade pertencente a órgão estranho àquele de onde se originou o ato impugnado.

8 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do TCU, ao qual compete, entre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

9 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A possibilidade de criação de comissões parlamentares de inquérito constitui exemplo de controle legislativo da administração pública, permitindo que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, de forma autônoma ou em conjunto, investiguem condutas e apliquem penalidades aos responsáveis por atos ilegais.

10 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O recurso administrativo pode ser considerado um mecanismo de controle interno, por possibilitar à própria administração a revisão de seus atos, com o objetivo de atender ao interesse público e garantir a observância do princípio da legalidade.

11 (CESPE/TRE-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) O controle externo pode ser conceituado como aquele realizado por autoridade administrativa superior, em grau de recurso hierárquico ou de revisão de ofício do ato administrativo.

12 (CESPE/DPE-RN/DEFENSOR PÚBLICO/2015) É exemplo de meio de controle interno da administração pública: a fiscalização realizada por órgão de controladoria da União sobre a execução de determinado programa de governo no âmbito da administração pública federal.

13 (CESPE/INSTITUTO RIO BRANCO/DIPLOMATA/2015) O controle jurisdicional dos atos administrativos está limitado aos aspectos da competência, do motivo e do objeto; assim, não se pode considerar como legítimo o controle da discricionariedade administrativa, mesmo que se dê à luz de princípios como moralidade, eficiência e razoabilidade.

14 (ESAF/ANAC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2016) A respeito do controle da administração, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() A essência da teoria da separação dos poderes se sustenta na ideia de que nenhum poder do Estado deve assumir atribuições que não possam ser, de algum modo, controladas por outro poder.

() Por controle se deve entender a possibilidade de verificação e correção de atos ou de atividades.

() O controle hierárquico é exemplo de controle interno e, nesse sentido, o superior hierárquico está autorizado a exercer controle de mérito sobre os atos e as atividades desenvolvidas pelos subordinados.

() Todos os atos praticados pela administração pública estão sujeitos ao controle de legalidade, à exceção daqueles praticados no exercício da discricionariedade técnica ou em razão da aplicação dos conceitos jurídicos indeterminados.

a) V, V, V, F

b) V, F, V, F

c) F, V, F, V

d) V, F, F, V

e) F, V, V, V

15 (ESAF/MF/ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2015) As opções a seguir correspondem a meios de controle dos atos administrativos previstos na Constituição Federal, exceto:

a) Ação Popular, que objetiva a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao Patrimônio Público, à moralidade Administrativa, ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Histórico e Cultural.

b) Ação de Improbidade Administrativa, que visa proteger o patrimônio público, o meio ambiente e outros direitos difusos e coletivos; é ajuizada pelo Ministério Público.

c) Habeas Corpus, que visa proteger o direito de locomoção sempre que alguém ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

d) Habeas Data, que visa proteger o direito a informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

e) Mandado de Injunção, utilizado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

16 (ESAF/PGFN/PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL/2015) O Prefeito do Município X decidiu construir, defronte à sede da Prefeitura, um monumento em homenagem a seu avô, fundador da universidade local. A obra teria 20 metros e seria esculpida em mármore e aço. A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais ajuizou ação civil pública para impedir a construção do monumento, sob a alegação de que os recursos envolvidos na aludida homenagem seriam suficientes para a reforma e adaptação de acessibilidade das escolas municipais, de forma a proporcionar o pleno acesso de pessoas com deficiência. Os procuradores do município argumentaram que a construção do monumento visa a preservar a memória da cidade, bem como que a alocação de recursos seria ato discricionário do Prefeito. Diante do relatado e com base na jurisprudência atual sobre o controle jurisdicional da administração pública, assinale a opção correta.

a) O ato do Prefeito, embora discricionário, é passível de controle pelo Poder Judiciário, a fim de que este avalie a conformidade desse ato com os mandamentos constitucionais.

b) O Poder Judiciário, se entender pela violação a princípio da administração pública, poderá revogar o ato administrativo expedido pelo Prefeito.

c) O ato discricionário não é sindicável pelo Poder Judiciário.

d) Neste caso, o Poder Judiciário poderá decidir pela alteração do projeto e do material a ser utilizado no monumento, de forma a diminuir os custos da obra.

e) A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública.

17 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) A Coluna I enuncia dois tipos de controle administrativo, conforme a presença ou não do quesito hierarquia. A Coluna II traz hipóteses concretas na qual há o exercício do controle. Correlacione as Colunas I e II conforme a presença ou não da hierarquia no exercício do

controle nas hipóteses elencadas na Coluna II. Ao final, assinale a opção que expresse a sequência correta para a Coluna I.

| COLUNA I | COLUNA II |
|--|---|
| (1) Controle Administrativo Hierárquico | <p>() Controle exercido entre os órgãos da administração direta que sejam escalonados verticalmente em cada poder</p> <p>() Entre órgãos que embora integrem uma só pessoa jurídica, não estão na mesma linha de escalonamento vertical.</p> <p>() Entre órgãos de cada entidade da administração indireta que sejam escalonados verticalmente, no âmbito interno da própria entidade.</p> |
| (2) Controle Administrativo Não Hierárquico. | <p>() Entre a administração direta e a administração indireta (tutela ou controle finalístico)</p> |

- a) 1, 1, 2, 2
- b) 1, 2, 1, 2
- c) 2, 2, 2, 1
- d) 1, 2, 2, 1
- e) 2, 1, 2, 1

18 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) A respeito do controle realizado pelo Tribunal de Contas da União, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- () Os tribunais de contas, no desempenho de suas atribuições, podem realizar o controle de constitucionalidade das leis.
- () O Tribunal de Contas da União dispõe de competência para determinar a quebra do sigilo bancário das pessoas submetidas a seu controle.

() No caso de contrato administrativo, cabe ao próprio Tribunal de Contas da União sustar a sua execução, dando ciência dessa providência à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

- a) F, V, V
- b) V, F, F
- c) V, V, V
- d) F, F, V
- e) V, F, V

19 (ESAF/MINISTÉRIO DO TURISMO/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2014) Referente ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O Senado Federal não tem o poder de convocar Ministro de Estado para prestar pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado.
- b) Não é possível supervisão ministerial de empresas estatais.
- c) O Congresso Nacional não possui a função de julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.
- d) O Poder Judiciário não tem sistema de controle interno.
- e) Ação popular não pode ser proposta por pessoa jurídica.

20 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-JURÍDICO/2015) Controle é o conjunto de meios pelos quais pode ser exercida função de natureza fiscalizatória sobre determinado órgão ou pessoa administrativa. Nesse contexto, é correto afirmar que a entidade integrante da Administração Indireta:

- (A) não é submetida ao chamado controle político, eis que seus dirigentes são escolhidos internamente por critérios técnicos, sem qualquer intervenção da autoridade competente da Administração Direta da pessoa política a que é vinculada;
- (B) está sujeita ao controle financeiro, pelo qual são fiscalizados seus setores financeiro e contábil, tão somente em seu âmbito interno, diante da autonomia da entidade, que não está sujeita ao controle externo pelo Tribunal de Contas, uma vez que não pertence à Administração Direta;
- (C) é submetida a controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada, normalmente por meio do Ministério ou da Secretaria que fica encarregado de fiscalizar o grupo de pessoas da administração indireta que executem atividades correlatas à sua competência;

(D) está sujeita ao controle judicial, necessariamente após o esgotamento das tentativas administrativas de resolução consensual da lide por meio do controle interno da própria entidade e do controle externo da Administração Direta do ente federativo a que estiver vinculada;

(E) é submetida a controle externo pelo Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas não está sujeita a qualquer controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada, diante de sua autonomia administrativa, financeira e contábil.

21 (FGV/TCE-SP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO/2015) A respeito da atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s). () A fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista está limitada aos bens ou valores públicos por elas administrados. () O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo de qualquer ente federativo. () Na medida em que o Tribunal de Contas está inserido na estrutura do Poder Legislativo, suas decisões condenatórias estão suscetíveis à revisão dessa estrutura de poder nas hipóteses previstas em lei. A sequência correta é:

- (A) V – F – F;
- (B) F – V – V;
- (C) F – F – F;
- (D) V – V – V;
- (E) V – F – V.

22 (FGV/TCE-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO/2015) À luz do princípio da separação de Poderes insculpido na Constituição de 1988, considerada a concepção contemporânea de Estado policrático, o Tribunal de Contas:

- (A) é órgão auxiliar do Poder Legislativo, a ele tecnicamente subordinado;
- (B) é órgão auxiliar dos Poderes Executivo e Legislativo;
- (C) é órgão funcionalmente vinculado ao Poder Legislativo, mas dotado de autonomia;
- (D) é órgão jurisdicional com competência preparatória do controle judicial das contas públicas;
- (E) não ostenta “poderes” no sentido constitucional do termo.

23 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/DIREITO/2015) De acordo com a sistemática constitucional afeta à fiscalização contábil orçamentária e financeira do Município, é correto afirmar que o controle externo

(A) é exercido pelos Tribunais de Contas Municipais, isso nos Municípios que, após a promulgação da Constituição de 1988, tenham decidido instituir essas estruturas orgânicas.

(B) denota a possibilidade de serem anulados os atos ilegais e revistos aqueles que não se mostrem convenientes e oportunos.

(C) é exercido pela Câmara Municipal, que apreciará o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito, somente podendo rejeitá-lo pelo voto de dois terços dos seus membros.

(D) é exercido pela Câmara Municipal, que apreciará o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo pela maioria dos seus membros.

(E) é exercido pelo Tribunal de Contas competente, que julgará as contas anuais de governo do Prefeito Municipal, podendo acolhê-las ou rejeitá-las, bem como aplicar as sanções cabíveis.

24 (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-BA/AUDITOR/2014) Analise as afirmativas a seguir concernentes ao controle sobre a administração pública.

I. O Tribunal de Contas exerce controle sobre as contas do Poder Executivo; tal fato não implica violação à separação de Poderes.

II. Cabe ao Poder Legislativo a palavra final sobre as contas do Chefe do Executivo e não ao Tribunal de Contas.

III. O Tribunal de Contas auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle externo dos órgãos da Administração Pública.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente a afirmativa I estiver correta.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas

25 (FGV/ANALISTA JUDICIÁRIO/TJ-PI/2015) Em matéria de controle da Administração Pública, o controle externo dos atos praticados pelo Poder Executivo por parte do Poder Judiciário:

- a) se restringe à análise da legalidade dos atos, eis que ao Poder Judiciário, em regra, é vedada a análise do mérito dos atos administrativos;
- b) abrange o controle de legalidade e de mérito dos atos administrativos, podendo o Judiciário, em regra, respectivamente, anular os ilegais e revogar os inoportunos ou inconvenientes;
- c) abrange o controle de legalidade e de mérito dos atos administrativos, podendo o Judiciário, respectivamente, anular os inoportunos ou inconvenientes e revogar os ilegais;
- d) se restringe à análise do mérito dos atos, eis que ao Poder Judiciário, em regra, é vedada a análise da legalidade formal dos atos administrativos;
- e) é o mais amplo possível, cabendo ao Judiciário, em última instância, analisar o acerto da discricionariedade administrativa e da legalidade formal dos atos, em respeito ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

26 (FGV/TÉCNICO/PGE-RO/2015) Em tema de controle da Administração Pública, é correto afirmar que o Poder Executivo Estadual de Rondônia:

- a) não se submete a controle externo pelos Poderes Judiciário ou Legislativo, em razão do princípio da separação dos poderes;
- b) não se submete a controle externo pelo Poder Legislativo, mas está sujeito a controle pelo Judiciário, em razão da inafastabilidade da jurisdição;
- c) se submete a controle externo pelo Poder Legislativo, que o faz com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;
- d) se submete a controle externo pelo Poder Legislativo, que o faz com o auxílio da Procuradoria-Geral do Estado;
- e) se submete a controle externo pelo Poder Judiciário, que o faz com o auxílio da Procuradoria-Geral do Estado.

27 (FGV/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/TCM-SP/2015) Controle é o conjunto de meios pelos quais pode ser exercida função de natureza fiscalizatória sobre determinado órgão ou pessoa administrativa. Nesse contexto, é correto afirmar que a entidade integrante da Administração Indireta:

- a) não é submetida ao chamado controle político, eis que seus dirigentes são escolhidos internamente por critérios técnicos, sem qualquer intervenção da autoridade competente da Administração Direta da pessoa política a que é vinculada;
- b) está sujeita ao controle financeiro, pelo qual são fiscalizados seus setores financeiro e contábil, tão somente em seu âmbito interno, diante da autonomia da entidade, que não está sujeita ao controle externo pelo Tribunal de Contas, uma vez que não pertence à Administração Direta;
- c) é submetida a controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada, normalmente por meio do Ministério ou da Secretaria que fica encarregado de fiscalizar o

grupo de pessoas da administração indireta que executem atividades correlatas à sua competência;

d) está sujeita ao controle judicial, necessariamente após o esgotamento das tentativas administrativas de resolução consensual da lide por meio do controle interno da própria entidade e do controle externo da Administração Direta do ente federativo a que estiver vinculada;

e) é submetida a controle externo pelo Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas não está sujeita a qualquer controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada, diante de sua autonomia administrativa, financeira e contábil.

28 (FGV/TÉCNICO JUDICIÁRIO/TJ-SC/2015) O controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Nesse contexto, é correto afirmar que o controle:

a) legislativo é aquele executado pelo Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública, como, por exemplo, quando o Tribunal de Contas, órgão de controle financeiro que integra o Legislativo, realiza o controle externo dos Poderes Executivo e Judiciário;

b) judicial é levado a efeito pelo Poder Judiciário, ao qual cabe, em regra, decidir sobre a legalidade e o mérito dos atos da Administração em geral, podendo invalidar e revogar, respectivamente, os atos ilegais e inoportunos;

c) administrativo é o que se origina da própria Administração Pública, como, por exemplo, quando o Chefe do Executivo, pelo atributo da autotutela, promove a revisão (seja para invalidação, seja para alteração) de um ato oriundo do Poder Legislativo;

d) externo é exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário sobre os Poderes Legislativo e Executivo, que estão sujeitos às decisões judiciais pelos princípios da inafastabilidade e supremacia da jurisdição, sendo que tais poderes não exercem qualquer controle sobre o Judiciário;

e) interno é exercido com exclusividade pelo Poder Executivo, por meio do Tribunal de Contas que promove a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos do próprio Executivo.

29 (FGV/TÉCNICO JUDICIÁRIO/TJ-SC/2015)

As atividades desempenhadas pelo Tribunal de Contas, na qualidade de auxiliar do controle externo a cargo do Poder Legislativo, estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Sustar a eficácia de contratos administrativos celebrados pelo Poder Executivo, em face de ilegalidades neles constatadas, se não atendidas as suas recomendações no prazo de sessenta dias.
- b) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- c) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, da administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- d) Apreciar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- e) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público.

30 (FGV/TJ-AM/ANALISTA JUDICIÁRIO/2013) De acordo com o Controle Judicial da Administração Pública, o prazo para impetrar o mandado de segurança é de

- a) 120 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- b) 90 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- c) 120 dias, contados após o julgamento do recurso.
- d) 60 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- e) 60 dias, contados após o julgamento do recurso.

31 (FCC/TRT-23ª REGIÃO/JUIZ SUBSTITUTO/2015) A respeito do poder de autotutela da Administração pública, o Supremo Tribunal Federal já pacificou, por meio da Súmula 473 que “a Administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, o que, no que se refere ao Poder Executivo e Tribunais de Contas,

(A) enseja a anulação dos atos concessórios de aposentadoria, independentemente da data da edição e da boa-fé do administrado beneficiado, sendo vedado o ressarcimento dos proventos recebidos.

(B) significa que a revisão dos atos de concessão de aposentadoria somente pode se dar após o registro nos Tribunais de Contas, quando se aperfeiçoa o ato administrativo complexo, pois antes disso não se pode considerar deferida a aposentadoria.

(C) significa a necessidade de submissão dos atos de concessão de aposentadoria ao Tribunal de Contas, mas a revisão dos referidos atos não envolve a participação daquela Corte de Contas, independentemente do prazo decorrido desde a emissão.

(D) pode significar revisão dos atos de concessão de aposentadoria pela própria Administração pública quando tiver decorrido menos de cinco anos desde a edição daqueles e o Tribunal de Contas ainda não tiver procedido ao registro dos mesmos.

(E) acarreta a transferência da competência da declaração de nulidade para o pleno do Tribunal de Contas, que cancelará o registro do ato e anulará a concessão da aposentadoria.

32 (FCC/TRT-23ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) No que concerne ao controle externo praticado sobre os atos da Administração pública, especificamente quanto ao controle financeiro, considere:

I. Competência do Tribunal de Contas para processar disciplinarmente os responsáveis pela indevida aplicação e utilização de recursos públicos, aplicando as sanções disciplinares previstas no estatuto dos servidores do ente ao qual aqueles estejam vinculados.

II. O julgamento feito pelo Tribunal de Contas das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

III. O deferimento, pelo Tribunal de Contas, das aposentadorias, reformas e pensões, da Administração direta e indireta, a fim de garantir a observância do limite de despesa de pessoal.

IV. A sustação do contrato administrativo, em razão do descumprimento da lei, adotada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis.

Está correto o que consta APENAS em

(A) IV

(B) I e II

(C) I, III e IV

(D) II e IV

(E) II e III

33 (FCC/TCM-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO/2015) É cediço que o controle jurisdicional dos atos administrativos diz respeito à legalidade, não cabendo ao Poder Judiciário imiscuir-se nos critérios de conveniência e oportunidade que balizam a edição do ato e que constituem o mérito do mesmo. Vale dizer, o Poder Judiciário deve respeitar os limites legais da discricionariedade administrativa, o que, com base naquela permissão, é correto afirmar:

(A) Apenas os atos vinculados são passíveis de revisão pelo Poder Judiciário, que, com base na Teoria dos Motivos Determinantes, avalia a presença dos requisitos de validade do ato.

(B) O Poder Judiciário pode revogar ato discricionário, quando a autoridade usa o poder discricionário para atingir fim diverso daquele determinado em lei, ou seja, quando identificado desvio de poder.

(C) No âmbito de abrangência do controle externo exercido pelo Poder Judiciário insere-se a verificação dos pressupostos de fato indicados nos motivos que levaram à prática do ato discricionário.

(D) Quando a discricionariedade administrativa estiver pautada em aspectos técnicos, a escolha praticada com base na valoração desses aspectos passa a se caracterizar como vinculada, permitindo ao Poder Judiciário a ampla avaliação dos critérios de conveniência e oportunidade adotados pela Administração.

(E) Quando aspectos de legalidade do ato administrativo são questionados judicialmente, a Administração fica impedida de revogar os referidos atos por critérios de conveniência e oportunidade.

34 (FCC/SEFAZ-PE/JULGADOR ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO/2015) Suponha que determinados dirigentes de uma autarquia estadual tenham praticado atos de gestão em desacordo com as finalidades institucionais da entidade, atendendo a solicitações de natureza política. Com a substituição desses dirigentes, bem assim dos agentes políticos do Estado, pretendeu-se rever tais atos, os quais já haviam sido, inclusive, objeto de apontamentos pelos órgãos de controle interno e externo, bem como questionados judicialmente em sede de Ação Popular. Considerando os mecanismos de controle aos quais se submete a Administração pública,

(A) apenas se presente ilegalidade caberá a revisão dos atos em sede administrativa, o que não afasta também o controle judicial.

(B) descabe a revisão dos atos no âmbito da autarquia, incidindo, contudo, o controle hierárquico a ser exercido pelo ente instituidor, bem assim o controle judicial nos aspectos de legalidade.

(C) descabe o controle judicial acerca dos critérios de conveniência e oportunidade para a edição dos atos de gestão, que somente podem ser anulados, por tais motivos, pela própria Administração.

(D) é cabível a revisão ou anulação dos atos pela própria Administração, inclusive pela Secretaria Tutelar da autarquia, com base no poder de tutela, bem como o controle da legalidade desses atos no âmbito judicial.

(E) o controle da legalidade e do mérito dos referidos atos de gestão cabe à própria entidade e, apenas em caráter subsidiário, à Secretaria Tutelar e ao Poder Judiciário.

35 (FCC/TCM-GO/AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO/2015) Quanto ao sistema de controle incidente sobre a atuação administrativa, a Administração pública está sujeita à

(A) controle interno e à controle externo de seus atos, este último, via de regra, efetivado pelos Poderes Legislativo e Judiciário e alicerçado nos mecanismos de controles recíprocos entre os Poderes.

(B) controle externo de seus atos, que, via de regra, é alicerçado nos princípios hierárquico e disciplinar.

(C) controle interno e à controle externo de seus atos, o primeiro exercido pelo Poder Judiciário, mediante provocação, e o segundo pelo Legislativo de ofício, por intermédio do Tribunal de Contas.

(D) autotutela administrativa que é levada a efeito pela própria administração, e, também, pelos Tribunais de Contas.

(E) controle interno e à controle externo de seus atos, o primeiro exercido pelo Poder Legislativo, por intermédio do Tribunal de Contas e o segundo pelo Poder Judiciário.

Capítulo 17

1 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As águas públicas de uso comum incluem os mares territoriais, as correntes, os canais, os lagos e as lagoas navegáveis ou fluviáveis e as fontes e reservatórios públicos.

2 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Consideram-se bens móveis da União as ferrovias, as instalações portuárias, os telégrafos, os telefones, as fábricas, as oficinas e as fazendas nacionais.

3 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Nos termos da legislação, quanto à destinação, os bens públicos classificam-se em bens de uso comum, de uso especial, de uso privativo e bens dominicais.

4 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ/2016) Os bens privados do Estado, que não se submetem ao regime jurídico de direito público, são aqueles adquiridos de particulares por meio de contrato de direito privado.

5 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ/2016) Bens dominicais são aqueles que podem ser utilizados por todos os indivíduos nas mesmas condições, por determinação de lei ou pela própria natureza do bem.

6 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ/2016) Os bens de uso especial do Estado são as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou não, que a administração utiliza para a realização de suas atividades e finalidades.

7 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ/2016) Os bens de uso comum não integram o patrimônio do Estado, constituindo coisas que não pertencem ao ente público ou a qualquer particular, não sendo passíveis, portanto, de aquisição por pessoa física ou jurídica.

8 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ/2016) Os bens dominicais são aqueles pertencentes ao Estado e afetados a uma finalidade específica da administração pública.

9 (CESPE/AGU/ADVOGADO DA UNIÃO/2015) Situação hipotética: A União decidiu construir um novo prédio para a Procuradoria-Regional da União da 2.^a Região para receber os novos advogados da União. No entanto, foi constatado que a única área disponível, no centro do Rio de Janeiro, para a realização da referida obra estava ocupada por uma praça pública. Assertiva: Nessa situação, não há possibilidade de desafetação da área disponível por se tratar de um bem de uso comum do povo, razão por que a administração deverá procurar por um bem dominical.

10 (CESPE/DPU/DEFENSOR PÚBLICO/2015) São bens públicos de uso comum do povo aqueles especialmente afetados aos serviços públicos, como, por exemplo, aeroportos, escolas e hospitais públicos.

11 (CESPE/DPE-PE/DEFENSOR PÚBLICO/2015) É juridicamente impossível a prescrição aquisitiva de imóvel público rural por meio de usucapião constitucional *pro labore*.

12 (ESAF/ANAC/ESPECIALISTA EM AVIAÇÃO CIVIL/2016) Acerca dos bens públicos, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, selecionar a opção que contenha a sequência correta.

- () Somente são bens públicos os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público.
- () Os bens das pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública não são bens públicos, embora possam estar sujeitos a regras próprias do regime jurídico dos bens públicos quando estiverem sendo utilizados na prestação de um serviço público.
- () A inalienabilidade dos bens públicos não é absoluta.
- () Embora os bens públicos sejam impenhoráveis, é possível, em hipóteses constitucionalmente previstas, ocorrer o sequestro de valores necessários à satisfação de dívidas constantes de precatórios judiciais.

- a) V, V, V, F
- b) V, V, V, V
- c) F, F, V, V
- d) V, V, F, F
- e) V, V, F, V

13 (FCC/TCE-CE/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2015) Asdrúbal havia recebido permissão de uso de bem público para a instalação de banca de jornal em praça aprazível do Bairro das Flores. Após 20 anos no mesmo local, o Município entendeu que a banca de Asdrúbal atrapalhava o trânsito, tendo em vista o crescimento do comércio no bairro. Para retirar a banca de Asdrúbal, o Município deve

- (A) revogar a permissão de uso de bem público, concedendo a Asdrúbal direito à indenização.
- (B) anular a permissão de uso de bem público, não tendo Asdrúbal direito à indenização.
- (C) revogar a permissão de uso de bem público, não tendo Asdrúbal direito à indenização.
- (D) anular a permissão de uso de bem público, concedendo a Asdrúbal direito à indenização.

(E) proceder à cassação da permissão de uso de bem público, realizando uma apuração de haveres para certificar-se de que Asdrúbal terá direito à indenização.

14 (FCC/TRT-15ª REGIÃO/JUIZ SUBSTITUTO/2015) O regime jurídico de direito público que protege os bens públicos imóveis identifica-se, dentre outras características, pela imprescritibilidade, que

(A) garante os bens de uso comum e os bens de uso especial, mas é excepcionado dos bens dominicais, pois estes são considerados os bens privados da Administração pública e, portanto, não podem se eximir de se submeter ao regime jurídico comum, como expressão do princípio da isonomia.

(B) impede que os particulares adquiram a propriedade dos bens públicos por usucapião, independentemente do tempo de permanência no imóvel e da boa-fé da ocupação, mas não se aplica a eventuais ocupantes que possuam natureza jurídica de direito público, pelo princípio da reciprocidade.

(C) impede a aquisição de bens públicos, independentemente de sua classificação, por usucapião, o que se aplica a particulares e pessoas jurídicas de direito público e privado, mas também se presta à proteção do patrimônio em face de qualquer instituto que venha a representar a subtração dos poderes inerentes à propriedade pública.

(D) determina que o poder público pode promover ações para ressarcimento de danos e responsabilização dos envolvidos indefinidamente, com base no ordenamento jurídico vigente, no caso de ocupações multifamiliares irregulares, que gerem ou tenham gerado efeito favelizador da área.

(E) aplica-se reciprocamente à Administração pública e aos administrados, na medida em que aquela também não pode regularizar suas ocupações por meio de usucapião de bens imóveis pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

15 (FCC/TRT-23ª REGIÃO/JUIZ SUBSTITUTO/2015) O regime jurídico de direito público abrange a impenhorabilidade e a imprescritibilidade dos bens públicos, o que, em relação à Administração Direta e à Indireta, significa que

(A) a impenhorabilidade dos bens públicos não afasta a possibilidade de constrição de recursos públicos em moeda corrente para créditos de natureza alimentar, excepcionando o regime de execução por meio de precatórios.

(B) a imprescritibilidade incide sobre os bens públicos, para impedir a aquisição por usucapião, mas não se confunde com a imprescritibilidade do direito da Fazenda Pública propor ações de ressarcimento do erário por atos de improbidade administrativa.

(C) em razão das funções administrativas sempre visarem ao bem comum, as ações judiciais de particulares contra a Fazenda Pública são imprescritíveis.

(D) a impenhorabilidade dos bens públicos abrange o patrimônio das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, excluído o das fundações, porque estão sujeitas a regime jurídico de direito privado.

(E) o direito da Fazenda Pública propor ações judiciais em face de pessoas jurídicas de direito público ou privado, bem como de pessoas físicas, é imprescritível, em observância ao princípio da indisponibilidade dos bens públicos.

16 (FCC/TCE-AM/AUDITOR/2015) Maria Sylvia Zanella di Pietro, na obra *Uso Privativo de Bem Público por Particular*, assevera que “os bens públicos devem ser disponibilizados de tal forma que permitam proporcionar o máximo de benefícios à coletividade, podendo desdobrar-se em tantas modalidades de uso quantas foram compatíveis com a destinação e conservação do bem”. Esse entendimento dirige-se

(A) aos bens públicos da categoria de uso especial e aos dominicais, posto que os bens de uso comum do povo já tem destinação intrínseca à sua natureza, não admitindo diversificações, sob pena de ilegalidade.

(B) a todos os bens públicos, importando a compatibilidade dos usos possíveis com a vocação e utilização precípua de cada um dos bens, admitindo-se diversas modalidades de instrumentos jurídicos relacionados ao mesmo substrato material.

(C) aos bens de uso especial, posto que é essa categoria de bens que serve à coletividade, abrigando serviços ou utilidades públicas, diversamente dos bens dominicais, que se prestam ao atendimento de finalidades de interesses privados e dos bens de uso comum do povo, que são de uso difuso e irrestrito a todos.

(D) aos bens dominicais, que são os bens públicos sem destinação e, portanto, sujeitos ao regime jurídico de direito privado, admitindo usos distintos daqueles precipuamente destinados ao atendimento do interesse público.

(E) aos bens públicos afetados formal ou informalmente a uma atividade de interesse público, não se admitindo a compatibilização com usos voltados a interesses de natureza privada, em razão da diversidade de regimes jurídicos.

17 (FCC/MPE-PB/ANALISTA MINISTERIAL/2015) O Ministério Público do Estado da Paraíba ajuizou ação civil pública contra a Prefeitura de Campina Grande, haja vista a desafetação irregular de bem público. A propósito do tema, considere as seguintes assertivas:

I. Na desafetação, o bem é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado.

II. Os bens dominicais são alienáveis, porém a alienabilidade não é absoluta, já que podem perdê-la pelo instituto da afetação.

III. Os bens de uso comum do povo não comportam desafetação, pois, por sua própria natureza, são insuscetíveis de valoração patrimonial. Está correto o que se afirma em (A) II e III, apenas.

(B) I, apenas.

(C) II, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, II e III.

18 (FCC/TJ-SC/JUIZ SUBSTITUTO/2015) Pela perspectiva tão somente das definições constantes do direito positivo brasileiro, consideram-se “bens públicos” os pertencentes a

(A) um estado, mas não os pertencentes a um território.

(B) um município, mas não os pertencentes a uma autarquia.

(C) uma sociedade de economia mista, mas não os pertencentes ao distrito federal.

(D) uma fundação pública, mas não os pertencentes a uma autarquia.

(E) uma associação pública, mas não os pertencentes a uma empresa pública.

Capítulo 18

1 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A servidão administrativa, de natureza de direito real e de definitividade, incide sobre bem imóvel e dela decorre o direito à indenização prévia e incondicionada ao proprietário do bem.

2 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Sendo permanente, a servidão administrativa jamais será extinta, ainda que a propriedade seja incorporada ao patrimônio da pessoa em favor da qual foi instituída.

3 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A servidão administrativa, direito real público que autoriza o poder público a usar a propriedade imóvel para a execução de obras e serviços de interesse coletivo, pode incidir tanto sobre bem privado quanto público.

4 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Sendo o decreto expedido para constituir a servidão administrativa revestido de publicidade, é desnecessária a inscrição no registro de imóveis para a produção de efeitos *erga omnes*.

5 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) Ainda que não haja dano efetivo ou prejuízos causados ao imóvel serviente, será devida a indenização, uma vez que a limitação do direito decorrente da servidão, por si, gera dano abstrato.

6 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A ocupação temporária é direito real, uma vez que só incide sobre a propriedade imóvel.

7 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A limitação administrativa enseja ao pagamento de indenização em favor dos proprietários.

8 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) As modalidades de intervenção supressiva incluem a desapropriação e a ocupação temporária.

9 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) A requisição é modalidade de intervenção em que o Estado utiliza propriedade particular no caso de perigo público iminente.

10 (CESPE/TJ-AM/JUIZ SUBSTITUTO/2016) É exemplo de servidão administrativa a utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas em construção ou em reforma, para, por exemplo, a alocação transitória de máquinas de asfalto.

11 (CESPE/TRE-PI/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) A requisição administrativa é definitiva, e deve ser precedida de indenização paga em dinheiro.

12 (CESPE/TRE-PI/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) A requisição administrativa é direito pessoal da administração pública, incidindo sobre bens móveis, imóveis e serviços.

13 (CESPE/TRE-PI/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) A indenização é devida somente no caso de requisição administrativa de bens imóveis, condicionada à existência de prejuízo ou dano.

14 (CESPE/TRE-PI/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) Da requisição administrativa, cujo pressuposto é unicamente o interesse público, resulta indenização, sempre ulterior.

15 (CESPE/TRE-PI/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2016) Para a ocorrência da requisição administrativa, um direito real da administração pública, basta o interesse público.

16 (CESPE/TJ-DFT/JUIZ SUBSTITUTO/2016) O tombamento é a modalidade de intervenção na propriedade privada sujeita o bem, cuja conservação seja de interesse público, por sua importância histórica, artística, arqueológica, bibliográfica ou etnológica, a restrições parciais, mediante procedimento administrativo.

17 (CESPE/AGU/ADVOGADO DA UNIÃO/2015) De acordo com o STJ, ao contrário do que ocorre nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária, é vedada a imissão provisória na posse de terreno pelo poder público em casos de desapropriação para utilidade pública.

18 (CESPE/TJ-DFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) No caso de desapropriação por interesse social, se a área medida for maior que a escriturada no Registro de Imóveis pelo proprietário, a indenização devida, conforme o entendimento do STJ, corresponde apenas à área registrada, já que a ausência de registro ou averbação da área real decorreu de sua omissão voluntária.

19 (CESPE/TJ-DFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A União poderá desapropriar, por utilidade pública, bem do Distrito Federal, desde que o faça mediante decreto e indenização prévia.

20 (CESPE/TJ-DFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Os patrimônios tombados de estado da Federação ou de pessoa jurídica de direito privado tornar-se-ão inalienáveis.

21 (CESPE/TCE-RN/ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO/2015) Como regra, o tombamento pela administração pública não confere ao proprietário direito a qualquer indenização.

22 (CESPE/TCE-RN/ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO/2015) As servidões administrativas são perpétuas, isto é, perduram enquanto houver interesse público na utilidade da coisa dominante.

23 (CESPE/TCE-RN/ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO/2015) O tombamento é a via mais indicada quando a intervenção do Estado na propriedade particular tiver por objeto a restrição total sobre bem de reconhecido valor histórico.

24 (CESPE/DPU/DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL/2015) As limitações administrativas são determinações de caráter geral por meio das quais o poder público impõe a determinados proprietários obrigações de caráter negativo, mas não positivo, que condicionam a propriedade ao atendimento de sua função social.

25 (CESPE/DPE-PE/DEFENSOR PÚBLICO/2015) Salvo as impossibilidades jurídicas e materiais, mediante declaração de utilidade pública, formalizada por meio de decreto do

chefe do Poder Executivo, todos os bens podem ser desapropriados pelos entes que compõem a Federação. Poderá também o Poder Legislativo tomar a iniciativa da desapropriação.

26 (FGV/TJ-PI/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Intervenção do Estado na propriedade pode ser conceituada como toda e qualquer atividade estatal que, amparada em lei, tenha por fim ajustá-la aos inúmeros fatores exigidos pela função social a que está condicionada, com base na supremacia do interesse público sobre o privado. Como modalidade de intervenção do Estado na propriedade, destaca-se:

- (A) a requisição administrativa, que ocorre na hipótese de o Poder Público procurar proteger o patrimônio cultural brasileiro, determinando restrições quanto ao uso de determinado imóvel pelo seu proprietário;
- (B) o tombamento, que ocorre na hipótese de utilização do espaço físico de uma escola particular para abrigar desalojados em razão de fortes chuvas que causaram o decreto de estado de calamidade pelo iminente risco público;
- (C) a ocupação temporária, que ocorre na hipótese de o poder público proceder diretamente à limpeza de determinado terreno que esteja sendo foco de proliferação de vetores, caso seu proprietário não atenda à obrigação positiva de limpeza que lhe foi imposta;
- (D) a limitação administrativa, que ocorre na hipótese de utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas (em construção ou em reforma), para a alocação transitória de máquinas de asfalto e equipamentos de serviço;
- (E) a servidão administrativa, que ocorre na hipótese de direito real público de implantação de gasodutos e oleodutos pelo poder público em áreas privadas para a execução de determinados serviços públicos.

27 (FGV/TJ-PI/JUIZ SUBSTITUTO/2015) Considere a seguinte afirmação: O tombamento é constituído mediante ato do Poder Executivo que, observada a legislação pertinente, estabelece o alcance da limitação ao direito de propriedade, ato emanado do Poder Legislativo não podendo alterar essas restrições. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro vigente, tal como compreendido pelo Supremo Tribunal Federal, a afirmação está

- (A) incorreta, eis que o tombamento é um ato misto, cabendo ao Poder Executivo decretá-lo após o Poder Legislativo haver fixado as limitações a incidirem sobre o bem no caso concreto.
- (B) incorreta, eis que, em face do princípio da legalidade, o Poder Legislativo pode interferir em qualquer matéria.
- (C) correta, eis que ao Poder Legislativo não cabe praticar atos que, em caráter individual e concreto, digam respeito a limitações ao exercício do direito de propriedade.
- (D) incorreta, eis que o tombamento, em regra, é veiculado por ato do Poder Legislativo.
- (E) correta, eis que o ato do Poder Legislativo, alterando tombamento concretamente fixado por ato do Poder Executivo, seria incompatível com o princípio da harmonia entre os Poderes.

28 (FGV/ISS-NITERÓI/FISCAL DE POSTURAS/2015) No caso da intervenção do Estado na propriedade, o poder público age de forma vertical, criando imposições que, de alguma forma, restringem o seu uso pelo seu dominus, com fundamento na supremacia do interesse público sobre o privado e na função social da propriedade. Nesse contexto, é hipótese de intervenção do Estado na propriedade, na modalidade servidão administrativa:

- (A) a utilização de uma escola privada para abrigar temporariamente desalojados em situação de perigo público iminente;
- (B) a utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas, para a alocação transitória de máquinas;
- (C) o uso de escolas, clubes e outros estabelecimentos privados por ocasião das eleições;
- (D) a obrigação positiva aos proprietários de promover a limpeza de terrenos ou o parcelamento ou a edificação compulsória;
- (E) a instalação de redes elétricas em áreas privadas para a execução de serviços públicos.

29 (FGV/PGE-RO/ANALISTA DA PROCURADORIA/2015) Intervenção do Estado na propriedade é toda e qualquer atividade estatal que, amparada em lei, tenha por fim ajustá-la aos inúmeros fatores exigidos pela função social a que está condicionada. De acordo com o texto constitucional, a modalidade de intervenção restritiva conhecida como requisição administrativa é o direito:

- (A) real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo, como o caso de instalação de redes elétricas e a implantação de gasodutos e oleodutos em áreas privadas para a execução de serviços públicos, mediante prévia e justa indenização;
- (B) pessoal da Administração Pública de, no caso de iminente perigo público, usar da propriedade particular (bens móveis, imóveis e serviços particulares) assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, como a hipótese do uso do imóvel, dos equipamentos e dos serviços médicos de determinado hospital privado em situação de alagamento de toda a cidade em estado de calamidade pública reconhecido oficialmente, por decreto do Executivo;
- (C) real da Administração Pública de usar transitoriamente imóveis privados, como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos ordinários, como a hipótese de utilização de terrenos particulares contíguos a estradas (em construção ou em reforma), para a alocação transitória de máquinas de asfalto, equipamentos de serviços e pequenas barracas de operários, mediante prévia e justa indenização;
- (D) pessoal da Administração Pública de expedir determinações de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social, como o caso de permissão de vistorias em elevadores de edifícios e ingresso de agentes para fins de vigilância sanitária, não havendo prévia indenização;

(E) real da Administração Pública de expedir requisições para proteção do patrimônio cultural brasileiro, com vistas à preservação da memória nacional, da identidade social e de aspectos históricos de bens de interesse coletivo, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e de outras formas de acatamento e preservação, como a hipótese de tombamento de igreja centenária ou de ruínas com relevante interesse arqueológico.

30 (FGV/DPE-SP/DEFENSOR PÚBLICO/2015) Relativamente à intervenção do Estado na propriedade privada,

(A) as limitações administrativas se consubstanciam em atos administrativos de caráter individual, mediante os quais o Poder Público impõe posturas positivas, negativas ou, ainda, permissivas, com a finalidade de adequar o dado imóvel à sua função social.

(B) por não ensejar a perda da propriedade e em vista da supremacia do interesse público sobre o particular, a servidão administrativa não comporta a possibilidade de indenização ao proprietário do imóvel, mesmo no caso de esse suportar prejuízos.

(C) o instituto da ocupação temporária recairá sobre bem imóvel com a finalidade de permitir ao poder público executar serviços, existindo ou não perigo público iminente a ser confrontado. A exemplo da servidão administrativa, a ocupação temporária é direito real e, assim, deverá ser levada a registro no cartório de registro de imóveis para gerar efeitos.

(D) o ato de tombamento implica restrições ao uso do bem móvel e imóvel por seu proprietário ou possuidor, que deverá conservá-lo segundo as características culturais que motivaram sua proteção. No caso de tombamento de bens imóveis, o proprietário que não possuir recursos financeiros suficientes para realizar obras de preservação ou de conservação deverá informar tal fato à autoridade competente, que deverá proceder à mencionada obra, vedada a desapropriação.

(E) ao contestar ação de desapropriação, o Defensor Público somente poderá versar sobre vícios do processo judicial ou impugnar o preço apresentado pelo expropriante, vedada a reconvenção.

31 (FGV/TRT-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A propósito das características da servidão administrativa, é INCORRETO afirmar que

(A) pode gravar bens do domínio público.

(B) é instituída em favor de um serviço público ou um bem afetado a fins de utilidade pública.

(C) o titular do direito é o Poder Público ou seus delegados, isto é, pessoas jurídicas públicas ou privadas autorizadas por lei ou por contrato.

(D) pode, excepcionalmente, ser objeto de alienação e penhora.

(E) independe da concordância do particular proprietário do imóvel onde é instituída.

32 (FGV/TRT-MG/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) Uma autarquia estadual que atua na área previdenciária é proprietária de vasto patrimônio imobiliário, especialmente porque fazia parte da política de gestões anteriores o financiamento de imóveis residenciais e comerciais para servidores públicos, especialmente em regiões com necessidade de revitalização. Assim, referida autarquia era

proprietária de um casarão na região central de determinado município, construído no início do século XX. O Município, ouvindo rumores de que a autarquia pretendia alienar seu patrimônio que não estivesse formalmente destinado às finalidades institucionais do ente, providenciou regular procedimento e, por meio de seu órgão competente, editou Resolução tombando o imóvel. O imóvel, apurou-se posteriormente, já era tombado pelo órgão estadual competente. Diante desse cenário,

(A) a autarquia pode impugnar o tombamento, tendo em vista que o Município não poderia decretar o tombamento de bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito público, tendo em vista que o tombamento constituiu uma limitação à propriedade privada.

(B) o Município somente poderia tomar o bem da autarquia caso não houvesse tombamento anterior, tendo em vista que sobre o mesmo imóvel não podem se sobrepor duas intervenções à propriedade.

(C) não obstante a autarquia tenha personalidade jurídica híbrida e seus bens estejam sujeitos ao regime jurídico de direito privado, o tombamento estadual prefere ao tombamento municipal, que fica por aquele ato absorvido.

(D) a alienação onerosa do bem tombado ficou inviabilizada, tendo em vista que limitação à propriedade dessa natureza impõe gravame ao proprietário e exige que a propriedade do bem remanesça sendo de pessoa jurídica de direito público.

(E) o tombamento municipal, cuja imposição seguiu trâmite regular, permanece válido, tendo em vista que sobre o mesmo bem, ainda que pertencente a pessoa jurídica de direito público, pode existir mais de uma limitação daquela natureza, desde que compatíveis, cabendo ao proprietário observar as posturas e restrições impostas pelos dois entes federados.

33 (FGV/TCE-CE/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2015) O Município X decide desapropriar imóvel pertencente a Hortelino para instalação de uma creche municipal. Para tanto, ingressa com ação de desapropriação em face do proprietário. Já no curso da ação, o Município alega urgência na transferência da posse do objeto da expropriação. Neste caso, o juiz deve

(A) conceder a imissão provisória na posse, independentemente do momento em que requerida, bastando que seja alegada e motivada a urgência na transferência da posse do bem.

(B) negar a imissão provisória na posse, uma vez que esta pode somente ser concedida se requerida no início da lide, conjuntamente com a petição inicial.

(C) conceder a imissão provisória na posse apenas se o Poder Público tiver depositado em juízo a importância fixada segundo os critérios legais, bem como requerido a imissão dentro do prazo improrrogável de 120 dias.

(D) conceder a imissão provisória na posse, independentemente do momento em que requerida, bastando que seja depositada em juízo a importância fixada segundo os critérios legais.

(E) negar a imissão provisória na posse, pois esta somente pode ser utilizada em casos excepcionais, que envolvam questões de segurança nacional.

34 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU-PE/ANALISTA LEGISLATIVO/2015) Sobre desapropriação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A tredestinação vem a ser a desapropriação parcial do bem.
- (B) O direito de penetração confunde-se com a imissão provisória na posse.
- (C) A desapropriação é a forma de aquisição derivada da propriedade, segundo a doutrina majoritária.
- (D) A declaração de urgência e o depósito prévio do valor são pressupostos que permitem ao expropriante a imissão provisória na posse.
- (E) A desapropriação indireta resulta de ato considerado lícito da Administração, quando os dois requisitos constitucionais essenciais – a declaração e a justa indenização – foram observados.

35 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU-PE/ANALISTA LEGISLATIVO/2015) A instalação de uma rede elétrica para a execução de serviços públicos em uma área privada é exemplo de intervenção do Estado na propriedade na modalidade de

- (A) servidão administrativa.
- (B) requisição.
- (C) ocupação temporária.
- (D) limitação administrativa.
- (E) desapropriação.

36 (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU-PE/ANALISTA LEGISLATIVO/2015) O proprietário deve tolerar a ação administrativa e, para tanto, permite o ingresso, em seus domínios, de agentes para fins de vigilância sanitária. A hipótese acima apresenta um exemplo de

- (A) servidão administrativa.
- (B) tombamento.
- (C) limitação administrativa.
- (D) ocupação temporária.
- (E) intervenção cautelar.

37 (FGV/CNMP/ANALISTA - DIREITO/2015) O proprietário de um imóvel vizinho a edifício tombado em razão de seu valor histórico pretende construir mais um pavimento, o que, contudo, impedirá a visibilidade do bem tombado. De acordo com a legislação federal que rege a matéria, esse proprietário

- (A) não poderá realizar a obra, sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, sob pena de ser mandada remover a obra, sem prejuízo de eventual imposição de multa.
- (B) não possui qualquer impedimento para edificar, salvo se instituída servidão administrativa sobre seu imóvel.
- (C) somente estará impedido de realizar a obra na hipótese de seu imóvel também ser tombado.

(D) terá direito a indenização por desapropriação indireta, na hipótese de ser impedido de realizar a obra pretendida.

(E) somente estará impedido de realizar a obra se o seu imóvel for declarado acessório no processo de tombamento do imóvel vizinho, de acordo com os limites de tal declaração.

38 (FGV/TJ-BA/ANALISTA JUDICIÁRIO/2015) A Constituição da República estabelece no Art. , XX , que “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”. Com base em tal norma, diante de uma situação de iminente calamidade pública em cidade do interior do Estado, o Poder Público municipal usou do imóvel, dos equipamentos e dos serviços médicos de determinado hospital privado. Trata-se da modalidade de intervenção do Estado na propriedade da:

- (A) servidão administrativa;
- (B) requisição administrativa;
- (C) ocupação temporária;
- (D) limitação administrativa;
- (E) desapropriação intermediária.

39 (FCC/TCE-CE/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/2015) O Município X decide desapropriar imóvel pertencente a Hortelino para instalação de uma creche municipal. Para tanto, ingressa com ação de desapropriação em face do proprietário. Já no curso da ação, o Município alega urgência na transferência da posse do objeto da expropriação. Neste caso, o juiz deve

- (A) conceder a imissão provisória na posse, independentemente do momento em que requerida, bastando que seja alegada e motivada a urgência na transferência da posse do bem.
- (B) negar a imissão provisória na posse, uma vez que esta pode somente ser concedida se requerida no início da lide, conjuntamente com a petição inicial.
- (C) conceder a imissão provisória na posse apenas se o Poder Público tiver depositado em juízo a importância fixada segundo os critérios legais, bem como requerido a imissão dentro do prazo improrrogável de 120 dias.
- (D) conceder a imissão provisória na posse, independentemente do momento em que requerida, bastando que seja depositada em juízo a importância fixada segundo os critérios legais.
- (E) negar a imissão provisória na posse, pois esta somente pode ser utilizada em casos excepcionais, que envolvam questões de segurança nacional.

40 (FCC/TJ-PI/JUIZ SUBSTITUTO/2015) Considere a seguinte afirmação: O tombamento é constituído mediante ato do Poder Executivo que, observada a legislação pertinente, estabelece o alcance da limitação ao direito de propriedade, ato emanado do Poder Legislativo não podendo alterar essas restrições. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro vigente, tal como compreendido pelo Supremo Tribunal Federal, a afirmação está

- (A) incorreta, eis que o tombamento é um ato misto, cabendo ao Poder Executivo decretá-lo após o Poder Legislativo haver fixado as limitações a incidirem sobre o bem no caso concreto.
- (B) incorreta, eis que, em face do princípio da legalidade, o Poder Legislativo pode interferir em qualquer matéria.
- (C) correta, eis que ao Poder Legislativo não cabe praticar atos que, em caráter individual e concreto, digam respeito a limitações ao exercício do direito de propriedade.
- (D) incorreta, eis que o tombamento, em regra, é veiculado por ato do Poder Legislativo.
- (E) correta, eis que o ato do Poder Legislativo, alterando tombamento concretamente fixado por ato do Poder Executivo, seria incompatível com o princípio da harmonia entre os Poderes.

41 (FCC/DPE-SP/DEFENSOR PÚBLICO/2015) Relativamente à intervenção do Estado na propriedade privada,

- (A) as limitações administrativas se consubstanciam em atos administrativos de caráter individual, mediante os quais o Poder Público impõe posturas positivas, negativas ou, ainda, permissivas, com a finalidade de adequar o dado imóvel à sua função social.
- (B) por não ensejar a perda da propriedade e em vista da supremacia do interesse público sobre o particular, a servidão administrativa não comporta a possibilidade de indenização ao proprietário do imóvel, mesmo no caso de esse suportar prejuízos.
- (C) o instituto da ocupação temporária recairá sobre bem imóvel com a finalidade de permitir ao poder público executar serviços, existindo ou não perigo público iminente a ser confrontado. A exemplo da servidão administrativa, a ocupação temporária é direito real e, assim, deverá ser levada a registro no cartório de registro de imóveis para gerar efeitos.
- (D) o ato de tombamento implica restrições ao uso do bem móvel e imóvel por seu proprietário ou possuidor, que deverá conservá-lo segundo as características culturais que motivaram sua proteção. No caso de tombamento de bens imóveis, o proprietário que não possuir recursos financeiros suficientes para realizar obras de preservação ou de conservação deverá informar tal fato à autoridade competente, que deverá proceder à mencionada obra, vedada a desapropriação.

(E) ao contestar ação de desapropriação, o Defensor Público somente poderá versar sobre vícios do processo judicial ou impugnar o preço apresentado pelo expropriante, vedada a reconvenção.